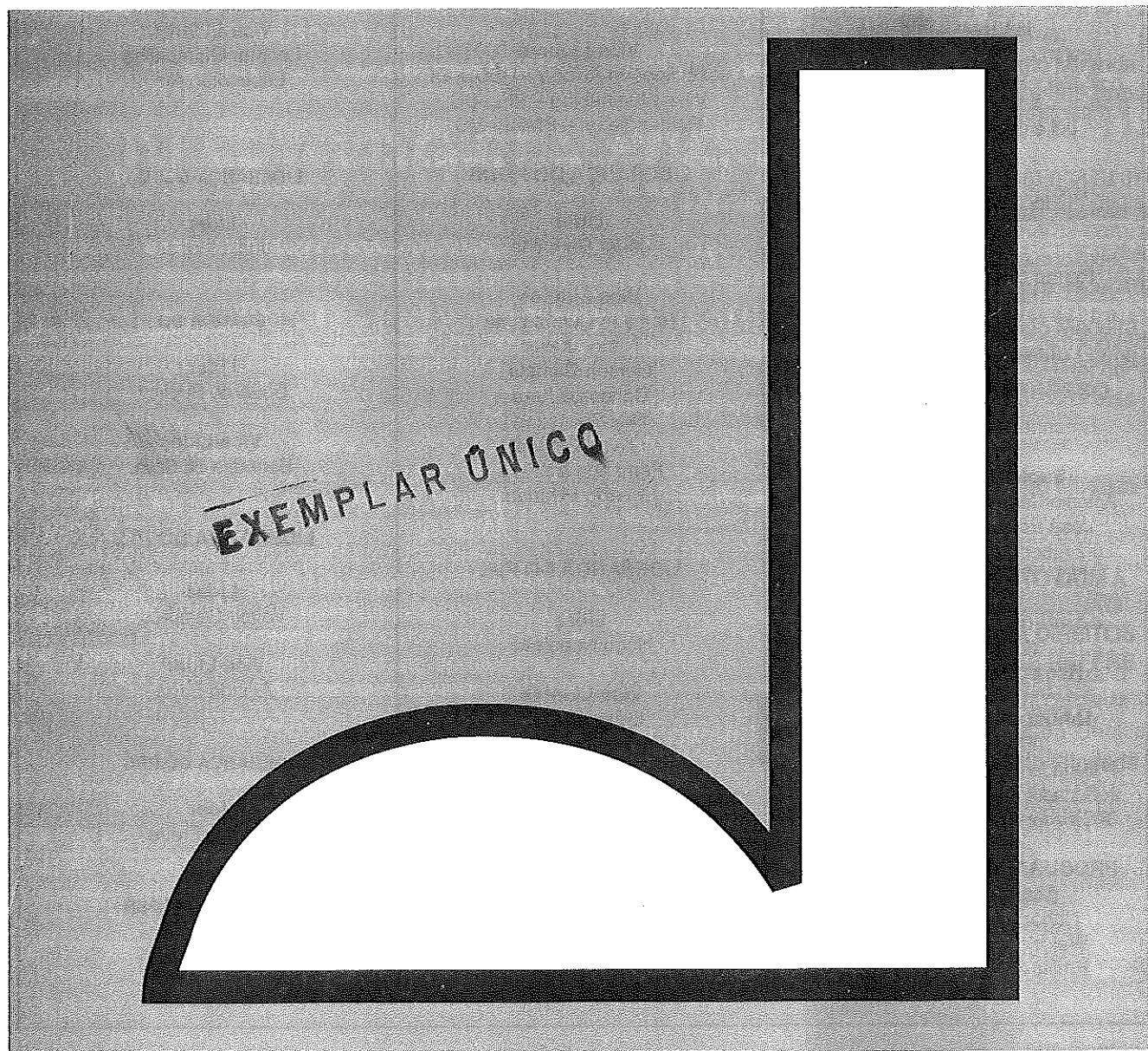


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - N° 031 SEXTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1995 BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA Presidente José Samey – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT 1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO 2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL 3º Secretário Levy Dias – PPB – MS 4º Secretário Emandes Amorim – – RO Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PSB – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – – SP CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francellino Pereira LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho	LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy Vice-Líder Benedita da Silva LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade
---	--	---

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 191ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

Nº 364, de 1995 (nº 1.201/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do Senhor Carlos Everaldo dos Santos para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998, na vaga decorrente do término da investidura de Miguel Abrão Neto e em razão da renúncia manifestada por Maurício Monteiro Sant'Anna, anteriormente indicado e aprovado por esta Casa..... 03179

Nº 365, de 1995 (nº 1.202/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor Moacyr Roberto Tesch Auersvald para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03180

Nº 366, de 1995 (nº 1.203/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor Ricardo Augusto Oberlaender para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03183

Nº 367, de 1995 (nº 1.204/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor José Zito Calasãs Rodrigues para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03185

Nº 368, de 1995 (nº 1.205/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03186

Nº 369, de 1995 (nº 1.206/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome da Senhora Regina Fátima Abrantes Rezende

Ezequiel para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03189

Nº 370, de 1995 (nº 1.207/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor Renê Adão Alves Pinto para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03193

Nº 371, de 1995 (nº 1.208/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor Ângelo Mário de Carvalho e Silva para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03194

Nº 372, de 1995 (nº 1.209/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Senhor Nestor Fernando Hein para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998..... 03199

Nº 373, de 1995 (nº 1.210/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Doutor Rider Nogueira de Brito, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém - PA, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hylo Bezerra Gurgel e reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista..... 03200

Nº 374, de 1995 (nº 1.211/95, na origem), de 10 do corrente, referente à indicação do nome do Doutor José Luciano de Castilho-Pereira, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília - DF, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ney Proença Doyle e reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista. ... 03204

1.2.2 - Requerimento

Nº 1.449, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do professor e jurista Geraldo Ataliba. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Lúcio Alcântara. 03205

1.2.3 - Comunicações da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.180, de 10 do

corrente, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.	03206	SENADOR EDISON LOBÃO – Regozijo pela implantação do sistema de Discagem Direta à Distância (DDD) no Município de Presidente Juscelino – MA.	03230
Recebimento da Mensagem nº 375, de 1995 (nº 1.277/95, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorização para contratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Paribas, para os fins que especifica. ...	03206	1.2.5 – Leitura de Mensagem Presidencial Nº 530, de 1995-CN (nº 1.224/95, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 78, de 1995-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, créditos adicionais até o limite de R\$5.315.601.510,00 (cinco bilhões, trezentos e quinze milhões, seiscentos e um mil, quinhentos e dez reais), para os fins que especifica.	03231
1.2.4 – Discursos do Expediente SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Reparos a críticas do Ministro dos Esportes, Sr. Edson Arantes do Nascimento, à postura ética de políticos brasileiros. Registrando a execução de programas para a utilização racional da água no Estado do Ceará.	03206	1.2.6 – Comunicação da Presidência Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Projeto de Lei nº 78, de 1995-CN, e fixação de calendário para sua tramitação.	03231
SENADOR EDUARDO SUPPLY – como Líder – Homenagens de pesar pelo falecimento do professor e jurista Geraldo Ataliba.	03211	1.2.7 – Leitura de projetos Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências.	03231
O SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens de pesar prestadas ao jurista Geraldo Ataliba.	03211	Projeto de Lei do Senado nº 311, de 1995, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera dispositivos da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.	03233
SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários às alterações anunciadas pelo governo federal, no Decreto nº 22, de 1991, que trata dos critérios para a demarcação de terras indígenas. Parabenizando a iniciativa do Programa Comunidade Solidária, na instituição do Projeto Universidade Solidária.	03211	1.2.8 – Comunicação da Presidência Designação dos Senadores Nabor Júnior e Waldeck Ornelas e da Senadora Emília Fernandes, para comporem a Procuradoria Parlamentar.	03235
SENADOR GILVAM BORGES – Refutando críticas infundadas ao desempenho do funcionalismo do Senado Federal. Manifestações favoráveis à reeleição para cargos executivos e à unificação das eleições em todo o País, se preciso, até com a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores.	03214	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR Do Sr. Nabor Júnior, proferido na sessão de 14-11-95.	03235
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7/95, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal, por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifica.	03218	3 – RETIFICAÇÕES Atas das 188ª e 189ª Sessões Não Deliberativas, realizadas, respectivamente, em 10 e 13-11-95, e publicadas no DSF dos dias subsequentes. ...	03236
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Críticas ao anunciado acordo entre o Governo e Líderes partidários no Senado, no sentido da aprovação da medida provisória dos bancos (MP nº 1.179/95, que propõe a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional.).	03219	4 – ATO DO DIRETOR-GERAL – Nº 871, de 1995.	03236
SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Números da economia brasileira relativos ao período de 1993/1994.	03225	5 – MESA DIRETORA 6 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS 7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	
SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, como Líder – Presença na Comissão de Assuntos Econômicos, no próximo dia 28, do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, para debater a Medida Provisória nº 1.179/95, da fusão dos bancos. Criação do Fundo de Garantia de Créditos (FGC).	03228		

Ata da 191ª Sessão não-deliberativa em 16 de novembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. José Sarney e José Eduardo Dutra

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) –
Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 364, DE 1995

(Nº 1.201/95, na origem)

Excelentíssimo Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Carlos Everaldo dos Santos, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998, na vaga decorrente do término da investidura de Miguel Abrão Neto e em razão da renúncia manifestada por Maurício Monteiro Sant'Anna, anteriormente indicado e aprovado por essa Casa.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

I – Documentos de Identificação

Nome: Carlos Everaldo dos Santos
Filiação: Maria Olívia dos Santos
Data de Nascimento: 14-2-60
Natural: Garanhuns (PE)
Estado Civil: Casado

Carteira de Identidade: 2.123.017 – SSP/PE

CPF: 248.530.114-04

Título de Eleitor: 174264708/25 Zona 056

Endereço: SQS 303 – Bloco H – Aptº 405

70336-080 – Brasília – DF

II – Experiência Educacional

1) Instrução

1.1) Primário: Colégio Diocesano de Garanhuns, PE

1.2) Secundário:

1.2.1) Primeiro Ciclo: Colégio Padre Agobar, de Garanhuns/PE

1.2.2) Segundo Ciclo: Colégio Padre Agobar, de Garanhuns/PE

1.3) Superior: Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns/PE

Curso incompleto de Biologia

III – Experiência Profissional

Funcionário do Banco Real S/A, sendo admitido em 19-11-81, tendo exercido as funções de Escriturário e Caixa Executivo.

IV – Atividades Sindicais

1 – Eleito suplente do Conselho Fiscal do Sindicato dos Bancários de Garanhuns e Região/PE, período de 1º-10-81 a 17-11-87;

2 – Eleito Secretário-Geral do Sindicato dos Bancários de Garanhuns e Região/PE para o período de 18-11-87 a 17-10-90;

3 – Eleito Vice-Presidente do Sindicato dos Bancários de Garanhuns e Região/PE para o período de 18-10-90 a 17-10-95;

4 – Eleito para a Diretoria do Escritório Regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE/PE, para o período de 12-11-91 a 11-12-92;

5 – Eleito para a Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC, para o exercício de 18-9-93 a 18-9-96;

6 – Eleito para Secretaria do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, para o período de 25-10-93 a 25-10-95;

7 – Designado pelo Ministério do Trabalho para integrar o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, como suplente, para o período de 10-11-93 a 8-2-96.

Declaro, sob pena de responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas.
– **Carlos Everaldo dos Santos.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 365, DE 1995
(Nº 1.202/95, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Moacyr Roberto Tesch Auersvald, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

1. Dados Pessoais

1.1 Qualificação

Nome:

Moacyr Roberto Tesch Auersvald

Data de nascimento

12-11-55

Naturalidade:

Caçador – SC

Nacionalidade:

Brasileira

Filiação:

Moacyr de Jesus Auersvald

Berta Carneiro Tesch Auersvald

Estado Civil:

Separado Judicialmente

Filhos:

Alessandra Sulanita Herzer Von Auersvald

Moisés Rycaom Alexandre Herzer Von Auersvald

Endereços:

Residencial: Rua Gonzalez Pecocthe, 696 – Jardim Aristocrata

Telefone: 283-4586

CEP: 83.030-200 São José dos Pinhais – PR

Comercial: Rua Major Theolindo Ferreira Ribas, 3479 – Boqueirão

Telefone: 972-3799

CEP: 81.670-110 – Curitiba – PR.

2. Documentos

Identidade – Registro Geral

953400 – Instituto de Identificação do Paraná

CPF – Cadastro de Pessoa Física

200.865.639-04

Título Eleitoral

313.031.706-04 Zona 145 Seção 116

CDI – Certificado de Dispensa de Incorporação do Exército

160909-1 – Série L

Carteira de Trabalho e Previdência Social –

CTPS

Nº 37616 – Série: 328

Carteira Nacional de Habilitação

Nº 031312361 Categoria B

Nº do Registro 51.301.752-6 Data da Expedição: 10-11-81

Passaporte

Nº CD 643629 Expedido em 23-5-90 – Validade 22-5-96

PIS – Programa de Integração Social

Nº 102.637772-16

Carteira de Associado do Sindicato

Matrícula nº 5129

3. Histórico Escolar

3.01 – Formação Primária

Colégio Irmã Felícia – Santa Cecília – SC

3.02 – Formação Ginasial

Ginásio Estadual Abraham Lincoln – Colombo – PR

Ginásio Normal Júlio de Castilho – Santa Cecília – SC

Colégio Estadual Prof. Victor do Amaral – Curitiba – PR

3.03 – Formação 2º Grau

Técnico em Contabilidade – Colégio Comercial Senhor Bom Jesus

3.04 – Formação Universitária

Três Semestres de Ciências Contábeis – Faculdade Católica

4. Atividades Profissionais

4.01 Duratex S/A Indústria e Comércio

Endereço: Rodovia BR 116 KM 0

Ramo de atividade: Fábrica de Rações Balanceadas

Período: 5-6-1972 a 2-9-1972

Cargo: Auxiliar de Escritório

Característica da Função:

Emitir notas de pedido de matéria prima.

4.2 Trans Iguaçu-Empresa de Transporte Rodoviário Ltda

Endereço: Rua Anne Frank, 333 – Vila Auer

Curitiba – Paraná

Ramo de atividade: Transportadora

Período: 9-10-1972 a 14-1-1973

Cargo: Auxiliar de Escritório

Característica da Função:

Serviços de arquivo de conhecimento de frete

4.03 Rotamak – Recuperação e reforma de Máquinas Pesadas Ltda

Endereço: Rua Frederico Maurer, 3480 – Boqueirão

Curitiba – Paraná

Ramo de atividade: Oficina Mecânica

Período: 1-4-1974 a 31-1-1975

Cargo: Auxiliar de Escritório

Características da atividade

– Controle das ordens de serviço – Depto. Pessoal e afins.

4.04 Indústrias Químicas Carbo Mafrá S/A

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 2684 Curitiba – Paraná

Ramo de atividade: Indústria Química

Cargo: Auxiliar de Custos

Características das atividades

Levantamento de Custos dos Produtos Industrializados

4.05 Hotéis do Paraná S/A – Hotepar

Endereço: Rua Desembargador Westphalen, 15 Curitiba – Paraná

Ramo de atividade: Hotel – Escritório Central

Período: 16-6-1975 a 17-7-1977

Cargo: Assistente Contábil

Características das atividades:

Contabilidade Geral

4.06 Villanueva Hotéis e Turismo S/A – Presidente Hotel

Endereço: Rua Desembargador Westphalen, 33

Curitiba – Paraná

Ramo de atividade: Hotel

Período: 1-6-76(Licenciado em 28-10-77 a pedido do Sindicato dos empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Curitiba).

Cargo: Assistente Contábil – Contador

Características das atividades:

– Executar a Escrita Contábil – Administração de Pessoal.

5. Atividades Sindicais

5.1 Sindicato dos empregados no comércio hoteleiro e similares de Curitiba

Endereço: Rua São Francisco, 150 – 1/2/3 andar

Telefone: 222-4451 – Telefax: 232-1913

Curitiba – Paraná

Período: 1977 a 1983

Cargo: Diretor Secretário

Ramo de atividade: Entidade Sindical

Resumo das atividades

– Substituir o Presidente em seus impedimentos;

– Participar das negociações Coletivas de Trabalho;

– Promover Conciliações de Empregados e Empregadores;

– Manter em ordem sob sua guarda documentação pertinente a Secretaria.

Período: 1983 a 1986

Cargo: Diretor 2º Tesoureiro

Resumo das atividades:

– Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos;

– Participar das negociações Coletivas de Trabalho;

– Promover Conciliações de Empregados e Empregadores.

Período: 1986 a 1989

Cargo: Diretor Social

Resumo das atividades:

– Representar a Entidade em Solenidades;

– Participar das negociações Coletivas de Trabalho;

– Coordenar as diversas modalidades Cívico, Sociais relativas as atividades Sindicais.

5.02 – Federação dos Trabalhadores no comércio do Estado do Paraná

Endereço: Rua Marechal Hermes, 910 – Centro Cívico

Telefone: (041) 252-6244

Ramo de atividade: Entidade Sindical de Grau Superior

Período: 1981 a 1987

Cargo: Diretor 1º Tesoureiro

Resumo das Atividades:

– Atender as finanças da Entidade

– Promover negociações Coletivas de Trabalho

– Outras atividades de interesse dos trabalhadores

– Substituir o Diretor Secretário em suas ausências

– Idealizador e Fundador da Entidade acima mencionada.

5.03 – Contratuh – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

Endereço: S.D.S Edifício Venâncio III – 4º Andar Conj. 410/414

Telefone: (061) 321-0496

Ramo de atividade: Entidade Sindical de 3º Grau

Período: Nov/88 á 27 de Jul/95

Cargo: Tesoureiro Geral

Período: A partir de Agosto/95 assumiu a Presidência da Contratuh

5.4 – Membro Efetivo da J.R.P.S. (Junta de Recursos da Previdência Social).

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1290

Período: 1988 a 1991

Cargo: Representante de Empregados

Resumo das atividades:

– Analisar, votar no colegiado Processos de Recursos contra a Previdência Social;

5.5 – Justiça do Trabalho 9ª Região

Endereço: Rua Vicente Machado, 400

Período: 4/92 a 4/95

Cargo: Suplente de Juiz Classista 3. J.C.J.

Resumo das Atividades:

– Substituir o Juiz Classista Efetivo nas faltas e impedimentos

– Analisar, Julgar e Votar no Colegiado Processos Trabalhistas

– Procurar conciliar os Conflitos Trabalhistas

5.6 – Justiça do Trabalho 9ª Região

Endereço: Rua Vicente Machado, 400

Período: 1/93 a 1/96

Cargo: Juiz Classista da 14ª J.C.J.

Resumo das Atividades

– analisar, Julgar e Votar no Colegiado Processos Trabalhistas

– Procurar conciliar os Conflitos Trabalhistas

5.07 – Ajucla-IX – Associação dos Juizes Classistas da Nona Região

Endereço: Rua Vicente Machado,

Período:

Cargo: 1º Secretário

Resumo das Atividades

6.0 Participações

6.01 – I Encontro de Líderes Sindicalistas do Oeste

6.02 – II Encontro de Líderes Sindicalistas do Oeste

6.03 – VII Seminário Nacional sobre Normas Internacionais do Trabalho

6.04 – Conclui o I Curso Residencial de Educação Sindical realizado pelo ICT – Instituto Cultural do Trabalho

6.05 – Curso de Relações Humanas efetivado pela Dale Carnegie & Associates, Inc.

6.06 – Curso de Orientação Sindical realizado na cidade de Praia Grande pelo Instituto Cultural do Trabalho

6.07 – I Curso de Orientação Sindical realizado em Curitiba (Paraná) promovido pela Contratuh, sobre Aids, realizado em Praia Grande, promovido pela CONTRATUH – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

6.08 – Membro Efetivo na Comissão de Alto Nível de Avaliação em Melhoria dos Sistemas Previdenciários – "CANASP"

6.09 – Curso de Interpretação dos Benefícios e Serviços de Previdência Social

6.10 – I Jornada Paranaense de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural

6.11 – I Seminário Paranaense de Medicina do Trabalho e Engenharia de Segurança

6.12 – I Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio

6.13 – I Curso de Orientação Sindical promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC

6.14 – II Congresso Nacional dos Empregados em Turismo e Hospitalidade

6.15 – I Plenária Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

6.16 – Congresso no México sobre a dívida externa e soluções socialmente justas patrocinado pela IRO-FIET

6.17 – I Congresso Argentino – Brasileiro de Trabalhadores em Edifício e Limpeza sobre Mercosul – realizado em Mar del Plata – Argentina

6.17 – Reunión de La Sección Profesional de Empleados de Servicio de Inmuebles de La Fiet – Francfort – Alemanha

6.18 – Conferência Regional de La Iro Fiet sobre as prioridades da IROFIET para o ano 2000 com os Sindicatos fortes em favor da Justiça Social em São Francisco – 11 a 15 de Agosto de 1991

6.19 – 22º Congresso da Fiet – 19 a 23 de Agosto de 1991 – São Francisco

6.20 – I Simpósio sobre El Mercosur, promovido pela Iro-Fiet, OIT

6.21 – Membro de comissão Organizadora do I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora em Turismo e Hospitalidade promovido pela Contratuh

6.22 – Membro de comissão Organizadora do I Encontro Nacional dos Empregados em Hotéis promovido pela Contratuh

6.23 – Membro da Comissão Organizadora do I Encontro Nacional dos Empregados em Edifícios promovido pela Contratuh

6.24 – I Congresso Argentino-Brasileiro de Trabajadores de Edificios Y Limpieza Sobre Mercosur, adhrido Seccion Servicios e Inmuebles IRO-FIET, realizado em Fevereiro na cidade de Mar del Plata – Argentina

6.25 – II Congresso Brasileiro-Argentino de Trabajadores em Edificio e Limpeza sobre Mercosul realizado em Praia Grande – SP

6.26 – III Encontro de Juízes Classistas da Justiça do Trabalho realizado em Foz do Iguaçu – PR.

6.27 – I Conferência Mundial de La-Fiet para Los Trabajadores de Los Servicios de Inmuebles realizado na cidade de Nova York – NY, nos dias 1º a 3 de Dezembro de 1992

6.28 – Curso de Cálculos e Política Salarial no Processo Trabalhista, proferido pelo professor Jua-rez Varallo Pont, realizado pela Genesis Congressos e Eventos Ltda., em Curitiba – PR, nos dias 15 a 17 de abril de 1994

6.29 – Participação na Palestra sobre a atuação do Juiz Classista na Justiça do Trabalho, proferida pelo Professor Antônio Manoel Teixeira Filho (Juiz do TRT – PR) realizado no dia 18 de Junho de 1994 pela AJUCLA – Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da Nona Região.

6.30 – Participação na Palestra sobre atuação do Juiz Classista na Justiça do Trabalho, proferida pelos Doutores Ricardo Sampaio – Presidente do TRT – PR, Alberto Manenti – Delegado do Trabalho – PR, e Kristos Nicolas Canticas – Juiz Classista Aposentado. Juiz realizado no dia 27 de Agosto de 1994 pela AJUCLA – Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da Nona Região. – **Moacyr Roberto Tesch Auersvald.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**MENSAGEM Nº 366, DE 1995
(Nº 1.203/95, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de RICARDO AUGUSTO OBERLAENDER, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**RICARDO AUGUSTO OBERLAENDER
Curriculum vitae**

Profissão: Advogado, Jornalista e Professor Universitário.

Cargos ocupados: Diretor Procurador do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões, em Empresas de Turismo e em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Rio de Janeiro.

Diretor da Federação dos Empregados de Turismo e Hospitalidade do Rio de Janeiro.

Técnico de Nível Superior II-C da Cia. de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO.

Professor Assistente da Cadeira de Legislação e Ética na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Juiz Classista, representante de Trabalhadores, à 7ª Turma, e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região.

Cargo que já ocupou: Vereador (Niteroi – RJ/PMDB), 1977-1983.

Representante dos Segurados à Junta de Recursos da Previdência Social (1988-1990).

Juiz Classista, representante de Empregados, à 10ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho – 1ª Região (1990-1993)

Dados pessoais: Ricardo Augusto Oberlaender é filho de Dalmo Américo e Edméa Xavier Lopes Oberlaender. Nasceu na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, aos 30 dias de abril de 1950.

É residente na cidade do Rio de Janeiro, Praia do Flamengo, 382, ap. 104, bloco 2, Flamengo, e seus telefones para contato são: (021) 551-8391, 553-1827(FAX), 974-6133 (celular), 240-8255, 240-5787, 212-9385 (Tribunal).

Seus membros de indentificação pessoal são os seguintes:

- Identidade: nº 80.921.235-0 – IFP/RJ;
- CPF: nº 281.777.547-34;
- Carteira Profissional: nº 44.626-série 485 – Ministério do Trabalho;
- Certificado de Reservista: 803.420 2ª CSM 3ª BI – Ministério do Exército;
- Título de Eleitor: 684.658.803/29 114ª Zona Eleitoral RJ;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Inscrição 63.446-RJ;
- Jornalista Profissional: matrícula nº 19.612-DRT/RJ;

– Universidade do Estado do Rio de Janeiro: matrícula 7831.

Informações Complementares

Concluiu o Curso Ginásial em 1986, tendo estudado nesta etapa nos Colégios São José e Brasil de onde saiu para terminar o Curso Clássico em 1969, no Colégio Salesiano Santa Rosa.

No ano seguinte ingressou após aprovação em concurso vestibular na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde concluiu em 1973 o bacharelado em comunicação social.

Antes mesmo de concluir o curso, iniciou sua vida profissional em 1971 trabalhando inicialmente produção da Revista "Rio Samba e Carnaval", logo depois vinculando-se à Agências de Propaganda, sempre como redator ou contato.

No interstício de 1972/1976 trabalhou na Abae-té Propaganda, Publiform, F&B.A. Levy Propaganda – (Léo Burnett), Artplan Publicidade, Pomark e na Cia. Cervejaria Brahma, no Setor de Marketing.

Ainda neste período concluiu os de recursos de Criação Publicitária e Básico de Técnica de Propaganda, ambos em 1971 na Associação Brasileira de Propaganda; Pesquisa de Mercado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e participou em 1972 do I Congresso Nacional Universitário de Propaganda promovido pela universidade de São Paulo, com delegado do Rio de Janeiro.

Em 1976, elegeu-se Vereador pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dedicando-se daí em diante, tão-somente a essa função.

Na Câmara Municipal foi Presidente das Comissões de Redação (1977-1979) e Viação e Obras Públicas além de ter fundado em 1980 a Comissão de Meio Ambiente, a qual presidiu também. Sua atuação teve como marca maior a defesa da ecologia e a proteção do meio ambiente e como consequência de suas denúncias contra os atos predatórios de Itaipu e Piratininga em Niterói, foi elaboração Projeto de sua autoria criando a Reserva Biológica de Niterói, transformado em Lei Municipal que é considerada como marco inicial do binômio política/ecológica em nosso país conforme documento jornais da época.

Ainda nesse período participou dos I, II e III Congressos Fluminenses de Vereadores realizados respectivamente em Cabo Frio, Araruama e Niterói, e dos XIV, XV e XVI Congressos Nacionais de Vereadores ocorridos em Salvador, Recife e Belo Horizonte, respectivamente em 1977, 1979 e 1980.

Concluiu os cursos de Direito Municipal e o Vereador e a Câmara Municipal promovidas pela Fundação Faria Lima; "Turismo Fluminense" através da

Secretaria Estadual de Turismo e o Curso de Administração Pública Municipal realizado pelo Tribunal de Contas da União, em Brasília, todos em 1980.

Em 1983, após término de seu mandato assumiu o cargo de Técnico de Nível Superior na Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TURIS-RIO) e paralelamente, iniciou-se no Sindicalismo.

Elegeu-se sucessivamente em 1984 e 1987 e 1990 para a Diretoria do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões e Empresas de Turismo do Rio de Janeiro e em 1989, para a Diretoria da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Rio de Janeiro e Suplente de Delegado junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH).

Após concluir Faculdade de Direito em 1987 no Instituto Metodista Bennete que interrompeu no ano de 1978 para fazer o Mestrado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, assumiu o cargo de Diretor Procurador do Sindicato, onde permaneceu até hoje.

Em 1983, participou do I Seminário de Turismo do Estado do Rio de Janeiro promovido pela Secretaria de Estado de Turismo e do I Fórum de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ocorrido em novembro um mês antes de prestar Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de professor Auxiliar na mesma Universidade quando foi aprovado em 2º lugar.

Ao ser contratado, foi na titularidade de professor Assistente por força do título de Mestre, obtido após a defesa da tese Propaganda, Ontem e Hoje, cadastrada no CNPQ, que originou o livro História da Propaganda no Brasil editado em 1984, pela Shogun Arte.

Em março de 1988 foi eleito Representante dos Segurados à 2ª Junta de Recursos da Previdência Social do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até 30 de agosto de 1990 quando então foi designado Juiz Classista da 10ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Por força de sua indicação para o cargo de Juiz Classista de 2ª Instância, também no TRT – 1ª Região, em 31 de agosto de 1993, não pleiteou sua recondução, exercendo que está seu atual mandato, funcionando na Seção Especializada de Dissídios Coletivos e na 7ª Turma como Representante dos Trabalhadores, por indicação da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Rio de Janeiro e nomeação assinada pelo Ex.º Sr. Presidente da República de então, Dr. Itamar Franco e pelo Exmº Dr. Ministro da Justiça, Dr. Maurício Corrêa,

publicado no **Diário Oficial** da União, Seção II, página 4861, de 30 de agosto de 1993.

Em dezembro do corrente ano concluirá o curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho na Universidade Estácio de Sá e planeja apresentar a Monografia "Estabilidade do Empregado Público" em decorrência do art. 37, inciso II, da CF/88 (obrigatoriedade do concurso público para ingresso na carreira). – **Ricardo Augusto Oberlaender**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**MENSAGEM Nº 367, DE 1995
(Nº 1.204/95, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de José Zito Calasãs Rodrigues, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais:

Nome: José Zito Calasãs Rodrigues
Data de Nascimento: 26-10-50
Naturalidade: Itabaianinha – SE
Filiação: José Calasãs e Josefa Calasãs Rodrigues
End. Residencial: SQN 313 – Bl. D – Aptº 404
Fone: 274-2159 – 273-0104
End. Comercial: Av. W-3 Norte – Q. 505 – Bl. A – Lote 1

Brasília – DF. CEP: 70730-517

Documentos:

Cart. de Identidade: 544654
CPF: 039.574.465-20
CTPS: 73.523 – Série 521
C. de Habilitação: 005958722
T. Eleitor: 769905902/13 – Zona 276 – Seção 180
Uberaba – MG

Dados Culturais

1º Grau: Colégio Boulanger Pucci – Uberaba
2º Grau: Colégio Estadual Castelo Branco – Uberaba

3º Grau: Bacharel em Direito, formado pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), 1º Semestre de 95

Cargos Funcionais:

* Diretor-Secretário da Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI. Mandato: 29-5-92 a 28-5-96.

* Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de Minas Gerais. Mandato: 17-4-94 a 16-4-97.

* Vice-Presidente da Sociedade Interamericana para Estudos do Meio Ambiente. Mandato: 28-10-94 a 27-10-96.

* Membro do Conselho Nacional de Seguridade Social. Mandato: 6-5-94 a 5-5-96.

* Membro do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Mandato: 9-6-93 a 8-6-96.

* Ministro Classista Suplente do Tribunal Superior do Trabalho, representante dos trabalhadores. Mandato: 23-6-95 a 22-6-98, assumindo a titularidade provisoriamente a partir de 1º de agosto de 1995.

Cursos e Seminários Internacionais que participei:

1 – Conferência Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Diversos.

Local: Diplomat Hotel, Fort Lauderdale, Miami, Estados Unidos da América.

Período: 17-9-91 à 2-10-91

Entidade Patrocinadora: ICEF Internacional

2 – Congresso Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Vidro da Borracha e Derivados Diversos.

Local: Bohn, Alemanha, Centro de Estudos da Fundação Frederick Eberth.

Entidade Patrocinadora: IG Chemie e Icef. Química.

Período: 23-10-92 à 8-11-92

3 – Curso de Programas de Ajuste para as Organizações Sindicais Livres.

Local: George Meany Center For Labor Studies, cidade de Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América.

Entidade Promotora: Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre.

Período: 7-10-93 à 22-11-93

4 – Congresso Internacional dos Trabalhadores em Entidades Sindicais filiadas a CIOLS e ICEF Internacional.

Local: Las Vegas, Centro de Convenções do Hotel Aladim.

Período: 23-11-93 à 2-12-93

Atividades Profissionais:

Empregado da Empresa Fertilizantes Fosfatados S/A., desde 9-11-78, na função de Operador III (Chefe), na área de Processo Químico.

*Contrato de Trabalho suspenso a partir de 29-5-92, para exercer Mandato Sindical.

Cursos Profissionalizantes:

1 – Tecnologia de Processo Químico e Utilidades.

Período: 5-12-78 à 12-7-79

2 – Curso de Operação de Sistema de Geração e Distribuição de Energia Elétrica.

Período: 7-11-83 à 6-5-84

3 – Curso Especial de Operação e Manutenção de Turbinas a Gás e a Vapor.

Período: 20-8-84 à 5-9-84

4 – Curso de Chefia e Liderança TWI.

Período: 17-3-85 à 2-4-85

5 – Curso de Capacitação de Supervisores.

Período: 13-6-85 à 26-6-85

Outras Atividades:

1 – Diretor Presidente do Conselho Deliberativo do INOCOOP – Instituto Nacional de Orientação as Cooperativas Habitacionais, Seção da Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, Quadriênio 80/84.

2 – Diretor Secretário de Esportes da Associação Esportiva Cultural de Uberaba, Minas Gerais, Triênios 81/84 e 84/86.

3 – Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Morada do Sol, Cidade de Uberaba, Minas Gerais, Quadriênio 80/84.

Atividades Extracurriculares:

Palestrante, Conferencista e Instrutor de Cursos de Orientação Sindical nas áreas de Direito do Trabalho e Previdência Social.

José Zito Calasãs Rodrigues

I (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 368, DE 1995

(Nº 1.205/95, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Francisco Canindé Pegado do Nascimento, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **currículum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

(Resumido)

I – Dados Pessoais:

Nome: Francisco Canindé Pegado do Nascimento

Filiação: Pedro Sebastião do Nascimento e Francisca Pegado do Nascimento

Data de nascimento: 8 de dezembro de 1955

Naturalidade: Lajes – Rio Grande do Norte

II – Documentos de Identificação:

1. Carteira de Identidade: nº 140.743 – Expedidor: ITEP-RN

2. Título Eleitoral : nº 2273653001-59 – Zona: 001 – Sec. 0027

3. CPF: 083.462.324-20

4. Certificado de Reservista: nº 170.526/MEx – Série "G"

5. Carteira do MTPS: nº 93.681 – Série 307ª

6. PASEP: nº 1.008.620.266-6

7. Registro de Jornalista Profissional: nº 357 – DRT – RN

III – Formação:

1. Mestrado em Administração de Empresas
Área de concentração: Recursos Humanos
Tese defendida: "Negociação Coletiva nas Empresas Estatais"

Instituição: Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ano de conclusão: 1988

2. Bacharelado em Jornalismo

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Ano de conclusão: 1984

3. Atualmente: Acadêmico do Curso de Direito

Instituição: Universidade de Guarulhos – UNG – São Paulo

IV – Congressos, Seminários e Cursos de Formação Sindical que participou**a) Internacional:**

1. Curso de Liderança Sindical

AIFLD – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre

Local: George Meany Center – Maryland–USA

– Ano: 1981

2. X Congresso Interamericano da IPCTT

Instituição: Internacional do Pessoal de Correios Tel. e Telefones

Local: Lima-Peru – Ano 1981

3. Curso Internacional de Instrutor Sindical

Instituição: IPCTT – Internacional do Pessoal de Cor. Tel. Telefones

Local: Buenos Aires-Argentina – Ano: 1987

4. Curso Internacional para Dirigentes Sindicais

Instituição: Central de Trabalhadores de Israel – HISTADRUT

Local: Tel Aviv-Israel – Ano: 1987

(Inclusive visita de 8 dias ao Egito)

5. 24ª Reunião Internacional de Trabalhadores da CIOSL e de todo o Mundo

Instituição: Confederação Internacional das Org. Sind. Livres – CIOSL

Local: Washington (DC) – USA – Ano: 1987

6. XI Congresso Interamericano da IPCTT

Instituição: IPCTT – Internacional do Pessoal de Cor. Tel. Telefones

Local: Manaus-AM – Ano: 1984

7. Curso Internacional de Educadores Sindicais

Instituição: IPCTT – Internacional do Pessoal de Cor. Tel. Telefones

Local: Caraguatatuba-SP – Ano: 1986

8. XII Congresso Interamericano da IPCTT

Instituição: IPCTT – Internacional do Pessoal de Cor. Tel. Telefones

Local: Mar del Plata – Argentina – Ano: 1988

9. Seminário sobre Economia e Sindicato

Instituição: CIOSL/ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores)

Local: Buenos Aires – Argentina – Ano: 1989

10. Congresso da HISTADRUT – Central de Trabalhadores de Israel

Instituição: HISTADRUT

Local: Tel Aviv-Israel – Ano: 1990

11. Curso de Mediador Sindical

Instituição: Federal Mediation & Conciliation Service

Local: Washington (DC)-USA – Ano: 1992

12. Programa de Intercâmbio Brasil x Japão

Instituição: Central de Trabalhadores do Japão x JILAF

Local: Tokyo, Kioto, Nagoya-Japão – Ano: 1993

13. Conferencista do tema "Labour And Sustainable Development"

Instituição – Ecotech – RIO 92

Local: Rio de Janeiro-RJ – Ano: 1992

b) Nacional

10. Seminário Nacional de Análise das Convenções da OIT

Instituição: OIT – CIOSL

Local: São Paulo-SP – Ano: 1986

11. Seminário Sobre negociação Coletiva

Instituição: FENATTEL

Local: Brasília-DF – Ano: 1984

12. Curso sobre Remuneração

Instituição: ICT/FENATTEL

Local: São Paulo-SP – Ano: 1982

13. Seminário Nacional de Trab. em Telecomunicações Luz e Força

Instituição: IPCTT

Local: São Paulo-SP – Ano: 1980

14. Encontro Nacional de Trabalhadores em Telecomunicações

Instituição: CONTCOP/FENATTEL/IPCTT

Local: Brasília-DF – Ano: 1983

15. II Congresso Brasileiro de Trab. em Comunicação e Publicidade

Instituição: CONTCOP

Local: Curitiba-PR – Ano: 1984

16. Curso de Orientação Sindical

Instituição: FENATTEL/IPCTT/ICT

Local: Natal-RN – Ano: 1984

17. Curso Residencial de Educação Sindical

Instituição: ICT

Local: São Paulo-SP – Ano: 1988

18. Conferencista do tema "Política Salarial e Sindicalismo"

Instituição: Escola de Comando e Estado Maior do Exército

Local: Rio de Janeiro-RJ – Ano: 1991

19. Conferencista aos estudos da Escola Superior de Guerra – ESG

Instituição: Escola Superior de Guerra

Local: São Paulo-SP – Ano: 1990

20. Conferencista do tema "Agenda 21 – Mecanismos de Implementação"

Instituição: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Local: São Paulo-SP – 1993

V – Cargos de Natureza Sindical

1. Presidente da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Norte

Mandato: até 1992

2. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do RN

Mandato: até 1995

3. Presidente do Sindicato dos Profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho do Rio Grande do Norte

Mandato: até 1992

4. Presidente do Conselho Estadual de Reconhecimento Sindical do Rio Grande do Norte

Mandato: até 1993

5. Diretor para Assuntos Educacionais, Ciência e Tecnologia da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas – FENATEL

Mandato: até 1992

6. Presidente da Cooperativa Habitacional Intersindical dos Trabalhadores Sindicalizados do Rio Grande do Norte

Mandato: até 1991

7. Membro Suplente do Conselho Interamericano da Internacional do Pessoal de Correios, Telégrafos e Telefones – IPCTT, para a América do Sul

Mandato: até 1993

8. Vice-Presidente Suplente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade – CONTCOP

Mandato: até 1993

9. Sócio Efetivo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RN (Desde 1984)

10. Diretor para Assuntos Parlamentares da CGT-Nacional

Eleito no Congresso Nacional da entidade em 1989

Mandato: até 1992

11. Diretor-Tesoureiro-Adjunto da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade – CONTCOP

Eleito em 1993

Mandato: até 1997

12. Diretor-Representante da FENATTEL – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas – FENATTEL

Mandato: até 1997

13. Presidente Nacional da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

Eleito no Congresso Nacional de 1992

Mandato: até 1996

14. Membro Efetivo do Conselho Executivo Mundial da CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres

Eleito no Congresso Mundial da entidade, realizado em Caracas, em 1992

Mandato: até 1996

Sede: Bruxelas – Bélgica

VI – Cargos e Funções ocupadas anteriormente

1. Diretor Financeiro Adjunto da Federação Nacional dos Trabalhadores em Emp. de telecom. e Op. de Mesas Telefônicas – FENATDEL

Período: 1986 a 1989.

2. Membro do Conselho Nacional de entidades da CGT

Período: 1986 a 1989

3. Diretor Financeiro do Clube da Imprensa do Rio Grande do Norte Período: 1985

4. Conselheiro representante dos trabalhadores junto à FETAC – Fundação Estadual do Trabalho e Ação Comunitária

Período: 1983 a 1985

VII – Emprego Atual (licenciado para o Sindicato)

1. Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A – TELERN

Função ocupada: Chefe de Divisão (Desde 1975)

VIII – Empregos Anteriores

1. Secretaria de Estado da Agricultura
Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Período: 1970 a 1975

2. Serviço de Informações de Mercado
Convênio SUDENE – Sup. do Desenvolvimento do Nordeste
Período: 1974

3. Departamento Estadual de Estatística – Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Período: 1973 a 1974

4. Fundação Instituto de Desenvolvimento do RN – IDEC
Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Período: 1975

5. Professor com Pró-Labore da Universidade federal do Rio G. do Norte
Período: 1987

IX – Outros Cursos Realizados (Síntese)

1. Gerência Empresarial

CIFE – Centro Integrado para Formação de Executivos (até 5º Período)

Local: Natal – RN – Ano: 1980 a 1983

2. Princípios de Administração de Empresas
SESI – Serviço Social da Indústria

Local: Natal – RN – Ano: 1977

3. Sistemas Empresariais

FJA – Fundação José Augusto

Local: Natal – RN – Ano: 1979

4. Licitação em Empresas Públicas

Assessoria norte-rio-grandense de Técnicos em Administração

Local: Natal – RN – Ano: 1980

5. Telecomunicações para não Engenheiros

Telecomunicações do RN S/A – TELERN

Local: Natal – RN – Ano: 1983

6. Círculo de Controle de Qualidade – CCQ

Telecomunicações do Rio Grande do Norte S/A

– TELERN

Local: Natal – RN – Ano: 1983

7. Supervisor de Segurança do Trabalho

SESI – Fundacentro – Ministério do Trabalho –

SSMI

Local: Natal – RN – Ano: 1984.

VIII – MEDALHAS E CONDECORAÇÕES:

1. Diploma e medalha de Comendador

Outorgante: Tribunal Superior do Trabalho – TST

2. Medalha do Cinquentenário da Justiça do

Trabalho

Outorgante: Tribunal Superior do Trabalho – TST

3. Diploma e medalha no grau de Comendador

Outorgante: Suprema Corte da Ordem Interna-

cional do Jornalismo

4. Diploma e medalha no grau de Comendador

Outorgante: Sociedade Brasileira de Arte,

Ciência e História

5. Medalha de Honra ao Mérito

Outorgante: Ministério do Trabalho e Previdên-

cia Social

6. Medalha por Relevantes Serviços Prestados

em Prol dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade no Brasil

Outorgante: Confederação Nacional dos Traba-

lhadores em Comunicação e Publicidade – CONTCOP

7. Troféu de "Maior Autoridade Sindical do ano

de 1993"

Outorgante: Grupo de Jornalistas e Consulto-

res Zildete Montiel

8. Troféu de Maior Autoridade Sindical do ano

de 1994

Outorgante: Grupo de Jornalistas e Consulto-

res Zildete Montiel

IX – Tem Vários Artigos e Participação Publicados em Livros de Natureza Técnica e de Relações Trabalhistas

Brasília, 6 de setembro de 1995. – **Francisco**

Canindé Pegado do Nascimento.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
EM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE

Reconhecida pelo Decreto nº 54.398, de 9-10-64

Sede: SCS – Edifício Serra Dourada, Grupos

705 a 709 – Telefone: 224-7926 – Fax: 224-5686 –

CEP 70.300-902 – Brasília – DF

Declaração

Declaramos para fins eleitorais sindicais que o Senhor Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Secretário de Finanças Adjunto desta Confederação, é sindicalizado há mais de cinco anos e exerce atividade profissional há mais de dez anos.

Por ser verdade, firmo o presente para que produza efeitos legais.

Brasília, 8 de setembro de 1995. – **Antônio Maria Thaumaturgo Cortizon**, Presidente.

Declaração de boa conduta

Declaramos, para os fins que se fizerem necessários, que o Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, portador da cédula de identidade nº 140.743-SSP/RN, é pessoa por nós conhecida, tendo sempre apresentado *boa conduta*, não nos constando nada que desabone a sua moral.

Brasília, 6 de setembro de 1995. – **Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo**, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST – **Luiz Expedito Monteiro de Lima**, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 369, DE 1995

(Nº 1.206/95, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Regina Fátima Abrantes Rezende Ezequiel, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos da indicada, que me induziram a escolhê-la para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

1 – Dados Pessoais

Nome – Regina Fátima Abrantes Rezende Ezequiel

Naturalidade – Belo Horizonte – MG

Filiação – Lanir Rezende

Nilza Abrantes Rezende

Estado Civil – casada

Data de nascimento – 21 de outubro de 1953

Documento de identidade – OAB/MG 36.061

2 – Formação Escolar

Primário

Grupo Escolar Major Américo Ferreira Lima – Belo Horizonte

Ano de conclusão – 1964

Ginásio

Instituto de Educação de Minas Gerais – Belo Horizonte

Ano de conclusão – 1970

Colegial Normal

Instituto de Educação de Minas Gerais – Belo Horizonte

Ano de conclusão – 1973

Superior

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte

Ano de conclusão – julho de 1982

3 – Curso de Extensão

Curso de Secretária Executiva

Entidade: SELPE – Seleção de Pessoal Sociedade Civil Ltda.

Período: 24 de abril a 9 de julho de 1974

Curso de Taquigrafia

Entidade: SELPE – Seleção de Pessoal Sociedade Civil Ltda.

Período: 1º a 30 de junho de 1974

Curso sobre a Operacionalização Financeira do BDMG

Entidade: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

Período: 27 a 29 de maio de 1981

Curso de Atualização de Redação Funcional Moderna

Entidade: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

Período: 29 de junho a 2 de julho de 1981

Ciclo de Estudos sobre a Atuação do Advogado

Entidade: Faculdade de Direito da UFMG

Período: 17 a 24 de agosto de 1981

Ciclo de Conferências "Direito Civil Hoje"

Entidade: Faculdade de Direito da UFMG

Período: 25 a 28 de agosto de 1981

Curso de Redação – Técnica de Relatórios

Entidade: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

Professor José Eliezer de Andrade – BDMG

Período: 24 a 26 de agosto de 1981

Seminário "Noções Básicas sobre Análise Jurídica e Contratação"

Entidade: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

Período: 26 de maio de 1982

I Simpósio de Advogados Assalariados

Entidade: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais

Período: 26 de junho de 1982

Curso de Extensão – Direito Sindical – Tribunal Regional do Trabalho e Conselho de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Direito da UFMG

Entidade: Universidade Federal de Minas Federal

Período: 11 de julho a 5 de agosto de 1983

IV Congresso Nacional de Transportes Públicos

Entidade: Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP

Período: 7 a 11 de maio de 1984

IV Seminário de Gerência e Manutenção de Ônibus

Entidade: Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Metrobel

Período: 6 a 8 de março de 1985

Seminário sobre o Direito de Greve

Entidade: Academia Nacional de Direito do Trabalho

Período: 27 e 28 de maio de 1987

Encontro Técnico sobre Vale-Transporte

Entidade: Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP

Período: 3 a 4 de dezembro de 1987

Curso de Relações Trabalhistas no Transporte Rodoviário

Entidade: Confederação Nacional dos Transportes Terrestres – CNTT

Período: 17 e 18 de novembro de 1988

3º Seminário do Plano Diretor do Distrito Federal

Entidade: Governo do Distrito Federal

Período: setembro a dezembro de 1989

V Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho

Entidade: Editora LTr

Período: 21 a 23 de novembro de 1990

8º Congresso Nacional de Transportes Públicos

Entidade: Associação Nacional dos Transportes Públicos – ANTP

Período: 18 a 21 de junho de 1991

XIX Encontro Nacional de Diretores de DE-TRAN

Entidade: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba

Período: 3 a 7 de dezembro de 1991

1ª Conferência Nacional para Integração e Desenvolvimento do Transporte – CNT – 92

Entidade: Confederação Nacional do Transporte – CNT

Período: 12 a 15 de maio de 1992

Curso Cerimonial e Protocolo – A Qualidade na Organização de Eventos

Entidade: Manager Assessoria em Recursos Humanos

Período: 23 de agosto de 1993

II Congresso Goiano de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho

Entidade: Associação dos Advogados Trabalhistas de Goiânia

Período: 10 a 12 de junho de 1993

Curso de Etiqueta

Entidade: Socila de Belo Horizonte

Período: 10 a 15 de abril de 1994

Curso Orientações Práticas para Elaboração de Editais de Licitação

Entidade: Herkenhoff & Prattes, Tecnologia e Desenvolvimento – Prof. Carlos Pinto Coelho Motta

Período: 6 de junho de 1994

Curso Eficácia nas Licitações

Entidade: Herkenhoff & Prates, Tecnologia e Desenvolvimento

Prof. Carlos Pinto Coelho Motta

Período: 5 e 6 de julho de 1994

1º Seminário Nacional de Direito Administrativo

Entidade: Editora NDJ

Período: 27 de novembro a 2 de dezembro de 1994

Curso Chefiar com Qualidade

Entidade: Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais – FCEMG

Centro de Desenvolvimento Empresarial

Período: 16 a 19 de janeiro de 1995

4. Prêmios Obtidos na Faculdade de Direito da UFMG

*Raimundo Cândido: conferido pela Faculdade de Direito por ter obtido as melhores notas na disciplina Direito Civil, durante todo o curso;

*Rio Branco: concorrido por haver obtido classificação entre os quatro primeiros alunos, por média, em todas as disciplinas, durante o Curso de Graduação em Direito;

*Francisco Brant: concorrido por ter obtido uma das cinco maiores médias na disciplina Direito Processual Penal durante o Curso de Direito;

*Rafael Magalhães e Cândido Naves: concorrido por ter obtido uma das sete maiores médias na

disciplina Direito Processual Civil durante o curso de Direito.

5. Experiência Profissional

*Selpe – Seleção de Pessoal Sociedade Civil Ltda.

Cargos: arquivista, recepcionista, telefonista, relações públicas, consultora e assistente da diretoria

Período: 23 de janeiro de 1974 a 30 de setembro de 1978

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Cargo: Estagiária

Setor: Serviço Cível

Período: 18 de junho a 30 de outubro de 1981

Atividades desenvolvidas: elaboração dos pedidos de dia para julgamento dos recursos, das pautas para julgamento, datilografia de resultado de julgamentos para publicação no Diário Oficial.

Departamento de Assistência Judiciária da Universidade Federal de Minas Gerais

Cargo: Estagiária

Setor: Departamento Jurídico

Período: 28 de setembro de 1980 a 31 de julho de 1982

Atividades desenvolvidas: elaboração de petições iniciais, contestações, recursos, comparecimento a audiências e acompanhamento de processos.

*Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG

Cargo: Estagiária

Setor: Área Operacional III – Infra-estrutura e Serviços Básicos

Período: 5 de janeiro de 1981 a 30 de junho de 1982

Cargo: Advogada

Período: 1º de julho a 30 de setembro de 1982, contratadas pela Adservis – Administração de Serviços Internos Ltda., para substituir funcionário de licença.

Setor: Área Operacional III – Diretoria de Infra-estrutura e Serviços Básicos

Atividades desenvolvidas: análise jurídica de empresas postulantes e apoio financeiro; acompanhamento de processos junto a cartórios de notas, de títulos e documentos e de registro de imóveis; elaboração de contratos por instrumento particular e público, aditivos, envolvendo garantias reais, fiduciárias, fidejussórias; elaboração de títulos de crédito, cédula de crédito industrial e comercial, nota de crédito industrial e comercial; elaboração de estudos e pareceres.

Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – SETRANSP

Cargo: Assessora Jurídica

Período: 19 de maio de 1983 a 3 de novembro de 1988

Atividades desenvolvidas: prestar assistência jurídica (consulta e informações sobre legislação trabalhista, comercial, civil, em geral, todas ligadas a área de transporte, aos associados, quando solicitada; promover acordos em questões de interesse do Sindicato; elaborar documentos, convenções coletivas de trabalho; redigir toda documentação e correspondência que envolvia normas jurídicas e as que fossem dirigidas a autoridades; elaborar recursos administrativos de todas as empresas junto à Metrobel; elaboração e fundação das Associações Profissionais das Empresas de Transportes de Passageiros de Pouso Alegre, Divinópolis, Conselheiro Lafaiete e Cataguases; transformação das associações em Sindicatos; fundação da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado de Minas Gerais; fundação da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos, com sede em Brasília.

- Viação Platina Ltda.

Cargo: Sócia-proprietária

Período: Desde 25 de janeiro de 1989

Atividades desenvolvidas: responsável pela coordenação da parte administrativa e jurídica da empresa e das demais integrantes do mesmo grupo.

6. Atividades Desenvolvidas Junto à:

- Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU

Cargo: Membro da Comissão de Assuntos Jurídicos

Período: 1º de novembro de 1989 a 30 de novembro de 1993

Atividades desenvolvidas: análise e aprovação de pareceres jurídicos, elaborados pelo Departamento Jurídico, solicitados pelas empresas e entidades associadas, avaliação de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional de interesse do setor, participação em comissões e grupos de trabalho formados por órgãos públicos para discussão de temas sobre o setor de transporte.

- Confederação Nacional do Transporte – CNT

Cargo: Vice-Presidente da Seção de Passageiros

Atividades desenvolvidas: dar suporte às entidades e empresas que formam o sistema de transporte de passageiros.

- Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de Minas Gerais – FETRAM

Cargo: Diretora Jurídica

Período: desde 1º de dezembro de 1993

Atividades desenvolvidas: responsável pelas atividades desenvolvidas pelo Departamento Jurídico da Entidade junto aos Sindicatos e empresas filiados à Federação.

- Associação Comercial de Minas

Cargo: Membro do Conselho de Assuntos Jurídicos

Período: Desde maio de 1995

Atividades desenvolvidas: análise e discussão de temas jurídicos, projetos de lei de interesse do setor econômico do País.

6 – Palestras Proferidas

- "O Benefício do Vale-Transporte – histórico, institucionalização, legislação e política do vale-transporte", no Encontro Nacional sobre Vale-Transporte, realizado nos dias 1º e 2 de fevereiro de 1988, promovido pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU.

- A mesma palestra, no Curso de Implantação do Vale-Transporte, realizado nos dias 22 e 23 de março de 1988, promovido pelo Grupo de Assistentes Sociais de Empresas de Franca – GASEF.

- Sobre Vale-Transporte – legislação e operacionalização nas cidades de Natal, Recife, Governador Valadares, Divinópolis, entre outras, para empresários dos diversos segmentos da economia.

- "O Transporte na Constituição Federal", no II Ciclo de Estudos da NTU, promovido pela Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre, no mês de agosto de 1988.

- "Vale-Transporte – Situação Atual e Perspectivas", no IV Encontro Nacional dos Transportadores de Passageiros, realizado no período de 29 a 31 de maio de 1989.

- "Ações da Iniciativa Privada", no Seminário Nacional sobre a Municipalização do Trânsito, promovido pelo Instituto Brasileiro de Municípios – IBAM, realizado no período de 17 a 19 de setembro de 1991.

- "O Código do Consumidor e o Usuário de Transporte", promovido pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Santa Catarina, em maio de 1992.

- "Licitações em Linhas Urbanas (Lei nº 8.666/93)", no 6º Etransport, promovido pela Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Leste Meridional do Brasil – Fetranspor, realizado no período de 5 a 7 de outubro de 1994.

Belo Horizonte, 22 de setembro de 1995. – Regina Fátima Abrantes Rezende Ezequiel.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 370, DE 1995
(Nº 1.207/95, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Renê Adão Alves Pinto, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

Nome: Renê Adão Alves Pinto

Filho de : Augusto Alves Pinto e Lázara Alves Pinto

Nascido em: 4 de maio de 1962

Naturalidade: Patos de Minas – Minas Gerais

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Administrador de Empresas

Estado civil: Casado – 14-1-84

Esposa: Jocineide Falcão Alves Pinto

Filhos: Duas meninas e um menino

Mariana Falcão Alves Pinto

Daniela Cristina Falcão Alves Pinto

Henrique Renê Falcão Alves Pinto

Endereço: Rua Samatra, 97 – Shangri-lá – Cuiabá (MT)

Transferiu residência para Cuiabá no ano de 1975, quando a família adquiriu a Empresa Transporte São Cristóvão. Começou a trabalhar em 1975 como Auxiliar de Escritório, ao passar por todos os setores da Empresa, em 1980 assume a Diretoria Administrativo-Financeira do Grupo Nova Era.

Em 1993 funda a Escola de Supletivo de I e II Graus para funcionários do Grupo Nova Era.

Participou intensamente na criação do SEST/SENAT – Órgão de Assistência aos Trabalhadores do Transporte Coletivo.

Qualificação escolar:

Curso primário – Colégio Cristo Rei (Presidente Prudente – SP) – período 1970 a 1974

I Grau – Colégio São Gonçalo (Cuiabá – MT) – período de 1975 a 1978

II grau – Escola Técnica Federal – período de 1979 a 1981

Grau superior – Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, período de 1982 a 1985

Qualificação Profissional:

Diretor Vice-Presidente da Associação Comercial de Cuiabá de 1990 à 1992, onde foi o Coordenador da Reestruturação do Estatuto da entidade.

Eleito em 1992 até 1994 como Diretor Setorial – Setor de Transporte, Comércio e Derivados de Petróleo e reeleito para o período de 1994 à 1996.

Eleito para o período de 1990 a 1993 – Diretor Adjunto da Sucesu

Eleito para o período de 1994 à 1996 – Vice-Presidente da Sucesu

Eleito em 1990 Diretor da CNT – Confederação Nacional de Transporte.

Em 1992 à 1995 eleito Conselheiro Fiscal da CNT

Em 1995 à 1988 eleito Presidente do Conselho Fiscal da CNT

Em 1993 eleito pela Associação Nacional dos Transportadores Urbanos – NTU (Brasília) Diretor Vice-Presidente da Região Centro Oeste – até 1996

Eleito para o período de 1988 à 1990 1º Membro do Conselho Fiscal da Associação Matogrossense dos Transportadores Urbano – MTU

Eleito para o período de 1990 à 1992 1º Membro do Conselho Fiscal da Associação Matogrossense dos Transportes Urbano – MTU

Eleito para o período de 1992 à 1994 Presidente da Associação Matogrossense dos Transportadores Urbano – MTU

Eleito para o período de 1994 à 1996 Tesoureiro da Associação Matogrossense dos Transportadores Urbano – MTU

Eleito 1º Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Transp. Urbanos – STU, período de 1989 à 1992

Reeleito 1º Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Transp. Urbanos – STU, período de 1992 à 1995

Eleito 3º Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Transp. Urbanos – STU, período de 1995 à 1998

Em 1993 ingressou no Lions Club Cuiabá Sul até hoje.

Membro fundador da Associação dos Criadores do Cavalo Árabe de Mato Grosso em 1991.

Membro do Conselho Nacional dos Transporte Urbanos – CNTU desde 1993.

De acordo com Decreto Legislativo nº 22/95, em 5-4-95, por unanimidade de seus Vereadores, foi

agraciado pela Câmara Municipal de Cuiabá com título de "Cidadão Cuiabano".

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 371, DE 1995
(Nº 1.208/95, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome de Ângelo Mário de Carvalho e Silva, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

1. Dados Pessoais

- 1.1 – Nome: Angelo Mário de Carvalho e Silva
- 1.2 – Filiação: Renato Santos Silva e Germina de Carvalho Silva
- 1.3 – Data de Nascimento: 9 de dezembro de 1936
- 1.4 – Naturalidade: Feira de Santana – BA
- 1.5 – Nacionalidade: Brasileiro
- 1.6 – Estado Civil: Desquitado
- 1.7 – Cônjuge: Maria Helena Carneiro da Rocha Lisboa e Silva
- 1.8 – Filhos: Valéria Pedreira de Freitas Silva
Verônica Pedreira de Freitas Silva
Maria Laura Pedreira de Freitas Silva
Renata Lisboa e Silva
- 1.9 – Profissão: Médico
- 1.10 – Data da Formatura: 3 de dezembro de 1961
- 1.11 – Faculdade: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
- 1.12 – Carteira de Identidade: 318.745 – SSP – BA
- 1.13 – CPF: 002.948.535-53
- 1.14 – Título de eleitor: 1.999 – 19ª Zona – Feira de Santana – BA
- 1.15 – Endereços: Comerciais:
Casa de Saúde Santana
– Av. Senhor dos Passos, 538, FSA – BA
Tel: (075) 623-4889
Praça da Bandeira, 62 – 1º andar – FSA – BA
Tel: (075) 221-4836

FAEB – Federação da Agricultura do Estado da Bahia

– Av. Tancredo Neves, 450, 26º andar
– Ed. Suarez Trade, Sala 2602 – Salvador – BA
CEP: 41820-021

Tel.: (071) 371-2274/1773

Fax: (071) 371-5161

DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A

– Av. Tancredo Neves, 776, 1º andar – Bloco B
Pituba – Salvador – BA

CEP: 41823-900

Tel.: (071) 358-2694

Fax: (071) 359-3693

Residenciais:

– Sítio Pousada do Rumo

Av. do Contorno s/nº

Tel: (075) 221-0949

Feira de Santana – BA

– Rua Milton de Oliveira, 73

Ed. Palazzo Anacapri – Apt. 902 – Barra

Tel: (071) 245-5124

CEP: 40140-100

Salvador – BA

2. Formação Escolar

- 2.1 – Curso Superior – Medicina
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
Período: 1955 à 1961
Salvador – BA
- 2.2 – Curso Científico
Colégio Santanópolis
Período: 1952
Feira de Santana – BA
- Colégio Sofia Costa Pinto
Período: 1953 e 1954
Salvador – BA
- 2.3 – Curso Ginásial
Colégio Santanópolis
Período: 1948 à 1951
Feira de Santana – BA
- 2.4 – Curso Primário
Escola Profª Helena Assis
Período: 1943 à 1947
Feira de Santana – BA

3. Vida Acadêmica

- 3.1 – Plantonista do Pronto Socorro
Hospital D. Pedro de Alcântara
Período: 1961
- 3.2 – Interno do Hospital Getúlio Vargas
Pronto Socorro
Período: 1959 à 1961
- 3.3 – Interno da Clínica Otorrinolaringológica

Hospital Santa Isabel
Período: 1958 à 1961
3.4 – Atualização Terapêutica
Curso realizado na Associação Bahiana de Medicina
Período: 1958 à 1959
3.5 – Interno de SAMDÚ
Período: 1958 à 1959
3.6 – Vice-Presidente do Centro Acadêmico
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
Período: Janeiro de 1957 à janeiro de 1958

4. Curso de Especialização Profissional

4.1 – Curso – Sinusopatias Infecciosas
Coordenador do Curso – Prof. Antony Maniglia
Período: 1º a 5 de outubro de 1984
Rio de Janeiro–RJ
4.2 – Coordenador de Curso sobre Câncer –
Oro-Facial
Período: 22 a 24 de maio 1978
Feira de Santana–BA
4.3 – Curso Cirurgia do Nariz e Seios Paranasais
Prof. Neves Pinto
Período: 20 a 25 de março de 1977
Rio de Janeiro–RJ
4.4 – Curso – Cirurgia Funcional do Médio
Prof. Richard Bellucci
4.5 – Curso de Atualização dos Problemas Clí-
nicos e Cirúrgicos das Amígdalas e Adenoides
Prof. Rezende Barbosa
Período: 4 a 9 de setembro de 1971
São Paulo–SP
4.6 – Curso – Surdez–Problema de Diagnósti-
co e Clínico–Terapêuticos
Prof. Peter Alberti (Toronto–Canadá)
Período: 4 a 9 de setembro de 1971
São Paulo–SP
4.7 – Especialização em Otorrinolaringologia
Conferido pela Associação Médica Brasileira e
Federação Brasileira de Otorrinolaringologia, através
concurso
Período: 1970
Rio de Janeiro–RJ
4.8 – Curso – Cirurgia pela Via da Faze Antero-
Superior da Pirâmide
Prof. Juan Manuel Tato
Período: 4 a 9 de setembro de 1970
4.9 – Curso de Otoneurologia
Prof. Nelson Alvarez Cruz
Período: 9 a 13 de novembro de 1968
Brasília–DF
4.10 – Curso de Alergia em Otorrinolaringologia
Prof. Sérgio Cunha de Camões
Período: 9 a 13 de novembro 1966

Brasília – DF
4.11 – Curso Atualização em Foniatria
Prof. Pedro Bloch
Período: 3 a 7 de setembro de 1966
São Paulo – SP
4.12 – Curso sobre Semiologia Labiríntica
Prof. Nelson Alvarez Cruz
Período: 10 a 17 de outubro de 1965
Rio de Janeiro – RJ
4.13 – Assistente Voluntário da Clínica de Otor-
rinolaringologia
Hospital dos Italianos – Clínica do Professor
Juan Manuel Tato
Período: 9-62 a 30 de dezembro de 1962
Buenos Aires – Argentina
4.14 – Assistente Voluntário da Clínica de Otor-
rinolaringologia
Hospital da Santa Casa de Misericórdia
Clínica do Prof. José Eugênio Rezende Barbosa
Período: Fevereiro a agosto de 1962
São Paulo – SP

05. Participação em congressos

5.1 – 1º Simpósio sobre Otorrino-Pediátrico do
Norte e Nordeste
Período: 30 de agosto de 1987
Salvador – BA
5.2 – XXIV Congresso Brasileiro de Otorrinola-
ringologia
Período: 1º a 5 de outubro de 1984
Rio de Janeiro – RJ
5.3 – IV Congresso Internacional de Rinologia
Período: 20 a 25 de março de 1977
Rio de Janeiro – RJ
5.4 – Diploma de Honra ao Mérito – Conferido
Pelo Grupo de Ação Integrada pelos
Serviços Prestados a Comunidade como Otor-
rinolaringologista
Período: Ano de 1974
Feira de Santana – BA
5.5 – Trabalho sobre Antibióticos em Otorrino-
laringologia
Período: Maio de 1974
São Paulo – SP
5.6 – XX Congresso Brasileiro de Otorrinolarin-
gologia
Período: 4 a 9 de setembro 1970
Rio de Janeiro – RJ
5.7 – Trabalho sobre EMU – V – UPJONHN em
Amigdalites
Período: Abril de 1970
São Paulo.– SP
5.8 – I Congresso Brasileiro de Foniatria

- Período: 4 a 9 de setembro de 1970
Rio de Janeiro – RJ
5.9 – XII Congresso Brasileiro de Broncoesofagologia
Período: 4 a 9 de setembro de 1970
Rio de Janeiro – RJ
5.10 – XIX Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia
Período: 4 a 9 de setembro de 1970
Rio de Janeiro – RJ
5.11 – XVII Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia
Período: 9 a 13 de novembro de 1968
Brasília – DF
5.12 – XVI Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia
Período: 6 a 10 de setembro de 1967
Belo Horizonte – MG
5.13 – IX Congresso Brasileiro de Broncoesofagologia
Período: 28 a 31 de outubro de 1967
Salvador – BA
5.14 – XV Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia
Período: 3 a 7 de setembro de 1966
São Paulo – SP
5.15 – I Congresso Latino Americano de Broncoesofagologia
Período: 10 a 17 de outubro de 1965
Rio de Janeiro – RJ
5.16 – XIV – Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia
Período: 10 a 17 de outubro de 1965
Rio de Janeiro – RJ
- 6 Outros cursos**
- 6.1 – Curso – Presidente da Mesa-Redonda – Pediatria em Otorrinolaringologia
Período: 6 de maio de 1989
Feira de Santana – BA
6.2 – Destaque como Administrador Estadual conferido por jornalista da Bahia
Coluna Oydemar Ferreira
Período: 1987
Feira de Santana – BA
6.3 – 1ª Jornada de Atualização em Otorrinolaringologia
Jornada Médica – Membro efetivo
Período: 1º de dezembro de 1984
Salvador – BA
6.4 – Troféu Imprensa – Melhor Administrador Público Estadual
Conferido pelo jornal **Feira Hoje**
Período: 1983
Feira de Santana – BA
6.5 – Membro da Comissão Executiva da 2ª Jornada Bahiana de Cancerologia
Período: 22 a 24 de maio de 1978
Feira de Santana – BA
6.6 – Coordenador do Curso Informativo de Prevenção do Câncer Genital para Leigos
Período: 22 a 24 de maio de 1978
Feira de Santana – BA
6.7 – I Seminário PIDERP-Saúde
Período: 23 a 24 de fevereiro de 1978
Feira de Santana – BA
6.8 – Simpósio sobre Administração da Empresa Hospitalar
Período: 19 a 20 de agosto de 1977
Rio de Janeiro – RJ
6.9 – Curso de Auditoria Hospitalar
Associação de Hospitais do Rio de Janeiro
Período: 18 a 19 de agosto de 1977
Rio de Janeiro – RJ
6.10 – I Semana de Estudos em Epidemiologia
Período: 14 a 18 de março de 1977
Feira de Santana – BA
6.11 – II Treinamento em Tuberculose para Profissionais em Nível de Execução
Período: 4 a 6 de dezembro de 1975
Feira de Santana – BA
6.12 – VI Jornada Médica do Interior
Período: 27 a 28 de setembro de 1975
Feira de Santana – BA
6.13 – Assistente de Coordenação da Operação Chapéu de Couro
Campanha de Erradicação da Meningite
Período: junho de 1975
Brasília – DF
6.14 – I Seminário de Organização da Fundação de Saúde do Estado da Bahia
Período: 5 a 6 de junho de 1973
Salvador – BA
6.15 – Curso – Faturamento do INPS – Associação dos Hospitais
Estado de São Paulo
Período: 13 a 15 de fevereiro de 1973

São Paulo – SP

6.16 – Coordenador do Curso Problemas Psicossomáticos da Criança

Período: 4 a 8 de outubro de 1961

Feira de Santana – BA

6.17 – 1º Congresso Estadual de Serviços Particulares de Urgência

Período: 29 de outubro a 1º de novembro de 1966

Feira de Santana – BA

6.18 – Curso de Psicologia Médica

Prof. Álvaro Rubim de Pinho

Hospital Naval

Período: 20 de março a 29 de abril de 1958

Salvador – BA

6.19 – I Forum Nacional da Agricultura

Expositor do Painel "O Arcabouço Institucional da Política Agrícola Brasileira. Risco Agrícola, Subsídios, Crédito e Comercialização"

Período: 21 a 22 de janeiro de 1993

Rio de Janeiro – RJ

6.20 – Presidente do I Simpósio Nacional de Pecuária de Leite

Período: março de 1992

Salvador – BA

6.21 – I Simpósio Brasileiro de Pecuária de Corte – debatedor

Período: novembro de 1991

Salvador – BA

6.22 – Presidente do Seminário Nacional de Tributação na Agricultura

Período: novembro de 1992

Salvador – BA

6.23 – Presidente da I Jornada Bahiana de Agropecuária

Período: fevereiro de 1991

Feira de Santana – BA

6.24 – Mesa-Redonda – "Cacau: Perspectivas de Desenvolvimento"

Jornal A Tarde

Período: Fevereiro 1993

Salvador – BA

6.25 – Seminário sobre a Modernização do Setor Primário da Economia Nordestina

Período: Março 1993

Recife-PE

7. Atividades Exercidas

7.1 – Diretor da 2ª Diretora Regional de Saúde

Período: Julho 1973 a julho de 1986

Feira de Santana-BA

7.2 – 1º Vice-Presidente do Sindicato Rural de Feira de Santana

Período: 1983 a 1985

Feira de Santana-BA

7.3 – Presidente da ARENA – Aliança Renovadora Nacional

Diretório Municipal de Feira de Santana

Período: Outubro 1973 a outubro 1981

Feira de Santana-BA

7.4 – Conselho Regional de Medicina – CRE-MEB

Membro do Conselho Fiscal e Efetivo

Período: 1978 a 1979

Salvador-BA

7.5 – 1º Coordenador do Plano Piloto de Interiorização do IAPSEB

Período: Novembro 1974 a junho 1975

Feira de Santana-BA

7.6 – Diretor Financeiro da Casa de Saúde Santana

Hospital Geral

Período: Dezembro 1971 a dezembro 1975

Feira de de Santana-BA

7.7 – Chefe do 2º Centro Executivo Regional de Saúde

Secretária de Saúde – Bahia

Período: 1972 a 1973

Feira de Santana-BA

7.8 – Vice-Presidente da Associação Regional de Medicina

Período: Julho 1972 a julho 1973

Feira de Santana-BA

7.9 – Secretário de Saúde do Município

Período: Fevereiro 1970 a junho 1972

Feira de Santana-BA

7.10 – Diretor Administrativo da Casa de Saúde de Santana

Hospital Geral

Período: 1968 a 1971

Feira de Santana-BA

7.11 – Presidente do Rotary Clube de Feira

Período: Julho 1968 a julho 1970

Feira de Santana-BA

7.12 – Diretor de Saúde do Município de Feira de Santana

Período: 1966 a 1970

Feira de Santana-BA

7.13 – Diretor Substituto do 2º Centro Executivo Regional de Saúde

Período: 1966 a 1970

Feira de Santana-BA

7.14 – Chefe do Serviço de Otorrinolaringologia

Hospital Pedro Alcântara

Período: 1963 a 1968

Feira de Santana-BA

7.15 – Diretor do Serviço Médico da Companhia Docas da Bahia

Período: Agosto 1963 a fevereiro 1966

Salvador-BA

7.16 – Médico Otorrinolaringologista

Hospital Getúlio Vargas

Período: 1963

Salvador-BA

8 – Atividades em Exercício

8.1 – Médico Efetivo da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

Nomeado em: 23 abril 1963

À disposição do DESENBANCO

Feira de Santana-BA

8.2 – Médico CLT-INAMPS-Instituto Nacional de Previdência social

Nomeado em: Janeiro 1967

À disposição do DESENBANCO

Feira de Santana-BA

8.3 – Diretor Presidente da Casa de Saúde Santana

Período: Desde 1972

Feira de Santana – BA

8.4 – Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia

Eleito em: Setembro 1991

Período: Triênio 1991 a 1994

8.5 – Membro da Diretoria Executiva do Sindicato Rural de Feira de Santana

Período: Triênio 1991 a 1994

Feira de Santana – BA

8.6 – Membro do Conselho Nacional de Pecuária de Corte

Eleito em: Dezembro 1989

Período: Triênio 1992 a 1995

São Paulo – SP

8.7 – Presidente do Conselho Estadual de Pecuária de Corte

Nomeado para Triênio: 1992 a 1995

Salvador – BA

8.8 – Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura

Eleito em: 6 de novembro 1990

Período: Triênio 1990 a 1993

Brasília – DF

8.9 – Diretor Adm. Financeiro do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – DESENBANCO

Posse em: 25 de março 1991

Salvador – BA

8.10 – Vice-Presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte

São Paulo – SP

8.11 – Membro do Conselho da .PROMOEXPORT

Eleito em: 29 de março 1992

Salvador – BA

8.12 – Vice-Presidente do Conselho Estadual do SEBRAE

Eleito em: 27 de março de 1993

8.13 – Membro do TST – Tribunal Superior do Trabalho

Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Recebida em 11-8-93

Brasília – DF

8.14 – Membro do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1991

Feira de Santana – BA

8.15 – Membro do Conselho Nacional de Indústrias de Carnes

Eleito em: Setembro 1991

8.16 – Membro do Conselho de Desenvolvimento Industrial

Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

DO de 27 de novembro de 1991

8.17 – Membro nato do Conselho Deliberativo da DESAGRO

Associação para o Desenvolvimento da Agro-
nomia

8.18 – Membro do Conselho do SENAR Nacional e

Representante dos nove Estados Nordestinos do Brasil neste Conselho.

8.19 – Presidente do Conselho de Administração do SENAR da Bahia.

8.20 – Presidente da Comissão Técnica de Relações Governamentais e Institucionais da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE.

Eleito em: 2 de agosto de 1995

Brasília – DF

Salvador, 29 de agosto de 1995. – **Ângelo Mário de Carvalho e Silva.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 372, DE 1995

(Nº 1.209/95, na origem)

Excelentíssimo Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a recondução de Nestor Fernando Hein, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1995 a 1998.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília-DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

1. Dados pessoais

Nome: Nestor Fernando Hein

Data de Nascimento: 5-12-56

Naturalidade: Guaíba (RS)

Estado Civil: Casado

Endereço: Rua Barão do Guaíba – 1.000, aptº 803, Bairro Menino Deus, Porto Alegre, RS.

Profissão: Juiz Classista Representante dos Empregadores no Tribunal Regional do Trabalho – 4ª Região e Ministro Suplente, representante dos Empregadores no Tribunal Superior do Trabalho.

2. Formação Acadêmica:

2.1 – Curso de Graduação:

Escola: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Faculdade: Ciências Jurídicas e Sociais

Local: São Leopoldo (RS)

Conclusão: 1º-7-82

2.2 – Curso de Pós-graduação:

Escola: Osvaldo Vergara de Pós-graduação em Ciências Jurídicas e Sociais

Local: Porto Alegre

Curso: Especialização em Direito Processual Civil – 360 horas/aula

Início: 7-6-83

Término: 7-6-84

2.3 – Aperfeiçoamento Profissional

a) Curso de Direito Agrário

Escola: Fundação Petrônio Portela

b) II Foro de Debates sobre Direito das Sucessões

Escola: Instituto dos Advogados do RS (IARGS)

c) Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho

Promoção: Revista LTr

d) Seminário Nacional de Reforma Agrária

Promoção: Sociedade Nacional de Agricultura

e) Tercer Congreso Internacional de Derecho Agrario

Promoção: Instituto Di Diritto Agrario Internazionale Comparato

f) Simpósio sobre Dinâmica da Negociação Coletiva

Promoção: FIERGS-CIERGS

g) III Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e II Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho

Promoção: Revista LTr

h) II Congresso Brasileiro de Previdência e I Seminário de Seguridade Social

Promoção: Revista LTr

i) X Conferência Nacional da OAB

Promoção: OAB e Seccional de Pernambuco

j) XI Conferência Nacional da OAB

Promoção: OAB e Seccional do Pará

3. Trabalhos Publicados:

3.1 – Assunto: Direito Agrário, Reforma Agrária e Desenvolvimento

Revista: Estudos Jurídicos

Número: 36

Edição: Unisinos

3.2 – Mantinha coluna semanal no Jornal "Correio do Povo Rural"; onde abordava assuntos ligados ao Direito do Trabalho Rural. Atualmente, mantém contribuição periódica junto ao Jornal "SulRural"

4. Atividades Profissionais

4.1 – VIII Encontro Estadual de Professores Técnicos de Ensino Agrícola

Atividade: Palestrante

Local: Santa Maria

4.2 – V Encontro Nacional de Geografia Agrária

Atividade: Palestrante

Local: Santa Maria

4.3 – VIII Semana Jurídica de Bagé

Atividade: Palestrante

Local: Bagé (RS)

4.4 – Seminário Nacional Tripartite – Relações de Trabalho, promovido pela OIT

Atividade: Debatedor

Local: Brasília-DF

4.5 – 1ª Jornada sobre Direito do Trabalho Rural

Atividade: Palestrante

Local: Porto Alegre

4.6 – Associação Rio-Platense del Derecho Agrario

Função Membro Fundador

4.7 – IIª Jornada sobre Direito do Trabalho Rural

Atividade: Palestrante

Local: Porto Alegre

4.8 – Seminário Internacional "Empleo en el Mercosur"

Local: Paraguai

5. Experiências Profissionais

Em 12-7-83 constituí a sociedade CODORNIZ & HEIN – Advogados Associados, onde presto serviços a várias empresas, nas áreas de direito do trabalho comercial e civil, afastando-me das atividades por ocasião da nomeação para exercer a função de Juiz Classista junto ao TRT-4ª Região.

Em 16-11-83 assumi as funções de Consultor Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, permanecendo até a nomeação para juiz classista.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, exerci as atividades de assessor jurídico pela Frente Ampla de Agropecuária Brasileira.

Prestei assessoria jurídica a vários sindicatos, entre eles o Sindicato das Empresas de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul.

Em agosto de 1990 fui nomeado Juiz Classista Titular, representante da classe dos empregadores, junto ao TRT – 4ª Região.

Em maio/93, fui empossado suplente de Ministro Classista, representante dos empregadores, junto ao Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, sendo que no mês de novembro/1993, assumi a titularidade em função do afastamento do titular. Em maio/94 fui novamente convocado para o efetivo exercício do cargo, em função do afastamento do Ministro Titular da categoria do Comércio, cargo que estou exercendo até o momento.

Em 1993, fui indicado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) como representante titular do empresariado rural junto ao Subgrupo nº 11 do Mercosul, atuando efetivamente em duas comissões, a de nº 8, incumbida de elaborar uma Carta Social, e a de nº 7, que trata do trabalho rural.

Nestor Fernando Hein

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 373, DE 1995 (Nº 1.210/95, na origem)

Excelentíssimo Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição Federal tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Rider Nogueira de Brito, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém – PA, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hylo Bezerra Gurgel e reserva da a Juizes de carreira de magistratura trabalhista.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

JUIZ RIDER NOGUEIRA DE BRITO

II – Dados de identificação

1. Identidade Civil: RG 184.895 – SEGUP – PA
2. Título de Eleitor: 10454013/76 Zona 001 Seção 0289 – Belém-PA
3. Certificado Militar: 687.863 – Série B – CSM 8ª Região
4. Matrícula do ex-IPASE: 308.8.1.094.017
5. Inscrição PASEP: 10044623418
6. CIC (CPF-MF): 004.890.772-34
7. Identidade Funcional: nº 042 – Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região

III – Titulação acadêmica

1. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará – 1966

IV – Cargos e funções que exerce

1. Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, promovido, por merecimento, pelo Decreto Presidencial de 5-8-1985.

2. Membro do Conselho de Administração da Medalha do Mérito **Jus et Labor** do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

3. Professor Titular de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho da União das Escolas Superiores do Estado do Pará (UNESPA) desde 1976, presentemente licenciado.

4. Presidente da 4ª Turma do TRT para o biênio 1995/1996

V – Cargos e funções anteriores exercidas

1. Auxiliar Judiciário, do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, 1959/1967.

2. Assessor do Diretor de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1964/1966.

3. Diretor-Geral de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1966/1968.

4. Oficial Judiciário, do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, por merecimento, 1967/1968.

5. Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região da Justiça do Trabalho, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, em 1º lugar, nomeado pelo Decreto Presidencial de 18-6-1968, tendo, por Decreto Presidencial, sido promovido Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, na mesma data.

6. Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Santarém, promovido, por merecimento, pelo Decreto Presidencial de 18-6-1968, de 1968 a 1971.

7. Presidente de diversas comissões de concursos públicos na Justiça do Trabalho da 8ª Região, de 1968 a 1989.

8. Presidente da 4ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, por remoção a pedido, responsável por sua instalação, de 1971/1985.

9. Juiz Convocado para compor o **quorum** do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região de 1971 a 1985, sendo de 1971 a 1976, continuamente, e de 1977 a 1985, intermitentemente.

10. Membro da Banca Examinadora do concurso para provimento de função de advogado do Banco do Estado do Pará, realizado em Belém, 1972.

11. Membro de Comissões Examinadoras de Prova de Concurso de Juiz do Trabalho Substituto da Justiça do Trabalho da 8ª Região. (1974, 1976, 1979, 1980, 1984, 1986, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993 e 1995).

12. Membro da Banca Examinadora do concurso para advogado do Banco do Estado do Pará, realizado em 1976.

13. Membro da Banca Examinadora do concurso para advogado do Banco do Estado do Pará, realizado em 1977.

14. Membro da Banca Examinadora do concurso para advogado do Banco do Estado do Pará, realizado em 1980.

15. Membro da Comissão da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1981/1985.

16. Coordenador do Curso de Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Pará e Amapá, realizado através do convênio entre o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e a Universidade Federal do Pará, o primeiro dessa natureza realizado no Brasil, 1983/1985.

17. Membro da Banca Examinadora do concurso para o cargo de advogado do Banco do Estado do Pará, realizado em 1985.

18. Membro do Conselho de Administração da Medalha do Mérito "Jus et Labor". 1986/1990.

19. Membro da Banca Examinadora do concurso para Procurador do Estado do Pará, realizado em 1987.

20. Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no biênio 88/1990.

21. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para o biênio 1990-1992, e também Corregedor Regional da Justiça do Trabalho da 8ª Região.

22. Presidente da Comissão da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1990/1992.

23. Presidente do Conselho de Administração da Medalha do Mérito "Jus et Labor" do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1990/1992.

24. Presidente da Comissão do Concurso C-242 para Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, 1992.

25. Eleito Presidente da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em 26-3-93, para completar o mandato do anterior, que pediu aposentadoria.

26. Ministro do TST, como Juiz Convocado, no período de 9 de maio de 1994 a 21 de fevereiro de 1995.

VI – Principais cursos realizados

1. Curso Intensivo de Redação Oficial. Belém. 1960.

2. Curso de Metodologia do Ensino Superior. Belém. 1979.

VII – Cursos ministrados

1. Curso de Direito para os funcionários da Justiça do Trabalho da 8ª Região, 1972/1973.

2. Curso de Noções de Direito Processual do Trabalho para os Técnicos, Auxiliares Judiciários, Oficiais de Justiça, Médico, Contador e Bibliotecário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1979.

3. Curso de Direito do Trabalho I para os Técnicos, Auxiliares Judiciários, Oficiais de Justiça, Médico, Contador e Bibliotecário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1980.

4. Curso de Direito do Trabalho II para os Técnicos, Auxiliares Judiciários, Oficiais de Justiça, Médico, Contador e Bibliotecário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, 1980.

5. Mesa Redonda sobre o Direito de Greve, realizado no Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará – CESEP, 1986.

6. Aulas de Direito do Trabalho no Curso de Mestrado da Universidade Federal do Pará, 1986.

7. I Curso de Técnica Processual Trabalhista, realizado pela Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Pará – ATEP, 1987.

8. Curso sobre "O Direito do Trabalho na Nova Constituição", realizado pela Escola Superior de Advocacia, 1989.

VIII – Conclaves que participou

1. I Encontro Regional de Estudos sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em Belém, 1970, como Debatedor e Secretário-Geral.

2. IV Congresso Ibero-Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, em São Paulo, 1972.

3. Seminário de Estudo sobre o Novo Código de Processo Civil, em Belém, 1973, como Debatedor e Secretário-Geral.

4. Seminários sobre Temas de Atualização em Direito Processual, em Belém, 1974, como Debatedor e Secretário-Geral.

5. I Encontro Paraense de Estudos Jurídicos, em Santarém – Pará, 1975.

6. Seminário de Atualização em Temas sobre Relações do Trabalho, em Belém, 1976, como Secretário-Geral.

7. Seminário de Atualização sobre Temas de Direito do Trabalho, em Belém, 1977, como Secretário-Geral.

8. Seminário de Processo Trabalhista, em Belém, 1978, como Membro da Comissão Diretora.

9. Seminário Internacional de Direito do Trabalho, em Belém, 1979, como Secretário-Geral.

10. Ciclo de Palestras sobre Direito do Trabalho, em Belém, 1982.

11. Seminário de Direito do Trabalho, em comemoração ao 40º ano da Consolidação das Leis do Trabalho, em Belém, 1983.

12. Seminário de Direito do Trabalho, em Belém, 1984.

13. Seminário de Direito Agrário, em Belém, 1984.

14. VIII Encontro de Magistrados Trabalhistas e I Encontro dos Procuradores e de Juízes de Direito Investidos na Jurisdição Trabalhista da Oitava Região, em Belém, 1984.

15. Ciclo de Conferências sobre Novos Rumos do Direito do Trabalho, em Belém, 1984.

16. Seminário Nacional de Direito do Trabalho, no Recife, 1985.

17. X Congresso Brasileiro de Magistrados, no Recife, 1986.

18. IX Encontro de Magistrados Trabalhistas e II Encontro de Procuradores do Trabalho e de Juízes de Direito Investidos na Jurisdição Trabalhista da 8ª Região, em Belém, 1986.

19. I Seminário Amapaense de Direito do Trabalho, em Macapá, 1987, na qualidade de Conferencista.

20. Semana "Pontes de Miranda", em Belém, 1987.

21. I Congresso Pan-Amazônico de Direito do Trabalho, em Belém, 1988.

22. II Curso de Preparação para a Magistratura Trabalhista, em Belém, 1988, na qualidade de Conferencista.

23. Semana "Lindolfo Collor", em Belém, 1988.

24. Curso sobre Direito do Trabalho na Nova constituição, em Belém, 1989, na qualidade de Expositor.

25. X Encontro de Magistrados Trabalhistas e III Encontro de Procuradores do Trabalho e de Juízes de Direito Investidos de Jurisdição Trabalhista da 8ª Região, em Belém, 1989, na qualidade de Coordenador.

26. Ciclo de Estudos de Direito Processual do Trabalho, em Belém, 1990.

27. Simpósio sobre "A Constituição de 1988", o Direito de Família e o Projeto de Código Civil, em Belém, 1990.

28. XI Encontro de Magistrados Trabalhistas e IV de Procuradores do Trabalho e de Juízes de Direito Investidos de Jurisdição Trabalhista da 8ª Região, em Belém, 1991, como Presidente da Comissão Organizadora.

IX – Principais Trabalhos Publicados

1. "A Prova Testemunhal no Processo Trabalhista". In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 6(11): 55-62, jul/dez de 1973.

2. "Opção pelo Regime do FGTS com Efeitos Retroativos". In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 7(12): 101-108, jan/jul de 1974.

3. "A Execução Provisória". In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 9(16):49-59, jan/jun de 1976.

4. Modernização do Direito do Trabalho (discurso). In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho

da 8ª Região, Belém, 18(35): 99-103, jul/dez de 1985.

5. Oitava Região, sempre em boas mãos (discurso). In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 20(38): 95-98, jan/jun de 1987.

6. "Um homem, um exemplo" (discurso). In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 20(38):105-109, jan/jun de 1987.

7. Pedro Mello – um juiz competente, um administrador de sucesso (discurso). In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 22(42):135-137, jan/jun de 1989.

8. Prefácio do livro "Manual de Direito do Trabalho", de autoria do Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Dr. Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello (Belém, Cejup, 1990).

9. Posse na Presidência (discurso). In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 24(46):109-111, jan/jun de 1991.

10. Prefácio da obra coletiva "Direito do Trabalho e a nova Ordem Constitucional", reunindo artigos doutrinários dos Juizes do Trabalho da 8ª região, sob a coordenação do Juiz Georzenor de Souza Franco Filho (São Paulo, Ltr. Editora Ltda, 1991).

11. Instalação das Turmas do TRT da 8ª Região (discurso). In: revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 25(48):215-216, jan/jun de 1992.

12. "Reflexões sobre o Sindicalismo Brasileiro" (discurso), Despedida da Previdência. In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém, 26(50):103-111, jan/jun de 1993.

13. "Sindicalismo, Representação Classista e Uniformização da Jurisprudência". In: Revista de Direito do Trabalho nº 82 – Junho/93, Ed. RT, São Paulo, p. 80-83.

X – Medalhas Recebidas

1. Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista, no grau de Grande Oficial, do Tribunal Superior do Trabalho.

2. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Oficial, pelo Tribunal Superior do Trabalho.

4. Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

5. Ordem do Mérito Cabanagem, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no grau de Mérito Especial.

6. Medalha do Mérito Tirandentes, da Polícia Militar do Estado Pará.

7. Medalha "Mérito Newton Miranda", da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

8. Medalha Comemorativa da Inauguração da Sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

9. Medalha Comemorativa do 50º Aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho.

10. Medalha Comemorativa ao Centenário da Imprensa Oficial do Estado do Governo do Estado do Pará.

11. Medalha Comemorativa da Inauguração da Sede da Ordem dos Advogados, seção do Pará.

XI – Associações a que pertence

1. Asociación Iberoamericana de Derecho Del Trabajo.

2. Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado Pará, na qualidade de Sócio Benemérito.

3. Associação dos Magistrados Trabalhistas da 8ª Região.

4. Instituto Amazônico de Direito e Processo do Trabalho.

XII – Elogios e distinções recebidos

1. Elogio Coletivo, do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, pela Portaria nº 26, de 18-2-60

2. Elogio Individual do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região, como Diretor-Geral de Secretaria, pela Portaria nº 99, de 1-7-68.

3. Elogio Individual do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, como Secretário-Geral do I Encontro Regional de Estudos sobre o FGTS, pela Portaria nº 127, de 18-8-70.

4. Elogio Individual do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pelo trabalho zeloso e eficiente imprimido para a realização do Seminário sobre Temas de Atualização em Direito Processual pela Portaria nº 357, de 12-11-74.

5. Elogio Individual do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pela colaboração durante seu mandato, pela Portaria nº 560, de 14-12-76.

6. Elogio Individual do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, pela colaboração prestada durante o mandato do biênio 78/80, pela Portaria nº 689, de 12-12-80.

7. Manifestação de louvor dos Presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho do Norte e Nordeste, participantes do I Encontro Regional de Estudos sobre o FGTS.

8. Título de "Cidadão de Belém", pela Câmara Municipal de Belém.

9. Título de "Honra ao Mérito", da Câmara Municipal de Belém.

10. Título de "Honra ao Mérito", da Câmara Municipal de Óbidos.

11. Título de "Cidadão de Santarém", da Câmara Municipal de Santarém.

12. Integrante de lista tríplice para preenchimento de vaga de Ministro de Carreira do Tribunal Superior do Trabalho, em 26-8-92.

13. Manifestação elogiosa formulada pela Associação dos Procuradores do Estado do Pará, por deliberação unânime de seus membros, em face do respeito e apreço deferidos àquela instituição Boletim PGE/CE nº 20/1993, p. 18/19.

14. Homenageado pelos Exm^{os} Ministros Orlando Teixeira da Costa (Presidente), Ursulino Santos, Almir Pazzianotto, Manoel Mendes, Wagner Pimenta, Roberto Della Manna, Thaumaturgo Cortizo, Indalécio Gomes Neto e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Jefferson Luiz Pereira Coelho, na 30ª Sessão da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SE/DC) do C. Tribunal Superior do Trabalho, realizada aos 13-12-94. Notas Taquigráficas da sessão de 13-12-94 da SE/DC/TST.

15. Homenageado pelo Ministro Guimarães Falcão, Presidente da 4ª Turma do C. Tribunal Superior do Trabalho, quando do encerramento do ano judiciário de 1994, pela sua atuação como Juiz Convocado naquela Corte Superior. Notas Taquigráficas da sessão de 15-12-94 da 4ª T da SDI/TST.

16. Integrante pela 2ª vez, de lista tríplice para preenchimento de vaga de Ministro de Carreira do Tribunal Superior do Trabalho, em 10-8-95, desta vez como o mais votado (R.A. 216/95 – DJ 17-10-95)

17. Integrante, pela 3ª vez, e por mais esta vez como o mais votado, da lista tríplice para preenchimento de vaga de Ministro de Carreira do Tribunal Superior do Trabalho, em 25-10-95.

XIII – Aprovações em concursos públicos

1. Auxiliar Judiciário, do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região, 3º lugar – 1959.

2. Juiz do Trabalho Substituto da 8ª Região, 1º lugar – 1968.

Rider Nogueira de Brito, Juiz Togado do TRT da 8ª Região.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 374, DE 1995 (Nº 1.211/95, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, *in fine*, do artigo 111 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor José Luciano de Castilho Pereira, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília – DF, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ney Proença Doyle e reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **currículum vitae**.

Brasília – DF, 10 de novembro de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso**.

CURRICULUM VITAE

Dados pessoais

José Luciano de Castilho Pereira, nascido em Pedro Leopoldo, no dia 4-1-37, filho de Pedro Pereira Filho e de Alice Castilho Pereira, ambos já falecidos. É casado com Ângela Maria de Souza Pereira, tendo quatro filhos: Paulo Márcio, que é casado com Ana Cláudia Zen; Caio Cesar, Ana Cláudia e Luciana.

Vida escolar

1º grau em Pedro Leopoldo, no Grupo Escolar São José e no Ginásio Imaculada Conceição.

2º grau – Em Belo Horizonte, no Colégio Estadual de Minas Gerais.

Fez o curso de Direito na Universidade Católica de Minas Gerais, tendo colado grau em dezembro de 1960.

Atividades docentes

De 1961 a 1974 lecionou no Ginásio e posteriormente Colégio Estadual Imaculada Conceição de Pedro Leopoldo.

Foi primeiro presidente da Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, entidade mantenedora dos Cursos de Licenciatura que a Universidade Católica de Minas Gerais mantinha, nesta Cidade. Nestes cursos também lecionou até 1974.

Atualmente, é professor de Direito Processual do Trabalho em cursos de Pós-Graduação, no Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, Brasília.

Atividades profissionais na área do Direito

Nomeado, por concurso público, Promotor de Justiça da Comarca de Conquista, MG, em 1961, do qual foi exonerado, a pedido, antes de tomar posse.

Foi advogado, em Pedro Leopoldo, de 1961 a 1974.

Em 1974, foi nomeado Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Em 1979, foi promovido a Juiz do Trabalho Presidente da 8ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília, DF.

Em 1991, foi promovido a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília.

Em 1994, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, cargo que ocupa, atualmente, com mandato até março de 1996.

No biênio 92/94, foi Presidente da 1ª Turma do referido Tribunal de Brasília.

É o primeiro Diretor da Escola Judicial do mesmo Tribunal de Brasília.

Publicações e palestras

É membro do conselho Editorial da Revista Síntese Trabalhista, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Tem artigos de Direito publicados na Revista Síntese Trabalhista, na Rev. Ltr. de São Paulo, na Revista do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, bem como na Revista do Tribunal Superior do Trabalho.

Tem regularmente feito palestras em Brasília, Goiânia, Campo Grande (MS), Cuiabá, etc.

Comendas

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Ordem de Dom Bosco, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho de Brasília.

Ordem de São José Operário, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso, 24ª Região.

Ordem do Mérito de Brasília, outorgada pelo Governo do Distrito Federal.

Cidadão Benemérito de Pedro Leopoldo, título concedido pela Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

Atividade política

Foi vereador em Pedro Leopoldo, quatro anos de mandato de 1958 a 1962.

José Luciano de Castilho Pereira. – Vice-Presidente do TRT-10ª Região.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilvam Borges.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.449, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Professor e Jurista Geraldo Ataliba.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1995. –

Lúcio Alcântara – Eduardo Suplicy – Marina Silva – José Sarney – José Eduardo Dutra – Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) –

Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, fomos surpreendidos pela morte do Professor Geraldo Ataliba. Professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo, ex-Reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tributarista de renome e homem profundamente ligado ao compromisso com a democracia no Brasil.

Jurista de fôlego; escreveu vários livros; realizou várias conferências; debateu, por esse Brasil afora, assuntos ligados à sua especialidade e à sua área de conhecimento. Militou, de maneira muito significativa, junto ao grupo de advogados que formalizou as denúncias e os requerimentos que levaram à abertura do processo de **impeachment** do então Presidente Fernando Collor, e estava, no momento, juntamente com outros juristas de São Paulo e professores especializados no assunto, preparando uma proposta alternativa para a reforma tributária com um mínimo de alterações constitucionais, mas, principalmente alterando normas infraconstitucionais. Foi surpreendido, no auge da sua vida profissional, pela morte em decorrência de problemas cardiovasculares, que não puderam ser debelados pela equipe médica que o assistiu.

Sr. Presidente, faço este registro lembrando que, embora nunca tendo disputado mandato eletivo, era um homem ligado ao processo político do País. Filho do Professor Ataliba Nogueira, que foi Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Deputado Federal e também Professor de Direito, ele deu seqüência a essa tradição, brilhando, por onde passou, na defesa de suas teses, com vee-

mência, com vigor, mas, sobretudo, com muita consistência.

Por isso, ao fazer este registro, peço à Casa que aprove este voto de pesar, dando dele conhecimento à sua família, a quem levamos os nossos pesames, as nossas condolências e a nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - A Presidência constata a existência de **quorum**, previsto no art. 215, III, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.180, de 10 de novembro de 1995, que "acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça	Coutinho Jorge
Fernando Bezerra	Flaviano Melo
	PFL
Carlos Patrocínio	Odacir Soares
Bello Parga	Jonas Pinheiro
	PSDB
Pedro Piva	Jefferson Pêres
	PPB
Leomar Quintanilha	Epitacio Cafeteira
	PDT
Sebastião Rocha	Darcy Ribeiro

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Regis de Oliveira	Darci Coelho
Jair Siqueira	Cláudio Cajado
	PMDB
Michel Temer	Geddel Vieira Lima
	PSDB
Jovair Arantes	Zulaiê Cobra
	PPB
Ibrahim Abi-Ackel	Jarbas Lima
	PDT
Miro Teixeira	Giovanni Queiroz
	BL (PL-PSD-PSC)
Francisco Horta	Welinton Fagundes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 16-11-95- designação da Comissão Mista.

Dia 17-11-95 - instalação da Comissão Mista.

Até 18-11-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 27-11-95 - prazo final da Comissão Mista.

Até 12-12-95 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - A Presidência recebeu Mensagem nº 375, de 1995 (nº 1.277/95, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorização para contratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Paribas, para os fins que especifica.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. S. Exª disporá de vinte minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falarei hoje sobre a execução de um programa de modernização do uso da água no Ceará, sobre a visita do Ministro Gustavo Krause e a ordem de serviço para o início das obras do Açude Castanhão.

Mas, antes de falar a respeito desses temas, gostaria de fazer um pequeno comentário, dando seqüência a outros pronunciamentos que já fiz nesta Casa, sobre o relacionamento Executivo/Legislativo que, no meu modo de ver, ainda é muito primitivo no Brasil. Agora mesmo tivemos mais um Ministro, o do Ministério Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, que todos nós admiramos pela sua qualidade de atleta, destaque mundial, uma personalidade do esporte, mas que, a nosso ver, foi infeliz em suas declarações. Diria até que teria "pisado na bola" - fazendo um trocadilho -, quando se referiu, de maneira desairosa, sobre o Congresso Nacional.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é um homem egresso do Senado Federal, um democrata, homem com uma cultura muito sólida, inclusive está na obrigação de conter esses Ministros, que, vez por outra, estão exagerando na maneira desrespeitosa como se dirigem ao Legislativo.

Longe de nós estimular qualquer tipo de conflito entre os dois Poderes, porque isso não interessa à democracia. Mas respeito é bom e gostamos. O Congresso não pode se transformar numa espécie de "Geni nacional", na qual todos atiram pedras, todos criticam. Se há aqui esse ou aquele Parlamentar que mereça essa ou aquela increpação, quem quiser fazê-la, que a faça, dando nome às pessoas e dizendo o que pensa, mas não atacando a instituição. Um Congresso fraco, frágil, não vai interessar ao País nem às instituições democráticas.

Sr. Presidente, também fico preocupado quando o jornal noticia que Líderes foram ao Banco Central e ao Ministério da Fazenda, que fizeram um acordo, que vai ser aprovado isso e aquilo. Acredito que o diálogo é bom e necessário; mas esse diálogo entre o Executivo e o Legislativo deixa muito a desejar. O Presidente Fernando Henrique, pelas qualidades que tem, deveria investir mais nesse diálogo, porque o Legislativo, exercendo suas funções, pode sempre aprimorar as propostas que vêm do Executivo. Agora, temos que ter cuidado com essas afirmações de que teria sido feito acordo. Vimos que, no afã de acelerar a aprovação da reforma administrativa, teriam feito um acordo e, mal foi aprovada a admissibilidade, já não se sabe bem que acordo foi esse, ou como é que esse acordo pode ser operacionalizado ou executado. Portanto, não fica bem para nós estarmos aparentemente coonestando acordos que, na verdade, ainda não se traduziram em coisas palpáveis, reais. Do contrário, poderemos passar uma falsa impressão de que o Legislativo já acertou determinados pontos com o Executivo; depois vamos ter, aqui, o exame objetivo das matérias, oportunidade em que se verificará que o acordo não era possível, ou que, na verdade, tangenciou pontos essenciais da matéria que não puderam ser cumpridos, até porque simplesmente não existiram e que não passaram de divulgação na mídia, quando, na realidade, não houve acordo nenhum.

O Sr. Romero Jucá - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Ouço o Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá - Senador Lúcio Alcântara, queria fazer coro às palavras de V. Ex^a no que tange às lamentáveis declarações do Ministro Extraordinário dos Esportes, não para ampliar, criar ou buscar qualquer tipo de conflito com o Executivo e, em especial, com o Ministro, mas no sentido de lamentar e talvez creditar à falta de experiência política do Ministro as declarações que, infelizmente, ele fez. Tal-

vez S. Ex^a esteja acostumado a ouvir, em uma parte da mídia, esse tipo de colocação e a repetiu, como uma parte do segmento brasileiro que não é esclarecida, que não convive com a classe política, o faz. São importantes as observações de V. Ex^a com relação a esse assunto, até porque é importante, também, que o Presidente Fernando Henrique procure, de certa forma, colir esses tipos de colocações de alguns Ministros. Entendemos, inclusive, que o cargo do Ministro Edson Arantes é político e, portanto, ele exerce uma função política - pode não ter mandato eletivo, mas ele exerce uma função política - e, por isso mesmo, talvez, na inexperiência de suas colocações, estaria acusando a si mesmo. Queria apenas lamentar essas colocações e reforçar as palavras de V. Ex^a, no sentido de que é importante que o Senado, que a Câmara, que o Congresso não se cale, porque, na verdade, as acusações são, no mínimo, levianas, imprecisas e inexperientes. Portanto, precisam ser, pelo menos, desmentidas pelo Ministro.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - V. Ex^a tem toda razão. Ninguém quer dar a esse episódio uma dimensão que ele não tem, mas um pouco mais de continência verbal dos Srs. Ministros em relação ao Legislativo seria recomendável. Um dia, o Ministro Reinhold Stephanes ataca o Deputado responsável pela relatoria da matéria da Previdência; outro dia, o Ministro Pelé e assim por diante.

Assim, é bom existir um pouco mais de postura no relacionamento com o Legislativo. Todos nós temos o direito, e até o dever, de ter nossas idéias, de defendê-las, de lutar por elas, mas um relacionamento harmônico, respeitoso entre os Poderes é bom, é necessário, é exigência do processo democrático.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nós, no Estado do Ceará, estamos envolvidos no amplo programa de utilização racional da água. Essa é uma batalha, uma luta que nós poderíamos chamar de ideologia da água. O Secretário de Recursos Hídricos do Ceará, Dr. Hypérides Macedo, escreveu sobre esse assunto um pequeno trecho que vale a pena citar. Dizia ele:

"A água, pela sua própria natureza, como paradigma maior do estado líquido, tendo volume determinado, e não tendo forma definida, não pode ter uma função estática, necessitando, na sua dinâmica, de adaptar-se e ajustar-se a novos espaços e novos caminhos. Sua automobilidade de deslocamento, sua possibilidade de movimentação multidirecional pressurizada, sua força de

fluir naturalmente produzindo energia, são características do seu destino migrante como a própria saga do povo cearense."

Sabemos que a água, para nós cearenses, é um bem escasso e de grande importância. É escasso porque as chuvas são intermitentes e geralmente se dão, no máximo, num período de três a quatro meses por ano. Costumamos ter períodos frequentes de seca. Temos um solo cristalino, quer dizer, o Ceará é praticamente todo ele montado sobre uma rocha, e, conseqüentemente, a água, caindo, escoar rapidamente para o oceano, não se infiltra. O problema da água é um problema grave.

O Governador Tasso Jereissati, tanto no seu primeiro mandato como neste segundo, está emprestando grande importância ao uso racional da água. Nós, muitas vezes, temos um volume razoável de chuva, mas, por esses fatos que acabei de citar e por uma insolação que leva à evaporação dessa água, temos graves problemas de utilização ou de gerenciamento desses recursos hídricos. O Governador do Estado, então, está conferindo prioridade máxima ao problema da água, inclusive no plano institucional onde existem os órgãos e legislação própria que permitem gerir com rigor e com racionalidade os recursos que temos e que, como disse, são escassos e fundamentais para a sobrevivência das pessoas, dos animais, para não dizer do impulsionamento do progresso do Estado.

Temos potencialidades nesse setor. O Ceará, apesar de toda essa pobreza do seu solo, tem cerca de 300 mil hectares irrigáveis. Há um empresariado dinâmico, dentro e fora do Ceará, que quer investir na agroindústria, na agricultura irrigada e, por isso mesmo, o Governo está dando uma atenção continuada a esse problema da gerência dos recursos hídricos. E temos, sobretudo, dois grandes programas em desenvolvimento no Estado. Quais são esses programas? O primeiro deles é o Proub, financiado pelo Banco Mundial, no valor de US\$120 milhões, que vai resultar na construção de 40 açudes, que criam uma reserva de 1,8 bilhões de metros cúbicos ou 20% a mais das águas hoje acumuladas. Quer dizer, com a construção desses 40 açudes, vamos aumentar nossa água armazenada em mais 20%.

Durante anos, o Governo Federal teve um programa de construção de barragens no Nordeste, especialmente no Estado do Ceará. Mas não basta barrar esses rios, acumular essa água. É preciso dar a ela uma destinação compatível com o programa de desenvolvimento econômico. Por isso me referi a

essa nova etapa que estamos vivendo como a ideologia da água, embora nem todos queiram entender isso.

No **Jornal do Brasil** de terça-feira, 14 de novembro, a Professora Iná Elias de Castro escreveu um artigo intitulado "E a seca está virando água", onde ela levanta algumas questões para indagar se toda essa política de armazenamento e de distribuição da água no Nordeste não seria uma versão nova da seca, no sentido de ser apenas uma bandeira das elites nordestinas para atrair recursos para a Região, sem que isso tenha nenhuma contrapartida do ponto de vista do desenvolvimento, da melhoria da distribuição de renda e da qualidade da vida das pessoas que estão ali - o que evidentemente não é verdade. Essa é uma realidade que certamente vai permitir o crescimento e o desenvolvimento da Região.

O Proub vai permitir, inclusive, a criação de fontes de abastecimento de água para as cidades, porque hoje muitas das cidades do interior do Ceará tem uma condição muito precária, do ponto de vista de abastecimento de água, para consumo humano, portanto, para sobrevivência daquelas populações.

Na medida em que são preenchidos certos vazios hídricos que ainda existem no Estado, com um outro programa, o chamado Programa de Integração de Bacias, mediante o qual, pela construção de novos reservatórios, de adutoras, de canais entre as diferentes bacias que existem no Ceará, vamos ter oportunidade de perenizar uma série de rios no Estado que vão permitir o desenvolvimento da agricultura, a melhoria das condições de vida das populações, porque estudos disponíveis no Ministério do Meio Ambiente mostram uma correlação muito estreita entre a quantidade de água disponível e a qualidade de vida das populações.

Vários Estados do Nordeste se encontram já em um limiar de risco, ou seja, a quantidade de água de que dispõem já traz sérios riscos para a sobrevivência das populações que ali moram, o que mostra a necessidade de se investir vigorosamente nessa área, visando minorar essas dificuldades que tenderão a se agravar se providências não forem tomadas.

O outro Programa, como disse, é o da Integração de bacias. Em que consiste esse Programa? Visa o aumento da oferta de água através da construção de açudes médios para atender a demanda urbana, complementando o Proub; a expansão do sistema de transferência de águas, baseado em adutoras, canais e perenização de leitos naturais; e a construção de lagos estratégicos de grande porte e melhor aproveitamento dos já existentes.

Infelizmente, passaram-se muitos anos até que surgisse uma política de distribuição dessa água acumulada.

Ainda sobre os pontos principais desse Programa de Integração de Bacias: são implantações dos eixos de transferência das diferentes bacias dos diversos vales do Estado do Ceará e, para que isso possa acontecer, tem-se um programa que vai permitir o investimento de U\$ 301 milhões de dólares em açudes estratégicos, miniusinas, estações elevatórias, adutoras, canais e açudes de porte médio. O Governador Tasso Jereissati está negociando com agências internacionais. Para que esse programa tenha viabilidade seria preciso a construção de uma grande barragem no Ceará, um sonho muito antigo nosso, que hoje está se tornando realidade, que é o Açude Castanhão, que vai funcionar como uma espécie de pulmão - ou de coração, se quisermos enfatizar melhor - que vai permitir a redistribuição de toda essa água, como se ele armazenasse e dali essa água seria redistribuída em todas as diferentes bacias do Estado do Ceará, tanto do norte como na zona metropolitana ou no Vale do Jaguaribe, no centro-oeste do Estado e assim por diante.

O Sr. Gerson Camata - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Concedo o aparte ao nobre Senador Gerson Camata, com muita satisfação.

O Sr. Gerson Camata - Nobre Senador Lúcio Alcântara, em primeiro lugar os meus cumprimentos a V. Ex^a pelo vasto conhecimento, pelo interesse continuado em torno desse assunto e a maneira pela qual V. Ex^a demonstra preocupação, como representante do seu Estado, no aumento das possibilidades hídricas do Estado do Ceará. Lembro-me que o grande problema do Nordeste, parece-me, embora estando distante, são os programas que se iniciam e depois não têm continuidade. No Governo do Presidente José Sarney, deslanchou-se um dos maiores programas de irrigação da história deste País. Se ele tivesse sido levado adiante, talvez V. Ex^a não estivesse aqui fazendo esse pronunciamento reclamando de água. O Ceará já estaria servido do que precisa: de água. Mas vou formular a V. Ex^a uma pergunta - desculpe-me -: houve um trabalho sobre irrigação que deve se enquadrar no Proureb, programa ao qual V. Ex^a se referiu, que foi muito exaltado e falado, o tal "Canal do Trabalhador". E li, há poucos dias nos jornais, que esse canal se tornou uma obra inútil já que não vem funcionando. Qual a informação que V. Ex^a - que é do Ceará e conhece o problema - daria ao Senado?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - O Canal do Trabalhador foi uma obra heróica, posso dizer. Eu era vice-Governador do Governo Ciro Gomes e participei daquelas decisões que foram cruciais, porque Fortaleza estava na iminência de um colapso total do seu abastecimento de água - Fortaleza e toda região metropolitana. E a única saída possível era realmente trazer a água do Açude Orós, com a construção desse Canal, que depois recebeu o nome de Canal do Trabalhador, que foi construído em um prazo recorde. Praticamente, enquanto era feito o projeto de engenharia, o Canal ia sendo construído. V. Ex^a pode imaginar o que era uma região metropolitana de dois milhões de habitantes ficar totalmente privada de água - não era racionamento não, pois o racionamento já estava sendo feito há vários meses, era realmente a ausência total de água para abastecer a população.

O Presidente Itamar Franco apoiou o Governador Ciro Gomes, e recursos federais e estaduais possibilitaram a realização do canal, que entrou em funcionamento. Felizmente, cerca de um mês ou menos de dois meses depois que o canal tinha entrado em funcionamento, as chuvas chegaram em volume satisfatório, de tal maneira que o conjunto de reservatórios responsável pelo abastecimento da zona metropolitana de Fortaleza teve, realmente, sua capacidade totalmente refeita. De tal sorte que pudemos prescindir do Canal do Trabalhador.

O que acontece é o seguinte: o Açude Orós chegou a ficar com cerca de 10 a 15% da sua capacidade de água; mesmo com as chuvas ele não chegou a 50%. Quer dizer, a nossa disponibilidade de água é uma situação muito precária, muito instável. Tenho notícia de que já algumas empresas estão se preparando para começar um tipo de exploração que vai permitir, às margens do Canal, a exploração da agricultura irrigada.

Então, o canal que foi feito, realmente, em um momento de grande dificuldade para nós, terá também esse uso permanente, não para abastecer Fortaleza, mas para permitir a irrigação das terras à sua margem e, conseqüentemente, o desenvolvimento da agricultura, com produtividade que justifique os investimentos.

Isso é o que existe sobre o Canal do Trabalhador. E quem acompanhou de perto, como eu, não pode deixar de louvar a coragem e a determinação do Governador Ciro Gomes de enfrentar daquela maneira, que era a única possível, diante de uma situação de emergência e de grave risco para um contingente populacional que está em torno de dois milhões de habitantes.

Em relação à descontinuidade administrativa, S. Ex^a tem toda a razão. O Presidente José Sarney chegou a criar um Ministério da Irrigação, entregue a um competente contrerrâneo nosso, o engenheiro Vicente Fialho - levado de nós pelo Maranhão durante algum tempo e, por isso, ficou meio maranhense, meio cearense - mas, infelizmente, esses projetos não tiveram continuidade.

Fala-se em reforma administrativa, mas, para mim, o maior problema administrativo do Brasil, com alguma experiência que acumulamos ao longo dos anos, é a descontinuidade administrativa - assume-se o governo e não se olha para o que vinha sendo feito, dando-se início a novas idéias, novos projetos, interrompendo-se o que já vinha sendo feito.

Esse levantamento das chamadas obras inacabadas que o Senado está fazendo agora mostra isso com toda a clareza; inclusive muitas dessas obras são de irrigação, são obras hídricas no Nordeste.

Pois bem, hoje, felizmente, podemos saudar a ida do Ministro Gustavo Krause ao Ceará, onde, junto com o Governador Tasso Jereissati, está dando ordem de serviço para a construção do Açude Castanhão, um sonho de 84 anos, pois datam de 1911 os primeiros estudos para a sua construção. É um reservatório fundamental para nós, pelas razões que já expliquei aqui, porque vai funcionar como uma espécie de coração a bombear água por todas as bacias do Ceará, justamente nesse Programa de Integração de Bacias.

Esse açude tem, portanto, esta grande importância para todos nós, principalmente, pelo fato de que ele significa, na prática, o início das obras de transposição das águas do São Francisco. Porque esta transposição requer a construção de várias barragens. Principalmente no Rio Grande do Norte e no Ceará. Olítica, Santa Cruz, no Rio Grande do Norte e essa barragem do Castanhão, no Ceará, que vai permitir, também, o aproveitamento de águas irrigáveis, com 8 mil hectares, na zona de transição sul de Morada Nova, na chapada Jaguaruana-Castanhão, 10 mil hectares da Chapada de Jaguaruana-Aracati com 25 mil hectares, totalizando 43 mil hectares irrigáveis, a partir da construção do açude Castanhão.

Nesse sentido, quero dizer que uma obra deste porte está sendo construída em absoluto respeito aos direitos das pessoas que moram na área que vai ser inundada. Uma pequena cidade no interior do Ceará, chamada Jaguaribara, vai desaparecer sob as águas do Castanhão. Mas o Governador Tasso Jereissati fez questão de determinar os estudos e a elaboração de projetos necessários à construção de

uma cidade moderna, para a qual as pessoas irão ser transferidas, assegurando-se casa e condições de vida realmente compatíveis com o trauma que essas pessoas vão sofrer, por estarem se deslocando de sua morada, onde estão hoje vivendo e trabalhando.

Além do que as desapropriações estão sendo feitas também com respeito às propriedades que as pessoas detêm naquela área, porque no passado foram construídos muitos açudes nesse Brasil sem que fossem pagas as desapropriações devidas. Muitas pessoas não receberam as indenizações decorrentes de desapropriações quando da inundação de suas terras pela construção de barragens e reservatórios, ainda ao tempo de Juscelino Kubitschek.

Foi feito um amplo estudo sobre o impacto no meio ambiente, que foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará, acerca de barragem de grandes proporções que vai ter uma bacia hídrica muito extensa e, portanto, vai afetar as terras ribeirinhas, a montante e a jusante da barragem do leito do Rio Jaguaribe.

Quero, portanto, congratular-me com essa iniciativa que está acontecendo hoje no Vale do Jaguaribe, no Ceará, que é o resultado de uma ação conjunta, sinérgica do Governo Federal com o Governo do Estado. Ao Presidente Fernando Henrique somos gratos e reconhecemos o seu empenho na realização desse projeto. A liberação de recursos federais somados aos do Governo do Estado irão permitir a construção dessa barragem que objetiva mudar o destino do Ceará, uma vez que vai ensejar o uso racional, o uso correto de um bem extremamente escasso, mas vital para todos nós, que é o uso da água.

Fazendo esse registro, quero saudar essa nova etapa, essa nova era que se descortina no desenvolvimento do Ceará e creditá-la ao trabalho conjunto, à insistência, à pertinácia, à objetividade do Governo Tasso Jereissati e ao apoio decidido, sem o que nada disso seria possível, do Governo Fernando Henrique Cardoso, através do Ministério do Meio Ambiente, entregue à competência do Ministro Gustavo Krause.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. José Eduardo Dutra, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permita-me apenas como Líder do PT, e em sendo Senador por São Paulo, manifestar meu pesar pelo falecimento do Dr. Geraldo Ataliba. Eu gostaria, inclusive, de assinar o requerimento de pesar para que seja transmitido à sua família e a todos os seus amigos. Ele foi reitor da Pontifícia Universidade Católica, um dos mais eminentes juristas, constitucionalistas e tributaristas; uma pessoa que deu de si extraordinariamente.

Compareci em seu velório, e também ilustres personalidades do mundo jurídico-nacional, inclusive, Dom Paulo Evaristo Arns, que fez uma oração para o conforto de todos aqueles que viam em Geraldo Ataliba um exemplo de dedicação às causas mais nobres da Pátria. Ele, inclusive, defendia que a Constituição de 1988 já previa a melhor maneira de se fazer uma reforma tributária neste País, sem necessidade de modificar o seu conteúdo. Geraldo Ataliba deu notável contribuição à cultura jurídica do País. Constitui-se num exemplo para todos nós brasileiros e para seus filhos.

Sr. Presidente, era o sentimento de pesar que queria manifestar sobre a personalidade do professor Geraldo Ataliba, colaborando com os demais Senadores que assinaram esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O requerimento está sobre a mesa à disposição da assinatura de V. Ex^a

Desejo dizer, também, ao Plenário que me encontrava ausente desta Presidência, quando a Casa votou o seu pesar pelo falecimento do professor Geraldo Ataliba. Quero referendar as palavras do Senador Eduardo Supply, dizendo quanto o professor Geraldo Ataliba representou para as letras jurídicas do Brasil, prestando grandes trabalhos e grandes serviços ao País na sua função e como um homem público.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal anuncia a modificação de critérios para demarcação de terras indígenas. O Governo, através do Ministro Nelson Jobim e do Presidente da Funai, o ex-Deputado Márcio Santilli Informam, através de matéria veiculada, hoje, no **Correio Braziliense**, que o Go-

verno estaria alterando o Decreto nº 22/91, que trata especificamente dos critérios para demarcação de terra indígena. A mesma matéria fala da posição de algumas entidades ligadas ao movimento indígena, contrariando a posição do Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre essa questão de demarcação de terras indígenas no Brasil, até porque me sinto em condições, já que presidi a Funai por quase 3 anos.

É importante lembrar que esse Decreto nº 22/91, colocou um impasse sobre a demarcação de terras indígenas. As terras indígenas, a partir da efetivação desse decreto, começaram a ser demarcadas e essa demarcação começou a ser questionada, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, notadamente no aspecto que diz respeito ao contraditório.

O próprio escritório do Ministro Nelson Jobim, na época, entrou com uma ação específica contra a demarcação de área indígena no Pará, alegando que não havia o contraditório no momento da demarcação.

Essa questão jurídica emperrou ao longo de quase 3 anos, a demarcação do restante das áreas indígenas no Brasil. Inicialmente, gostaria de dizer, marcar uma posição, de que sou favorável à demarcação de terras indígenas no País. Inclusive, sou favorável que isso ocorra rapidamente, tendo em vista que a própria Constituição brasileira não está sendo cumprida ao limitar em cinco anos, de 1988 a 1993, o período para que isso ocorra.

Acontece que, efetivamente, a Funai não teve condições operacionais, nem jurídicas de efetivar essa demarcação. Com isso, perderam os índios brasileiros e perdeu o País.

Queremos retomar essa questão e entendemos que a mudança do Decreto nº 22/91, longe de ser um atraso, se for feita da forma correta, se for feita de maneira a explicitar decisão política do Governo de demarcar, será benéfica para as populações indígenas. Queremos que essa demarcação seja feita sob a ótica do entendimento e da responsabilidade. Não se pode demarcar terra indígena, expondo as comunidades indígenas a conflitos; isso, infelizmente, em alguns casos, a partir do Decreto nº 22/91, ocorreu em nosso País.

No caso específico de Roraima - a que se reporta a matéria que diz que a mudança no Decreto nº 22 é para fazer com que não seja demarcada a área indígena Raposa/Serra do Sol e, mais, que o Governo e os políticos de Roraima estariam contra essa demarcação - gostaria de esclarecer: somos a

favor da demarcação da área indígena Raposa/Serra do Sol e estamos reunindo toda a Bancada federal de Roraima para ir ao Presidente da República e ao Ministro Nelson Jobim.

Deve-se montar uma solução de entendimento que demarque e garanta aos índios da Raposa/Serra do Sol, índios macuxis, wápiixanas e ingaricós, as suas áreas. Não queremos que se demarque área sem processo de responsabilidade, de entendimento, numa extensão de mais de 1,6 milhões de hectares - portanto, quase igual ao Estado de Sergipe, do nosso companheiro José Eduardo Dutra -, sem que haja um processo de entendimento e de verificação do que existe *in loco*. Na área proposta hoje, existem dois Municípios implantados no Estado de Roraima. Não queremos que, de uma hora para outra, transformem-se em área indígena, sem entendimento, e a população indígena seja jogada num conflito de grandes proporções.

Com a mudança do Decreto nº 22, com a retomada do processo de entendimento, volta a Funai à prática anterior, quando, nos anos de 1988, 1989 e 1990 - eu era Presidente da Funai -, com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, o chamado Grupão, no Governo do Presidente José Sarney, conseguimos demarcar mais áreas indígenas do que em toda a história dos índios. Por quê? Porque havia participação dos Governos do Estado, havia participação de Ministérios afins, como o Ministério da Saúde, o da Reforma Agrária, o da Educação, no sentido de, além de se demarcarem as terras, serem alocados recursos para programas de atendimento à população indígena.

O que queremos é uma política indígena racional e séria; queremos uma política de demarcação de terras indígenas que traga a responsabilidade do Governo Federal para o campo da realidade, para que alguns pareceres antropológicos, ao garantir terras aos índios, não garantam conflitos em que os índios sejam apenados. Somos a favor da demarcação de terras indígenas; somos a favor da demarcação da área Raposa/Serra do Sol. Entendemos que se o Governo, por intermédio do Ministro Nelson Jobim, se o Presidente da Funai, o ex-Deputado Márcio Santilli - que é uma pessoa que, há até pouco tempo, dirigia uma organização não-governamental, que participou de todos os encaminhamentos de discussão da questão indígena e, portanto, está habilitada a discutir essa questão com profundidade -, e todos nós tivermos racionalidade, seriedade e, principalmente, se houver decisão política do lado do Governo, com a mudança do Decreto nº 22 vamos

beneficiar a retomada da demarcação das terras indígenas.

Neste pronunciamento, quero apoiar a posição do Ministério e dizer que é importante que essa mudança traga à participação da demarcação das áreas indígenas o restante da sociedade brasileira. Desde que presidi a Funai tenho dito que a questão indígena não é apenas de responsabilidade da Funai ou do Governo; essa questão tem que ser encarada como uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira. Não adianta demarcar terra indígena e colocar índios em conflito com fazendeiros, posseiros e garimpeiros porque, no final das contas, quer pelo aparato tecnológico, quer pela ferocidade, quer pelo ritmo de violência, os índios têm sempre a perder nesse conflito com os brancos.

Portanto, quero aplaudir a posição do Ministro da Justiça, mas quero deixar aqui esse lembrete: É importante que seja chamada à participação na definição e implementação da demarcação de terras indígenas toda a sociedade brasileira e, especificamente, os setores pertinentes a essa questão.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de fazer outro registro: Penso que o Governo está no caminho certo quando o projeto Comunidade Solidária tenta trazer de volta, tenta resgatar a participação dos universitários na vida social brasileira por meio de plano específico, o programa Universidade Solidária. No passado, tivemos o Projeto Rondon e, hoje, o projeto Comunidade Solidária quer levar as universidades a participarem efetivamente do trabalho de transformação social do País.

Quero apoiar e parabenizar esse projeto e deixar uma proposição: que além do trabalho isolado com as universidades, por intermédio do Universidade Solidária, seja também agregado um projeto que funcionou durante um certo tempo que é o chamado Serviço Civil. Os jovens, em vez de prestarem o serviço militar, poderiam se agregar a esse trabalho, a essa política do projeto Universidade Solidária.

Essa é a menção que faço, porque entendo que é importante trazer os jovens universitários e agregar esse programa aos estudantes e aos formandos de escolas técnicas federais para que venham participar da mudança da nossa realidade.

Parabenizo, portanto, a Primeira-Dama, D. Ruth Cardoso, e a equipe técnica do Programa Comunidade Solidária pela feliz iniciativa de trazer as universidades para participarem desse esforço nacional.

A Srª Marina Silva - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ - Ouço V. Exª com muito prazer.

A Srª Marina Silva - Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exª e, no que se refere à questão do Decreto nº 22, temos divergências; há posições segundo as quais não deveria haver alterações. Em relação a isso, devo me pronunciar em breve, porque compreendo que hoje temos à frente da Funai uma pessoa com relação à qual tenho o maior respeito, até porque há alguns meses era um ativista do movimento indígena. Quero dizer que minhas posições não têm qualquer cunho de sectarismo, mas, acima de tudo, são de alguém que está preocupada com a revisão do processo de demarcação das terras indígenas. Por um lado, diz-se que da forma como está sendo feita coloca os índios em posição de atrito com outros setores da sociedade. Eu diria que não são bem os índios que ficam em relação de atrito; são esses setores que, por estarem nas terras dos índios, se colocam em situação de confronto para que o processo demarcatório não ocorra. Eu me pronunciarei sobre isso no devido tempo. No que se refere à segunda abordagem do pronunciamento de V. Exª, também acho muito interessante iniciativas dessa natureza. Avalio, inclusive, que a experiência que tivemos com o antigo Projeto Rondon deve servir de base para que seus acertos sejam incorporados a essa nova iniciativa, e os erros sejam eliminados. Posso citar alguns erros que talvez tenham sido involuntários, até mesmo pelas condições da época; por exemplo, o fato de que aquele projeto chegava às comunidades, mas como ainda não tínhamos sindicatos, organizações não-governamentais, entidades da sociedade civil com o grau de organização que temos hoje, o projeto tinha uma relação quase paternalista de oferecer serviços, o que era muito bom para aquelas populações, mas quando se retiravam, estas ficavam completamente sem referência, sem qualquer tipo de apoio. Elas voltavam à sua situação anterior e sentiam saudade do tempo em que "os meninos do Rondon" - como eu ouvia dizerem muitas comunidades do meu Estado - prestavam determinados serviços. Acho que agora é fundamental que o Programa Universidade Solidária, cuja articulação ainda não conheço em profundidade, estabeleça um relacionamento com as comunidades já existentes, para transformar essas comunidades em pólos que possam dar continuidade ao trabalho quando o programa porventura vier a cessar. Hoje já há acúmulo suficiente de informações,

por parte da sociedade, tanto na parte de educação, como na de saúde. Os postos de saúde, seja das populações, seja de iniciativa do Governo, podem ser incorporados ao programa para ser melhorados, e poderão até adquirir alguma autonomia, desde que agregados a centros de referência a nível municipal, estadual. Era esta contribuição que eu gostaria de dar, porque considero muito importante que a universidade, que hoje está em crise, devolva para a sociedade aquilo pelo que a sociedade pagou. Essa é até uma forma das populações sentirem que as universidades são úteis. Hoje, as universidades parecem ser um mundo à parte da vida dos cidadãos. É fundamental que elas passem a participar da vida e do processo que a sociedade brasileira está atravessando.

O SR. ROMERO JUCÁ - Nobre Senadora Marina Silva, são da maior importância as colocações de V. Exª. No tocante ao Programa Universidade Solidária, sem dúvida alguma é de vital importância que os jovens, que os alunos voltem a ter contato com a realidade brasileira. E os erros e os acertos devem efetivamente ser utilizados como indicadores dessa atuação. Portanto, quero fazer minhas também as colocações de V. Exª.

Quanto à questão da demarcação de terras indígenas, considero importante deixar claros ainda dois pontos: primeiro, que a mudança do Decreto nº 22, no meu entender, deve ser utilizada para viabilizar a ampliação do trabalho de demarcação, nunca como uma ação para piorar a situação da demarcação das terras indígenas.

Estou vendo a mudança do Decreto nº 22 pelo Governo como uma forma de tentar ampliar e agilizar a demarcação de terras indígenas, até porque eu não poderia esperar algo diferente do atual Presidente da Funai, Dr. Márcio Santilli.

Outro ponto específico sobre o qual quero deixar aqui uma posição formada, porque também consta da matéria do jornal - mas não sei se é posição do Governo -, é a revisão de áreas indígenas já demarcadas. Quero dizer que sou contra a revisão de áreas indígenas demarcadas através do Decreto nº 22/91, porque considero que se se começar a rever as áreas indígenas demarcadas, vai virar uma bagunça, o que é um desserviço para as comunidades indígenas. O que está demarcado está demarcado, tem que ser respeitado, tem que ser protegido, e há que se atuar de forma a melhorar as condições dos índios que lá estão.

A partir da mudança do Decreto, que se implementem outras ações para agilizar a demarcação.

Então, vejo a mudança do Decreto nº 22 - e espero que o Governo aja assim - não como uma postergação da demarcação, mas como um fator novo, como uma força nova de indução desse processo de demarcação.

Quero alertar o Ministério para o fato de que será uma loucura se se começar a rever as demarcações das terras indígenas, porque esse será um processo sem fim. Então, espero que a mudança no Decreto nº 22 não tenha o sentido de rever demarcações, mas sim que seja um processo que vise o futuro, que vise atender e melhorar as condições do índio brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por um ato de justiça venho a esta tribuna. Na semana passada, escutando o som do gabinete, ouvimos um Colega, um Senador manifestando-se desta Tribuna, fazendo algumas críticas que achamos de uma certa forma infundadas.

Venho da Câmara dos Deputados. Apesar de serem em número muito maior os funcionários desta Casa, os ataques feitos a eles não são justos. O Senado tem funcionado muito bem, da taquigrafia à segurança, passando pelas assessorias legislativas. Pelo menos a diferença que sinto nesta Casa é de 100%.

É claro que é preciso melhorar, e esta nova gestão, Sr. Presidente, comandada por V. Ex^a, tem dado uma nova dinâmica ao Senado. Observa-se à perfeição a comunicação acentuada, tanto internamente como externamente, na projeção do trabalho legislativo do Senado Federal. De vez em quando vou à barbearia e lá está a voz do Senado, cedo, com a pauta.

Observamos, Sr. Presidente, que os servidores desta Casa são qualificados, são servidores que prestam, na íntegra, os seus serviços, e eu gostaria de fazer a defesa dessas pessoas que trabalham e que fazem o Senado Federal.

Mas, Sr. Presidente, na semana retrasada o meu nome, na imprensa, esteve associado ao de V. Ex^a de uma forma muito injusta. Apresentei à Casa uma proposta de emenda à Constituição que tratava da unificação das eleições, da prorrogação de mandatos.

Na verdade, o que existe é muita hipocrisia. O ato de coragem de defender claramente as suas posições, as suas convicções, às vezes, pode até com-

prometer o nome de V. Ex^a. Não escondo de ninguém, tenho uma posição política aberta, clara. Não sou amigo de V. Ex^a, sou seu correligionário, sigo as suas orientações políticas.

Mas todos aqueles que conhecem o Presidente José Sarney sabem da sua elegância. Nunca fui abordado por S. Ex^a: "Gilvam, vamos votar assim!" E se tivesse acontecido assim, eu também diria de público, porque assumo as minhas posições. E fui injustamente utilizado naquela coluna, **Coisas da Política** - eu diria "coisas da imprensa" -, e compreendi também.

Apresentei, sim, uma emenda, porque acredito que é preciso unificar as eleições. Nós precisamos da coincidência imediata das eleições, para minimizar custos. O País não suporta eleições sobre eleições. De dois em dois anos estamos indo às ruas, indo às televisões. Há um cansaço terrível, há desgaste das lideranças. E acredito que o caminho seria encurtar o mais rapidamente possível.

Em 1998 teríamos a oportunidade de eleger o Presidente da República, de eleger Deputados e Senadores, de eleger Governadores e Deputados Estaduais e de eleger Prefeitos e Vereadores. Por que não? É uma experiência válida. Porque nós, que estamos indo constantemente às ruas disputar as eleições sabemos do desgaste e do alto custo.

Agora, os interesses são muitos, são dos mais variados matizes. Como observamos, alguns querem ser candidatos imediatamente. Outros não querem, porque que o fulano vai ficar... São querelas políticas! Eu acredito que o País precisa realmente ir ao campo das mudanças que estamos fazendo, desses ajustes que estão sendo feitos.

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, tem implementado reformas importantes. Eu acho que essa é a marca, essa já é a contribuição do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Como o Governo passado, comandado pelo Presidente do Congresso, Senador José Sarney, que teve, também, uma missão muito árdua e muito dura e cumpriu um papel de mais alta importância, justamente na fase de transição, na fase das eleições diretas. Um homem que enfrentou mais de três mil greves, represados os sentimentos populares, represadas as necessidades; mas, mesmo assim, fez um grande governo.

Sou o mais jovem Senador desta Casa, tenho apenas 37 anos. E, em cerimônia transmitida pela televisão, lembro-me da elegância do Presidente Sarney, apesar de todos os ataques e infâmias, passando a faixa ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Mas hoje temos uma questão importantíssima, sobre a qual falou o Senador Lúcio Alcântara, que é a continuidade das boas iniciativas que foram tomadas. Hoje, temos a continuidade do Plano Cruzado com os seus ajustes. Há a tentativa de prosseguimento de uma política que foi implementada em governos passados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que a objetividade é urgente. Enfrento uma dificuldade terrível, porque sou um homem muito prático, gosto de ver as coisas acontecerem.

Estamos defendendo a unificação das eleições, desde a de Presidente da República até a de prefeitos. Trata-se de algo importante para o País. Em vez de ela ocorrer em 2002, como se defende, para que haja as coincidências, questiono o País: por que não agora, em 1998?

Defendi essa tese por iniciativa pessoal, por entender dessa forma.

O Presidente Sarney não tem nada a ver com essas idéias, embora afirme de público, pois sou seu amigo há bastante tempo, que sigo as suas orientações; sou "sarneysista" convicto, não escondo de ninguém. Comigo o jogo é aberto, é claro, doa a quem doer. Aqui está o Gilvam Borges. As minhas convicções e as minhas idéias eu as assumo. Também sou homem de equipe. Quando o meu Líder me chama para conversar, para tomar decisões em conjunto, estou firme no batente.

Estou aqui porque tenho um mandato. Fui o Senador mais votado do meu Estado justamente por ter uma postura séria, que sempre adotei junto ao meu eleitorado; posição correta, aberta e sem subterfúgios.

O Sr. José Eduardo Dutra - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES - Com muita honra, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra - Senador Gilvam Borges, em primeiro lugar, quero registrar que V. Ex^a está efetivamente explicitando um pensamento seu. Eu o parabeno por isso, porque é melhor que as coisas se dêem assim do que ao contrário. As pessoas dizem que são contra determinada matéria, mas, na verdade, são a favor e esperam a melhor oportunidade para votá-la. Com relação ao mérito, permita-me discordar de V. Ex^a, porque o Brasil, desde os anos 70, tem tido uma sucessão de casuísmos em relação às eleições municipais, ora sob a alegação de haver a coincidência, ora sob a alegação de acabar com a mesma. Por exemplo, em 1970, houve eleições gerais. Os prefeitos, naquela

época, foram eleitos para mandatos de dois anos, sob a alegação de que não deveria haver coincidência entre eleições municipais e estaduais. Em 1980, deveria haver eleições para prefeito. Elas não aconteceram, e os mandatos dos prefeitos que foram eleitos em 1976 foram prorrogados em dois anos, sob a alegação de que deveria haver a coincidência. Realizaram-se então eleições gerais em 1982, e os prefeitos foram eleitos para um mandato de seis anos, com o argumento de que não deveria haver a coincidência. Quer dizer, de 1970 para cá, já se modificou três vezes a legislação, ora prorrogando mandatos de prefeitos, ora elegendo prefeitos para mandato tampão, ora para justificar a coincidência, ora para justificar a não coincidência. É lógico que vivíamos um período de exceção, um período ditatorial. E a partir do momento em que a Constituição de 1988, democraticamente eleita, estabeleceu que as eleições para prefeitos não eram coincidentes com as eleições para deputados e governadores e, agora, para Presidente da República, com mandatos de quatro anos, creio que não se justifica qualquer processo de modificação desse calendário. Há a alegação de que eleições causam gastos, mas se formos radicalizar esse argumento, vamos chegar à conclusão de que não deveria existir qualquer tipo de eleição, já que eleição causa gastos ao Poder Público. A meu ver, há gastos maiores, como é o caso da medida provisória relativa à fusão dos bancos, que está em discussão no Congresso. Os analistas prevêem que serão utilizados de R\$8 a R\$13 bilhões - o número varia de acordo com o analista - do Tesouro para essa implementação, para socorrer os coitadinhos dos banqueiros que hoje estão passando por sérias dificuldades. Portanto, respeito a opinião de V. Ex^a. Entendo que o seu comportamento é melhor do que o daqueles que pensam como V. Ex^a, mas não têm coragem de explicitar. Porém, com relação ao mérito, permita-me discordar da opinião de V. Ex^a. Creio que o atual calendário das eleições - a serem realizadas de dois em dois anos - deve continuar; é fundamental para a democracia. Há os que dizem que o povo, às vezes, não sabe votar. Penso que votar é igual a andar de bicicleta e nadar: as pessoas só aprendem praticando. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES - Nobre Senador José Eduardo Dutra, as posições contrárias são salutares. E, como V. Ex^a mencionou, eu gostaria de contribuir justamente com a retirada do casuísmo.

V. Ex^a fez uma retrospectiva histórica no sentido de que eleição, coincidentemente ou não, sempre

ficou ao sabor dos interesses, do jogo político, da conjuntura do momento. Acredito e defendo essa tese porque há uma realidade muito dura em relação a isso.

Sempre fiz política com muita seriedade, porque estou sempre na rua. Ainda hoje, faço comícios quando vou ao meu Estado, e sabemos que essa questão é complicadíssima.

Se, a partir de 1988, tivéssemos uma definição que fosse atrelada à Constituição, em que haveria, a partir de 1988, a coincidência das eleições, ou em 2.002, ou em qualquer outra época, seria sempre a favor das coincidências eleitorais. Se não puder acontecer em 1988 ou em 2002, paciência! Mas se vida eu tiver em 2020 e se V. Exª me perguntar a esse respeito, responderei: sou a favor da coincidência das eleições.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma outra questão muito importante que se discute hoje e que gostaria de abordar é a que foi colocada em pauta, a nível nacional, pela cúpula dos governistas, dos Líderes do Governo, dos homens que fazem o Governo Fernando Henrique Cardoso: a reeleição para Presidente da República.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GILVAM BORGES - Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Eduardo Suplicy - Meu aparte é ainda sobre o primeiro tema. Obviamente, respeito o ponto de vista de V. Exª, no sentido de propor a prorrogação dos mandatos - e nesse sentido já se pronunciou o Senador José Eduardo Dutra. Também gostaria de dizer que não nos parece adequada a prorrogação de mandatos. Avalio que o argumento usado por V. Exª, de que eleições custam caro, jamais poderia ser abordado. A prática da democracia tem um preço obviamente. A realização de eleições envolve algum tipo de dispêndio pelos Tribunais Eleitorais, pelos partidos, pelos candidatos. Essas despesas não deveriam ser exageradas; deveríamos ter, por partido, por candidato, por campanha, formas de as pessoas poderem despendar menos recursos e formas de as campanhas poderem ser caracterizadas pela efetiva mensagem dos candidatos perante os eleitores e não por quaisquer abusos de poder econômico, que, por vezes, ainda caracterizam as campanhas eleitorais. Parece-me, Senador Gilvam Borges, que os Constituintes de 88, quando consideraram que seria próprio, saudável, alternar as eleições municipais com as estaduais, pensaram bastante sobre o assunto, uma vez que têm diferentes nature-

zas. Parece-me até interessante que se concentre a atenção da opinião pública sobre as questões municipais, em certos anos, e, dois anos depois, sobre as questões estaduais e nacionais. Não há necessariamente qualquer obrigatoriedade de haver a coincidência de mandatos nos três níveis. Afinal de contas, quando se processam as eleições em nível municipal, estadual e federal, o resultado sempre será uma certa diversidade de composições de partidos políticos, em nível do Município e em cada Estado. Poderá haver diversos Municípios cujos executivos serão do partido de quem está no Governo e executivos de partidos que não estão no Governo, ao nível do Estado e ao nível da União. Portanto, a democracia implica a convivência de Prefeitos, de Governadores e de Presidentes da República que poderão ser de partidos diferentes. Não precisa haver, portanto, essa coincidência de todos serem da mesma coligação, da mesma sigla. Sei que esta não é a intenção de V. Exª, mas faço essa observação para ressaltar que me parece saudável a escolha feita por Deputados e Senadores Constituintes no que diz respeito à periodicidade e alternância de eleições a cada dois anos. Ter eleições a cada dois anos constitui, parece-me, algo interessante no processo democrático, no exercício da democracia.

Convém à Nação brasileira, convém aos brasileiros, que se respire democracia, que se respirem escolhas democráticas pelo menos a cada dois anos. Em outros países isso também ocorre. Nos Estados Unidos, por exemplo, obviamente uma das nações mais importantes, com quem muitas vezes trocamos idéias, as eleições para o Parlamento se dão a cada dois anos. Os Deputados têm mandatos de dois anos; os Senadores, a cada seis anos, se não me engano. Portanto, não se trata de custar caro. Se a objeção referir-se a esse motivo, será melhor ter eleições apenas a cada 6, 8 ou 10 anos; nesse caso, sim, custará mais barato. Submeto essas ponderações à reflexão de V. Exª e obviamente ao debate. Parece-me - repito - próprio que haja coincidência quanto à realização das eleições para Presidente da República e Parlamentares. Inclusive o mandato de quatro anos seria adequado a ambos. Sou até favorável à diminuição - e tenho projeto nesse sentido - do mandato dos Senadores. Dessa forma, eles não ficariam períodos tão longos - 8 anos - sem que fossem testados pela população. O Sr. Senador Lúcio Alcântara, assim como outros Srs. Senadores, tem apoiado essa proposição no sentido de se reduzir o mandato dos Senadores de 8 para 4 anos, sem prejuízo do mandato já conquistado. So-

bre reeleição, tema sobre o qual V. Ex^a vai falar, farei outras colocações.

O SR. GILVAM BORGES - Nobre Senador Eduardo Suplicy, se V. Ex^a me permite, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^a: o PT já tem candidato a Prefeito em São Paulo?

O Sr. Eduardo Suplicy - Nobre Senador, o Partido dos Trabalhadores está debatendo o assunto. Há pessoas que já se definiram como pré-candidatos, como a ex-Prefeita Luíza Erundina de Sousa; o ex-Deputado Federal Aloísio Mercadante, que foi candidato a vice-Presidente na chapa do Luiz Inácio Lula da Silva, a Vereadora Teresa Lajolo. O Partido está procurando coordenar esforços: ou fará prévias em fevereiro ou março próximo, ou haverá entendimento entre os candidatos a Prefeito. Felizmente o Partido dos Trabalhadores conta, na Cidade de São Paulo, com candidatos potenciais muito fortes. A pesquisa feita pela Toledo & Associados mostra que, nas diversas alternativas de candidatos - Luíza Erundina ou o meu próprio nome -, estamos à frente. Ou seja, se o candidato for Luíza Erundina ou este Senador, teríamos 33% dos votos; se for Aloísio Mercadante, 15% dos votos. Portanto, teremos na cidade de São Paulo oportunidade de uma excelente batalha. Respeitamos nossos adversários, mas sabemos que o PT encontra-se como um dos partidos de maior possibilidade de vencer as próxima eleição municipal, como já ocorreu em 88; em 92 foi o segundo; em 85 foi o terceiro - eu próprio penso ser candidato no ano 2000. Vou contribuir para que aquele que for escolhido democraticamente pelo Partido possa governar de fato. São Paulo é como uma nação: é uma cidade maior do que muitos países, razão pela qual é um desafio extraordinário ser prefeito dessa metrópole.

O SR. GILVAM BORGES - Muito obrigado, Senador.

Quanto à questão da reeleição, outro tema em pauta, o País já começa a discutir. Estrategicamente o Governo se articula num momento favorável em que a base parlamentar no Congresso Nacional lhe é favorável. Virá então a reforma tributária, a reforma da Previdência. Já tivemos grandes vitórias no Parlamento.

Acompanhei, bem como o meu partido, o Governo nas votações. Votei contrariamente apenas na última votação, aquela que se referia ao imposto para a saúde. Até aqui não consultei o Presidente Sarney sobre qual será nossa posição oficial. Como disse o Senador Lúcio Alcântara, a reeleição é um direito, pois a sociedade leva muito tempo para iden-

tificar, para fazer líderes. Estes, por sua vez, são submetidos a vários pleitos, a várias batalhas.

Entendo que a reeleição deve ser garantida. Não sei por que se castrou o direito da reeleição. Isso foi um casuísmo - como disse o nobre Senador José Eduardo Dutra -, ao sabor dos interesses conjunturais do momento político. A classe que está no comando manifesta assim os seus interesses: "Nós vamos mudar a legislação eleitoral, porque o líder A ou o B pode ganhar a eleição, pode se reeleger".

Ora, se o Presidente Fernando Henrique Cardoso se reeleger, entendo que é um direito garantido, caso a legislação permita que façamos essa mudança.

Sou adversário do Governador do meu Estado, mas sou favorável à reeleição. É muito difícil para o povo identificar um bom administrador, principalmente no Executivo, no caso de prefeitos, governadores e presidente da República. Temos vários exemplos aí. Essa questão é muito séria e deve ser debatida. Se temos um bom Presidente no Congresso, na Câmara e no Senado, mas temos um Regimento Interno que impede a sua reeleição, porque está na vez do A, B ou C, isso é brincadeira. Entendo totalmente diferente. Se tivermos um bom deputado que foi um bom Presidente da Câmara dos Deputados, acho que ele deve ter esse direito. Faremos esse revezamento.

Sempre digo no meu Estado que não é fácil acumular tanta experiência. Dou um exemplo e defendendo isso, de público, no meu Estado. Tenho dito que encontrar um homem com a experiência de vida pública do Presidente José Sarney não é fácil; são 50 anos de vida pública, é muito tempo. Experiência é vivência do dia-a-dia. O meu voto na condição de Senador vale tanto quanto o do Presidente José Sarney e o do Senador Sebastião Rocha, já que somos os três representantes do Estado do Amapá. Mas não há termos de comparação quanto à experiência. Isso não se adquire do dia para a noite.

Especula-se que o Maranhão começa a se mobilizar para levar o Presidente José Sarney de volta para lá; e eu já estou me mobilizando deste lado, pensando nos 50 anos de experiência de S. Ex^a, tão importantes para o Amapá, que só tem 50 anos de vida. Essa é a minha posição franca e aberta. Se hoje o Amapá tem grandes conquistas e está firme é porque temos uma posição.

Sr. Presidente José Sarney, não o consultei antes, mas permita-me dizer que sou favorável à reeleição para presidente da República, para governador e para prefeito. Acho justo, pois a sociedade

leva tempo para identificar essas lideranças. Agora, ficar marcando cartas na legislação contra A, B ou C, isso não. Temos que votar, segurar e amarrar. Se não passar a reeleição, sou também pela prorrogação do mandato dos próximos prefeitos e vereadores para seis anos, para que haja coincidência em 2002. Se agora não for possível, penso que é uma questão simplesmente de raciocínio.

Como as posições são antagônicas, contrárias, as pessoas têm a sua própria forma de fazer, de ver e de interpretar, deixo sempre minhas posições muito claras e abertas.

Quero, desta tribuna, deixar registradas minhas congratulações aos funcionários desta Casa, inclusive a felicidade da escolha da Mesa em relação ao Dr. Agaciel, um rapaz muito dinâmico. O outro, me permitam dizer, foi péssimo - é a minha posição franca. Com o novo Diretor da Casa e os funcionários, vemos que a Casa começa a andar e está organizada.

Portanto, minhas congratulações a todos os servidores da Casa, e aqui ratifico minha posição aberta a favor da reeleição para presidente da República, para governador e para prefeito; que haja coincidência nas eleições para minimização de custos. Há ainda o desgaste sofrido pelas lideranças, que é terrível, pois elas mudam de dois em dois anos, e isso não é brincadeira. Se não der para ser em 1998, que seja para 2002.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, confesso que estava em dúvida se iria usar da palavra no dia de hoje, em função do baixo número de Senadores presentes.

Simplesmente gostaria de registrar que a primeira iniciativa que tomamos ao chegar a esta Casa, logo no primeiro dia da Legislatura, foi a de apresentar um projeto que prevê a obrigatoriedade de as instituições financeiras fornecerem à Secretaria da Receita Federal informações relativas às operações financeiras que, no período de um mês, excedessem o valor de 20 mil UFIRs. As informações abrangeriam tanto pessoas jurídicas quanto físicas.

Esse projeto, que não tem nada de original, é baseado na legislação americana, legislação essa que, inclusive, é mais rigorosa, já que nos Estados

Unidos o valor acima do qual essas informações são repassadas à Receita é de US\$10 mil. Vinte mil UFIRs correspondem, aproximadamente, à R\$15 mil, ou seja, mais ou menos US\$16 mil. Portanto, se levarmos em consideração o próprio poder aquisitivo do povo americano em relação ao povo brasileiro, veremos que esse projeto é até bastante **soft**.

Esse projeto vem ao encontro de algumas preocupações, que inclusive foram registradas na Conferência das Américas, realizada no final do ano passado, onde se destacou a necessidade de particularmente os países da América Latina modernizarem suas legislações, no sentido de se evitar a lavagem do dinheiro seja procedente do narcotráfico, do contrabando ou de seqüestro. Deve-se registrar, inclusive, que essa preocupação foi externada até pelo Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ao Presidente do Brasil, Senhor Fernando Henrique Cardoso.

A grande verdade é que já na CPI do Collor, e posteriormente na CPI do Orçamento, foi detectada a necessidade do aperfeiçoamento da legislação brasileira no sentido de se evitar essa proliferação de contas fantasmas, contas-laranjas e a própria possibilidade da lavagem do dinheiro. É necessário que a Receita Federal disponha dessas informações, para poder cruzá-las, por exemplo, com a declaração do Imposto de Renda e evitar, assim, a sonegação fiscal.

O nosso projeto, como já disse, foi apresentado no início da Legislatura e teve parecer favorável do Senador Onofre Quinan. Foi aprovado, há cerca de quinze dias, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos. Quando da apreciação do projeto, o Senador Vilson Kleinübing, Vice-Líder do Governo, pediu vista do projeto - segundo S. Ex^a até por uma função da Vice-Liderança - e, depois de analisá-lo, o devolveu sem qualquer modificação, explicitando seu voto favorável na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero registrar também que tive uma audiência com o Dr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, quando lhe apresentamos esse projeto, oportunidade em que ele nos disse que o projeto vai ao encontro das preocupações da Receita Federal.

Sabemos que esse tema, quando vier ao plenário e se popularizar, enfrentará, com certeza, a resistência de setores muito poderosos do nosso País, já que, inclusive, começam a levantar questionamentos com relação à própria constitucionalidade do projeto, alegando a questão do sigilo bancário.

Infelizmente, no Brasil, o sigilo bancário tem deixado de ser simplesmente um direito individual para ser utilizado como um instrumento para acobertar atividades ilícitas. É preciso que os Parlamentares se debrucem sobre essa matéria e aprovelem medidas que venham a coibir esse tipo de ação.

Quero registrar, inclusive, que a própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, aprovou, recentemente, projeto do Senador Pedro Simon - que deverá vir a plenário nos próximos dias - que explicitamente quebra o sigilo bancário não só de parlamentares como de prefeitos, governadores, Presidente da República e todos os agentes públicos, compreendendo estes também os servidores federais, particularmente aqueles da Receita Federal.

No nosso entendimento - e já temos pareceres de alguns juristas neste sentido -, o projeto não fere o sigilo bancário, na medida em que ele simplesmente transfere de uma instituição pública, o Banco Central, para outra instituição pública, a Receita Federal, a guarda desses dados. A partir do momento em que esses dados chegam à Receita Federal, passam a ser protegidos pelo sigilo fiscal, como, aliás, está explicitado no nosso projeto, que estabelece, inclusive, que a divulgação por parte de qualquer funcionário da Receita Federal desses dados o sujeitaria à penalização de acordo com a lei do sigilo fiscal.

Estamos vendo, na pauta do Senado, que no próximo dia 30 será votado um requerimento do Senador Bello Parga, no sentido de que o nosso projeto seja analisado no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal.

Não temos qualquer interesse em impedir que se aprofunde o debate dessa matéria também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O que não queremos é que essa seja simplesmente uma manobra protelatória no sentido de se atrasar a votação desse projeto, projeto que já mereceu o apoio de setores, inclusive do próprio Governo Federal, já que, em conversa - como já disse - com o Secretário Everardo Maciel, este afirmou que é um projeto cuja aprovação é do interesse da própria Receita Federal.

Registramos aqui, inclusive, que, caso esse projeto, ao ser encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não tenha uma apreciação no tempo regimental, pretendemos fazer o mesmo que estamos fazendo com relação ao nosso projeto, que condiciona a privatização da Compa-

nhia Vale do Rio Doce à autorização legislativa: apresentar requerimento no sentido de que ele venha para o plenário.

Sem dúvida alguma, essa é uma contribuição que, independentemente da origem da iniciativa parlamentar, como já fizemos questão de registrar, vai ao encontro das próprias preocupações do Governo, cuja intenção, conforme já declarado publicamente, é evitar a sonegação fiscal, a proliferação de contas fantasmas e de contas-laranjas e modernizar a legislação brasileira, a fim de que o Brasil não continue sendo uma das rotas da lavagem do dinheiro ilícito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, chamou ao seu gabinete os Líderes dos diversos Partidos e de lá saíram esses Senadores, porta-vozes do Ministro da Fazenda, com a notícia, colocada nos jornais de quarta-feira, de que o Governo fez um acordo com o Senado para aprovar a medida provisória dos bancos.

Ora, Sr. Presidente, pergunto se o Senado compreende apenas os Senadores que apóiam o Governo ou se o Senado é composto também por Senadores que pertencem ao Partido dos Trabalhadores, ao Partido Socialista Brasileiro, ao PPS, ao PDT, porque, senão, ficam fáceis as coisas!

A Comissão de Assuntos Econômicos havia marcado para o próximo dia 21 a exposição do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para virem discutir em sessão pública, aberta, a medida provisória que propõe a reestruturação do sistema financeiro nacional. Ora, Sr. Presidente, será que só o fato de os Senadores irem ao gabinete do Ministro da Fazenda e ali ouvirem as suas razões já é o bastante para eles se colocarem inteiramente de acordo com a proposta do Governo?

Segunda-feira, o Líder do Governo, Jader Barbalho, fez um pronunciamento de críticas severas ao Governo, por ter anunciado essa medida às 4h da manhã da madrugada de sábado. Os Senadores compreenderam as razões pelas quais a medida provisória foi publicada, diante das explicações do Ministro da Fazenda, Pedro Malan: ela ficou pronta

às 21h de sexta-feira, foi encaminhada ao Palácio do Alvorada, e, como o Presidente estava jantando, só terminou de ler, avaliar e assinar o texto à meia-noite. Então, foi por essa razão que a medida provisória, segundo o próprio Ministro, demorou dias para ser estudada e elaborada e, só então, foi divulgada.

Em vista dessa explicação, o Senador Líder do PMDB, Jader Barbalho, designa para presidir a Comissão Mista que vai examinar o assunto o Senador Ney Suassuna. S. Ex^a veio à tribuna do Senado, terça-feira, para afirmar que, embora não esteja de acordo com o processo de socialização de prejuízos, se deu por satisfeito com as explicações do Ministro Pedro Malan.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, preocupe-me sobremaneira o que está por acontecer. Espero que o Ministro da Fazenda, respeitando todos os Partidos, e não apenas aqueles que estão dispostos a simplesmente aceitar suas explicações a portas fechadas, venha a esta Casa na próxima terça-feira, conforme previsto, a fim de explicar por que razão o Governo se encontra em situação extremamente difícil. Ainda ontem, S. Ex^a anunciou que, ao contrário das expectativas governamentais, está ocorrendo déficit, pois os gastos estão superando as despesas neste ano; apesar de a receita governamental de 1995, até o presente momento, estar muito superior àquela que o próprio Governo estava prevendo há algum tempo; apesar de o Governo estar com uma arrecadação muito significativa, apesar de a receita governamental deste ano ser da ordem de 30% do Produto Interno Bruto; apesar de ter havido uma receita significativa por causa da ampliação da atividade econômica - ainda que tenha havido decréscimo da atividade nos dois últimos trimestres, por causa do esforço ainda não suficiente para se garantir maior receita e menor evasão fiscal -, o fato concreto é que o Governo está com um significativo déficit, que resulta, dentre outras razões, de algo que havíamos advertido no ano passado e em anos anteriores sobre os acordos da dívida externa.

A **Gazeta Mercantil** de 14/15 de novembro informa:

"O déficit de caixa do Tesouro Nacional (receitas menos despesas) superou R\$1 bilhão em outubro. (...) As receitas do Tesouro atingiram R\$6,8 bilhões e as despesas, que ainda estão sendo detalhadas, podem ter ultrapassado R\$7,9 bilhões.

O desembolso de US\$2,2 bilhões com o pagamento de juros e do principal da dívida externa é apontado como o principal fator

de desequilíbrio de caixa do Tesouro no último mês. (...) Só o Clube de Paris (que reúne os credores governamentais) recebeu U\$410 milhões. Os demais compromissos com credores privados e o pagamento de garantias para a dívida renegociada ultrapassaram U\$1,8 bilhão.

O déficit ocorreu apesar de a arrecadação de impostos e contribuições terem ficado dentro das expectativas oficiais, em torno de R\$7 bilhões.

Pelo menos, Sr. Presidente, estamos agora constatando aquilo para que tínhamos chamado a atenção quando da apreciação dos acordos da dívida externa: que se estava aprovando um fluxo de compromissos acima da nossa capacidade de pagamento, que poderia resultar em dificuldades.

O Sr. José Fogaça - Senador Eduardo Suplicy, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra, Senador José Fogaça. Só pediria que aguardasse mais um instante para que possa completar um pensamento sobre o conteúdo explícito da medida provisória.

Esse programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, em seu art. 1º, diz:

"Art. 1º - O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, instituído pelo Conselho Monetário Nacional, com vistas a assegurar liquidez e solvência do referido Sistema e a resguardar os interesses de depositantes e investidores, será implementado por meio de reorganizações administrativas, operacionais e societárias, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º O Programa de que trata o **caput** aplica-se inclusive às instituições submetidas aos regimes especiais...

§ 2º O mecanismo de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras, instituído pelo Conselho Monetário Nacional, é parte integrante do Programa de que trata o **caput**.

Art. 2º. Na hipótese de incorporação, aplica-se às instituições participantes do Programa a que se refere o artigo anterior, o seguinte tratamento tributário:

I - A instituição a ser incorporada deverá contabilizar como perdas os valores dos créditos de difícil recuperação, observadas, para esse fim, normas baixadas pelo Conselho;

II - As instituições incorporadoras poderão registrar com ágio, na aquisição do investimento, a diferença entre o valor de aquisição e o valor patrimonial na participação societária adquirida;

III - As perdas de que trata o inciso I deverão ser adicionadas ao lucro líquido da instituição a ser incorporada, para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

IV - Após a incorporação, o ágio a que se refere o inciso II, registrado contabilmente, poderá ser amortizado, observado o disposto no inciso seguinte;

V - Para efeito de determinação do lucro real, a soma do ágio amortizado com o valor compensado dos prejuízos fiscais e períodos-base anteriores não poderá exceder, em cada período-base, trinta por cento do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação aplicável;

VI - O valor do ágio amortizado deverá ser adicionado ao lucro líquido, para efeito de determinar a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Ora, Senador José Fogaça, preocupa-me que o Governo, diante de uma situação de déficit difícil como essa, venha a abrir mão de receitas que no ano que vem aconteceria. O Governo, para as instituições financeiras, dispõe de uma renúncia fiscal ou coloca a possibilidade de uma renúncia fiscal significativa em instituições que tenham um comportamento mais saudável, que estejam economicamente registrando lucros e poderão absorver instituições. Apesar das altíssimas taxas de juros praticadas pelo Sistema Financeiro Nacional, decorrentes da política econômica monetária - taxas de juros recordes a nível mundial, em termos reais -, que visa, entre outros propósitos, de um lado, tentar estabilizar a moeda, e, de outro lado, inequivocamente, possibilitar às instituições financeiras que tenham um comportamento altamente lucrativo, ainda assim, as instituições financeiras tiveram prejuízo.

Pois bem, aquelas que tiveram lucro vão poder amortecer, vão poder colocar como prejuízo o resultado negativo daquelas instituições financeiras que vierem a absorver.

Isso me preocupa. Esse é o caminho de salvação das instituições para proteger os correntistas e investidores - isso é importante - como também para proteger a estabilidade da moeda. Mas a que custo? Quem vai ser beneficiado com tal procedimento?

Preocupa-me também, Senador José Fogaça, aquilo que agora talvez tenhamos melhor possibilidade de compreender: as autoridades monetárias pressionaram o Banespa para que publicasse um balanço que iria registrar um patrimônio líquido negativo da ordem de R\$6 bilhões. O Governador Mário Covas tem procurado demonstrar que o Governo de São Paulo, reconhecendo sua dívida para com o Banespa, está tentando conseguir liquidez para o patrimônio do Estado de São Paulo, e, com isso, pagar ao Banespa, para que não seja preciso o registro desse patrimônio líquido negativo.

Mas qual seria a consequência do registro de um patrimônio líquido negativo da ordem de R\$6 bilhões pelo Banespa?

Diante dessa nova medida provisória, se publicado aquele resultado negativo, abrir-se-ia a possibilidade de uma instituição financeira privada com resultado positivo abater esse montante daquilo que teria de pagar de Imposto de Renda até o limite de 30%, mas também ficando para os anos posteriores ainda a possibilidade pendente, e com isso diminuir significativamente o Imposto de Renda a pagar.

Fico até me perguntando se não está, agora, mais explícita e clara a razão pela qual as autoridades monetárias estavam insistindo tanto para se publicar o resultado financeiro do Banespa com o patrimônio líquido negativo, o que, potencialmente, no caso de sua privatização, implicaria em grande possibilidade de não pagar tanto Imposto de Renda por parte da instituição que iria absorvê-lo, na hipótese de ocorrer a sua privatização.

São questões, nobre Senador José Fogaça, que quero ver respondidas, tanto pelo Presidente do Banco Central quanto pelo Ministro Pedro Malan. Espero que ambos venham, terça-feira próxima, perante a Comissão de Assuntos Econômicos e perante a Comissão Mista, porque a previsão é que ambas as Comissões possam ouvi-los simultaneamente.

O Sr. José Fogaça - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Com muita honra, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça - Nobre Senador Eduardo Suplicy, quero me reportar àquela parte do seu pronunciamento em que pedi a intervenção que agora estou fazendo. V. Ex^a fazia referência à dívida externa como uma das causas fundamentais desse déficit operacional do Governo. Sabemos perfeitamente que esse trimestre teve uma caracterização absolutamente peculiar. Nós mesmos, aqui, no plenário do Senado, num debate do qual V. Ex^a e eu participa-

mos, autorizamos o Governo a fazer um adiantamento nas garantias. De modo que há uma concentração desses pagamentos no período ao qual se refere V. Ex^a. Não poderíamos, por aí, julgar o acordo da dívida externa, mas, sim, pela enorme diferença que hoje há entre a taxa de juros que é paga externamente e a taxa de juros que é paga internamente. Sabemos que o grave, o terrível crescimento que se deu no processo de comprometimento das finanças públicas foi ao nível interno. É esse o efeito mais bombástico, mais nocivo que vem ocorrendo nas finanças do País. Sabemos perfeitamente que os juros que são pagos na dívida externa são da ordem de 4% ou até 6%, juros que até em nível de sistema financeiro internacional são, historicamente, muito baixos. Por outro lado, nós que chegamos a ter, em períodos anteriores, uma dívida externa quase que correspondente a 50% do PIB, poderemos chegar ao ano que vem, graças ao modelo de acordo que foi feito, a um patamar de 31%, o que significa que a dívida externa brasileira vem caindo consistentemente e que o acordo, portanto, foi bom para o País. Por outro lado, é importante lembrar que nós, aqui, autorizamos essas garantias e por isso esse adiantamento foi feito, concentrando uma evasão de recurso maior nesse período. Estávamos interessados em que, subsequente, o Governo apresentaria, também, um pedido de autorização para emitir US\$5 bilhões em títulos do Tesouro Nacional, a serem colocados no mercado externo. Ou seja, o adiantamento de garantias só foi feito porque abria as portas para o Brasil desse mercado de títulos, em nível internacional, do qual ficamos fora por cerca de 15 anos. Então, acredito que V. Ex^a não está dizendo uma inverdade, V. Ex^a está fazendo um registro dos fatos. Realmente, houve um crescimento do comprometimento das finanças públicas nesse período, em função da dívida externa, mas trata-se de um fator peculiar, não permanente, passageiro e muito próprio dessa decisão que foi soberanamente tomada pelo Brasil, com a aprovação, inclusive, do Senado. Faço apenas esse registro, sem desautorizar V. Ex^a a ter a interpretação que, evidentemente, V. Ex^a sempre teve, desde o início, a respeito dessa matéria. Mas, como Relator que fui do acordo da dívida externa, como acompanho **pari passu** o assunto, me preocupo sempre em verificar o quanto isso, realmente, pesa e o quanto tem custado para o Brasil. De lá para cá, só tenho visto e constatado que, ao contrário do que se anunciava ou do que muita gente previa, o Brasil só ganhou com o acordo que fez no âmbito das suas dívidas com os bancos inter-

nacionais. Se puder, de alguma forma, dar a minha solidariedade a V. Ex^a quanto à questão referida no Ministério da Fazenda, eu a dou inteiramente. V. Ex^a tem toda a razão, e não é possível que o Ministro da Fazenda dê explicações para representantes do Governo, ou representantes de setores que apóiam o Governo, entre os quais eu me incluo, e não dê explicações, satisfações amplas e convincentes, também, aos representantes da oposição, que merecem toda a dignidade de tratamento que qualquer membro desta Casa merece. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Agradeço a solidariedade do Senador José Fogaça, até porque eu compareci ao Banco Central, onde o Presidente Gustavo Loyola e o Diretor de Política Monetária, Alkimar Moura, deram explicações, algumas das quais ainda incompletas. Eu, por exemplo, solicitei a ambos e aos técnicos que me receberam que me fornecessem - pedindo que isso me fosse chegado às mãos até terça-feira de tarde, e ainda não chegou - um exemplo concreto de qual seria, hipoteticamente, a situação de um banco A absorvendo um banco B, o primeiro com resultado positivo e o segundo com resultado negativo, diante das modificações decorrentes da medida provisória, porque desejo fazer uma análise e uma crítica, aqui, bem informado. Inclusive transmiti a ambos que não é meu propósito estar aqui fazendo qualquer afirmação que possa estar resultando em instabilidade do sistema financeiro.

Também compreendo a responsabilidade das autoridades financeiras. Penso que há prós e contras na questão dos acordos com os credores internacionais. Sei que o Ministro provavelmente irá dizer que, se não fizéssemos o acordo, teríamos outros motivos de instabilidade, do ponto de vista da credibilidade junto aos investidores internacionais, às instituições internacionais. Por outro lado, o que eu quis apontar, e penso que poderemos até ter um cuidado grande ao examinar em que medida estamos ou não satisfazendo a capacidade doméstica...

O Sr. José Eduardo Dutra - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Pois não, nobre Senador.

O Sr. José Eduardo Dutra - Senador Eduardo Supply, como V. Ex^a já registrou, foi aprovado, na semana passada, um requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, convocando o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central para comparecerem àquela Comissão, no sentido de darem explicações sobre a medida provisória da fusão dos

bancos. Espero que essas negociações que vêm sendo entabuladas por algumas Lideranças do Senado não sejam usadas como justificativa para que S. Ex^{as} não compareçam, até porque não é apenas a imprensa que tem divulgado que o Governo fez um acordo com o Senado. O próprio jornal do Senado diz: "Os Senadores negociam e a MP dos bancos muda". Esperamos que isso não seja usado para justificar a ausência dos Ministros. Agora, o que me surpreende é a presteza com que o Governo toma uma medida no sentido de, segundo ele, resolver um problema que pode se tornar sério, do sistema financeiro brasileiro. Quando sabemos que, tanto no primeiro semestre como agora, surgiram reclamações de diversos setores da economia brasileira com relação a problemas que eles vêm encontrando, decorrentes seja da estabilização da moeda, seja, por exemplo, das alíquotas de importação. É o caso da indústria têxtil brasileira, que vem tendo problemas sérios em função de importações, particularmente da China; é o caso da indústria de calçados; da indústria de coco no Nordeste, que, com a importação de coco da Malásia, está sofrendo as consequências; algumas indústrias desse setor estão quebrando. No entanto, o Governo não tomou nenhuma posição em relação a esses setores. Bastou que alguns bancos - justamente o setor mais privilegiado ao longo dos anos, que mais ganhou dinheiro em decorrência da inflação alta no Brasil, que foi o sistema financeiro - bastou que alguns bancos comessem a dar sinal amarelo, rapidamente o Governo lança uma medida provisória, que tem alguns aspectos altamente questionáveis. Argumentam que a fusão é uma tendência mundial. Isso é lógico, é da própria essência do capitalismo a concentração cada vez maior, seja no sistema financeiro, seja na parte industrial, comercial etc. A grande discussão é saber se o Tesouro dos outros países libera recursos para viabilizar essa fusão. Recentemente aprovamos aqui no Senado um imposto para a saúde, que deve arrecadar entre 5 e 6 bilhões de dólares num ano. Estimativas feitas dão conta de que serão necessários de 12 a 13 bilhões de reais para sanear o sistema financeiro. Um dos critérios para se estudar a admissibilidade de uma medida provisória está exatamente na questão da sua urgência. Ora, existem alguns aspectos de extrema urgência no Brasil, como, por exemplo, a reforma agrária. Existe uma série de iniciativas tramitando no Congresso Nacional, que se relaciona com o rito sumário da desapropriação, com relação a liminares de reintegração de posse. Eu mesmo tenho um projeto relativo à expro-

priação de áreas onde seja detectado trabalho escravo. Tivemos uma audiência com o Dr. Francisco Grazziano e ouvimos dele que o Governo está procedendo a um estudo para agilizar e sistematizar os diversos projetos em tramitação no Congresso. Tenho certeza de que se o Governo editasse uma medida provisória para resolver essas questões relativas aos projetos em tramitação e que agilizariam a reforma agrária, não haveria nenhuma repulsa por parte do Congresso Nacional no sentido de se estar utilizando uma medida provisória, até porque não existem emendas no Congresso Nacional extinguindo-as; existem regulamentando, limitando o uso dessas medidas. Portanto, gostaríamos de estranhar a presteza com que o Governo agiu em relação ao sistema financeiro, coisa que não acontece em relação a outros setores da economia nacional. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço o aparte, Senador José Eduardo Dutra. As questões que V. Ex^a levanta são extraordinariamente pertinentes.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de registrar minha preocupação - e acredito que esta deva ser matéria de grande relevância e preocupação para o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney - com o que a imprensa tem publicado, como, na última semana, Elio Gaspari relatou em sua coluna: "Pró-garfo ganhou o relator do programa". E hoje a **Folha de S. Paulo** registra que "os bancos doaram a políticos que analisam a medida provisória", registrando que o sistema financeiro investiu R\$988 mil na campanha eleitoral, e que oito membros da Comissão Mista confirmam que receberam dinheiro em 1994, nas eleições.

A indagação que deixo aqui, Sr. Presidente, é se esses parlamentares sentem-se eticamente em posição confortável para relatar, votar essa medida provisória que diretamente coloca os acionistas do sistema financeiro brasileiro, sobretudo os controladores, num grau de cidadania superior ao dos acionistas de outras empresas dos demais setores produtivos. Para o setor financeiro, estão-se definindo situações pelas quais eles passam a ser cidadãos incomparavelmente superiores, em termos de direito, a outros cidadãos brasileiros. Essa é uma preocupação que precisa ser objeto da reflexão do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita nos Anais do Senado esta matéria da **Folha de S. Paulo**, caderno 2-3: "Bancos doaram a políticos que analisam Medida Provisória".

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPLICY EM SEU PRO-NUNCIAMENTO:

Bancos doaram a políticos que analisam MP

Sistema financeiro investiu R\$ 988 mil; oito membros da comissão confirmam que receberam dinheiro em 9

Edição de Arquivo Imagem

Parlamentar	Quanto recebeu	Principais doadores
Benito Gama (relator, PFL-BA)	80 mil	Itaú
Edison Lobão (PFL-MA)	200 mil	Bradesco
Francelino Pereira (PFL-MG)	145 mil	Rural, Comercial
Hugo Napoleão (PFL-PI)	12 mil	Itaú
Pedro Piva (PSDB-SP)*	381 mil	Itaú, Unibanco, Bradesco
Ciro Nogueira (PFL-PI)	10 mil	BMC
Delfim Netto (PPB-SP)	115 mil	Bradesco, Unibanco
Robson Tuma (PSL-SP)	45 mil	BMC

* Suplente de senador da chapa de José Serra (PSDB-SP). Foi eleito suplente na eleição de 1994. Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

Regulamentação pode sair hoje

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, afirmou na noite de ontem que a regulamentação da MP (medida provisória) que trata das fusões dos bancos será anunciada hoje ou amanhã.

A diretoria do BC se reuniu ontem às 16h e continuava trabalhando até às 22h30.

O ministro Pedro Malan (Fazenda) participou da reunião. Também estava presente o procurador-geral da Fazenda, Luiz Carlos Sturzenegger.

Segundo ele, a reunião era para finalizar a regulamentação do seguro de depósito — que vai garantir os saques em bancos liquidados —, a elaboração de duas circulares que vão dizer como serão as linhas de crédito especiais para bancos que optarem pela fusão ou incorporação e mais uma resolução que vai mudar as regras de exigência de capital para bancos que querem atuar no mercado.

É preciso definir ainda os juros e prazos das linhas de crédito do

programa criado para beneficiar os bancos com problemas de liquidez.

Loyola disse que não existem estimativas sobre os custos dos financiamentos aos bancos para o Tesouro Nacional.

Ele afirmou que é exagerado um prejuízo de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões com a liberação das linhas de crédito a juros menores que os de mercado.

Uma resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) deverá especificar o que são créditos de difícil recuperação.

Loyola negou a possibilidade de qualquer ação do BC em relação ao Banco Nacional. "Esse é mais um boato. Os boateiros estão se aperfeiçoando e trabalhando também nos feriados", afirmou.

Loyola também não quis comentar a possibilidade de incorporação do Banco Nacional pelo Unibanco. "Este assunto diz respeito às duas instituições privadas", afirmou.

Às 19h45, dois carros com executivos do Unibanco chegaram

ao BC. Nenhum representante do banco falou com a imprensa. Eles deixaram o BC às 21h e Loyola não comentou a visita.

O sistema financeiro investiu pelo menos R\$ 988 mil nas campanhas eleitorais dos membros da comissão encarregada de examinar a MP (medida provisória) das fusões bancárias, que permite benefícios fiscais e empréstimos privilegiados aos bancos.

Dos 25 membros (deputados e senadores) da recém-nomeada comissão, 14 têm seus gastos de campanhas já computados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Desse 14, oito receberam dinheiro de bancos em suas campanhas no ano passado (veja quadro).

O deputado Benito Gama (PFL-BA) — que ocupa o cargo de relator, o mais estratégico da comissão — recebeu R\$ 80 mil do setor financeiro. Isto corresponde a 18,76% de todas as doações que recebeu. O Banco Itaú, com R\$ 60 mil, respondeu pela maior parte das doações declaradas pelo deputado.

Segundo a Folha noticiou no caderno Eleições S/A, em outubro, a arrecadação declarada à Justiça Eleitoral é muito inferior à efetiva. Sob anonimato, um tesoureiro de campanha informou que apenas um terço das doações de campanha é informado ao TSE.

Bancos que hoje estudam participar de fusões e incorporações contribuíram para as campanhas de membros da comissão.

O Unibanco, que estuda uma fusão com o Nacional, gastou R\$ 50 mil com a campanha do deputado Delfim Netto (PPB-SP), membro da comissão e favorável à MP. Ele recebeu R\$ 115 mil do sistema financeiro, que corresponde a 23,21% de todas as doações. O Unibanco investiu a mesma quantia no hoje ministro José Serra, cujo suplente, Pedro Piva (PSDB-SP), está na comissão. A chapa dos dois recebeu R\$ 381 mil, 20,1% do total doado.

"Qual é a relação que pode existir entre uma coisa e outra?", pergunta Delfim, que calcula em R\$ 10 bilhões o gasto potencial de dinheiro público com o financiamento de fusões e incorporações.

Os bancos foram os segundos maiores financiadores das eleições gerais de 94, atrás apenas das empreiteiras. Investiram ao todo R\$ 16,2 milhões, dos quais R\$ 6,4 milhões apenas na campanha do presidente Fernando Henrique.

Benito Gama, como Delfim Netto, argumenta que o quase R\$ 1 milhão investido pelos bancos nas campanhas dos membros da comissão não afetará a atuação dos parlamentares.

"Estou muito confortável e isento para qualquer outro", disse relator da MP. "A corrupção ocorre em outro nível e ninguém aqui se vendeu aos financiadores."

Independente das controvérsias dos bancos, a composição da comissão deve garantir uma aprovação tranquila para a MP e dada pelo governo no dia 4.

(Gustavo Patú, Marta Salomo e Olímpio Cruz Neto)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, hoje, tivemos a informação, oriunda do Ministério da Fazenda, relativa aos números da economia brasileira no ano passado. No período de julho de 93 a junho de 94, a inflação no Brasil foi da ordem de 5.177%, pelo INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Nesse período de 93 a 94, pode ter-se ouvido, aqui ou ali, alguma coisa referente ao sistema financeiro, ao sistema bancário, talvez uma notícia a respeito da má administração ou da incompetência desse ou daquele gestor de uma instituição financeira. Mas não se ouviu nem se registrou que o sistema financeiro como um todo estivesse em colapso ou estivesse ameaçado. Ao contrário, foi um período caracterizado por uma proliferação, por um surgimento até de novas instituições.

Note-se que em abril deste ano, logo após a guinada na política econômica, quando o Brasil registrou uma queda sensível nas suas exportações, um aumento real, significativo das importações e um conseqüente desequilíbrio na sua balança comercial, a taxa de juros real em nosso País chegou a 62% ao ano. Essa taxa de juros é absolutamente escandalosa, é retumbantemente nociva para qualquer economia que tenha condições mínimas de saúde ou de estabilidade.

Por outro lado, cabe aqui uma reflexão: se num período de estabilidade da moeda, num período de baixos níveis de inflação, a taxa de juros chegou a 62%, o que era de se esperar? Que as instituições financeiras, os bancos, exatamente pelo índice de lucratividade, porque o seu lucro vem da taxa de juros, tivessem aumentado, muito mais do que qualquer outro setor da vida nacional, os seus ganhos.

O que se constata, Sr. Presidente? Evidente que essa não é uma informação incorreta, a informação é procedente. O que se constata é que, nas atuais condições da economia brasileira, o Sistema Financeiro Nacional, ou seja, o conjunto das instituições bancárias do País vive relativamente algumas dificuldades, principalmente algumas que são menos bem administradas do que outras.

Faço referência a esses dados, a esses elementos, Sr. Presidente, porque a mim me causa estranheza o fato de que, mesmo com uma taxa de juros de 62%, como foi em abril, mesmo com essa situação, os bancos apresentem, seis meses depois, uma situação de notória dificuldade.

A medida provisória dos bancos, a medida provisória pró-fusão dos bancos não tem outro sentido senão o de tirar o sistema do quadro de dificuldades em que vive no momento. A intenção da medida provisória é tentar criar condições pelas quais os bancos médios ou os bancos que não têm uma administração tão competente, ou que não têm a mesma situação, possam se fundir ou se incorporar a outros maiores para dar solidez e maior fortaleza ao sistema financeiro.

Ora, esta medida provisória não viria se os bancos estivessem vivendo o melhor dos mundos, se uma taxa de juros de 62%, como aquela que vigorou a partir de abril, fosse notoriamente uma vantagem para os bancos.

É impressionante constatar, Sr. Presidente, que não é taxa de juros elevada que engorda o sistema financeiro, porque tivemos, talvez, as mais altas taxas de juros reais do mundo. Nem mesmo a Rússia, a antiga União Soviética, teve taxas de juros tão elevadas; as nossas, seguramente, foram as mais altas do planeta. Isso, evidentemente, carrou recursos e investimentos para o Brasil, mas nos tornou singulares no universo: o País com as mais altas taxas de juros do mundo e com bancos em dificuldades.

Ora, percebe-se claramente que o sistema financeiro em nosso País foi montado para ganhar não com a operação ou a intermediação financeira. Se fosse assim, se os bancos estivessem estruturados para serem os intermediários do sistema, no sentido de colher poupança e repassá-la aos investimentos, eles estariam no melhor dos mundos, estariam agora em um nirvana de enriquecimento. Mas não é assim; desceram possivelmente a um purgatório de dificuldades, Sr. Presidente. E por quê? Porque depois de vinte, trinta anos de inflação doentia, patológica, permanente, o sistema se adapta a outro sistema que não é o de colher poupança coletiva para gerar capital, formar capital fixo e investir. Não é para isso que o sistema serve em um modelo inflacionário, porque isso seria saudável, positivo, seria uma das vantagens que o sistema capitalista tem. No entanto, no Brasil, o sistema financeiro foi organizado, articulado, estruturado, modelado para ganhar com a inflação, para ganhar com a desvalorização da moeda.

Este é um registro que tem que ser feito com a maior ênfase, Sr. Presidente: amiga de banqueiro é a inflação. E quem apóia a idéia de que inflação, afinal, não é uma coisa tão má assim e que se pode conviver até com uma certa inflação - afinal de con-

tas nos acostumamos, criamos uma cultura, um comportamento coletivo organizado para sobreviver na inflação - é amigo de banqueiro. Então, por que não reestimulá-la?

Os protestos que vieram, ao longo desse período, foram nessa linha. Poderosos empresários brasileiros bateram às portas do Congresso, saíram às ruas para pedir um retorno a gastos do Governo, ou seja, aumento de dinheiro em circulação e, portanto, aumento do processo inflacionário, dizendo que o País vivia um clima de recessão. E um país sai da recessão quando recebe injeção monetária, ou seja, coloca moeda em circulação e a economia se reaviva, revivifica-se, toma novas energias. Quando se pergunta sobre resultado inflacionário disso, as pessoas costumam dizer que o Brasil sabe viver com a inflação. Há quem diga que a inflação não é tão ruim assim, ruim é a recessão econômica - como se uma coisa e outra pudessem ser comparadas.

Mas o que se constata facilmente, o que é inequívoco, o que não se pode contraditar, Sr. Presidente, no meu modo de entender, é que quem gosta de inflação, gosta de banco; quem trabalha pela inflação, trabalha pelos bancos; quem trabalha pela inflação, trabalha pelo sistema financeiro; quem apóia qualquer idéia que seja geradora do processo inflacionário, é serviço dos bancos deste País. Com 62% de taxa de juros, os bancos estão em dificuldades. Durante o período inflacionário, os bancos encontravam-se em uma situação paradisíaca.

Não sei quantos milhares de quilômetros de guichê bancário existem neste País. Nenhum banco da Europa ou dos Estados Unidos possui o número de agências que possuem os maiores bancos brasileiros. Seguramente, temos o maior número de metros quadrados de guichê bancário por habitante no mundo. Isso porque não há o que se compare ao paraíso que representa um país inflacionário para os bancos privados, porque não há paraíso maior para um banco do que um país inflacionário.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, colo-me ao lado daqueles que terão, com essa medida provisória, a mais severa, rigorosa e criteriosa das observâncias. Se for preciso aprová-la, em nome do interesse coletivo, o faremos dentro de uma perspectiva e mediante critérios que não comprometam, de forma nenhuma, a estabilidade da moeda, os recursos do Tesouro, os recursos públicos ou a necessidade de emitir para fazer o sistema se revigorar, porque isso significa, sem dúvida nenhuma, matar na origem a própria essência do Plano: a estabilidade do Real.

Sr. Presidente, não temos preconceito contra o sistema financeiro. Não achamos que o Brasil seja um país explorado pelo sistema financeiro de modo muito diferente do que acontece nos outros países do Terceiro Mundo ou em outros países em desenvolvimento. Os países com baixo nível de poupança dependem do capital, dependem das corporações que têm grande concentração de capital e, portanto, pagam caro ao financiamento das suas economias.

Mas não queremos que, no nosso País, em nome da salvação das instituições financeiras, ponha-se por terra uma conquista que talvez seja a mais consistente até hoje lograda pelo povo brasileiro, que é a da estabilidade da sua moeda, a certeza de que um pequeno salário - como o é o miserável salário mínimo -, apesar de não crescer, basicamente compra os mesmos produtos que comprava há um ano atrás.

Portanto, tenho para mim que essas coisas estão associadas definitivamente e que, de alguma forma, desleixar-se quanto à inflação, permitir sua volta, significa trabalhar como um serviço do sistema financeiro deste País, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy - Prezado Senador José Fogaça, procede a preocupação manifestada por V. Ex^a com respeito a se ter a estabilidade da moeda, considerando para isso que é importante resguardar a estabilidade do setor financeiro. No entanto, gostaria de salientar que o Plano Real, em verdade, não prejudicou o sistema financeiro. Este, conforme registra o relatório especial da **Gazeta Mercantil** sobre os bancos, publicado na segunda-feira, dia 3 de novembro, mostrando a fase de ajuste que passa por fusões e aquisições, denota que: "Tomando setor como um todo, como está a saúde dos bancos brasileiros? Excluídos os estatais, notoriamente descapitalizados e com alto percentual de créditos de liquidação duvidosa a saúde é boa, se os balanços são um bom termômetro." E registra que diversas instituições financeiras, são cinquenta e nove, aqui listadas, tiveram bons resultados. "Balanços de 59 instituições mostram que os grandes bancos de rede foram atingidos, uns mais outros menos, pelo aperto monetário, pela inadimplência de cliente e pela queda vertical, das receitas de "float" (ganhos que obtinham, durante a inflação, com a aplicação no mercado financeiro de depósitos e de outros ativos não-remunerados). Mas encontraram na capta-

ção externa (eurobônus, "**commercial paper**") e outras modalidades de securitização de dívidas uma saída para, contornando em parte a retenção de depósitos no Banco Central, suprir a demanda de empréstimos. Para os bancos de rede, os passivos em moeda estrangeira ainda têm representado uma apreciável fonte de ganhos, em face da disparidade de taxas entre a captação no exterior e a aplicação no mercado doméstico.

Bradesco, o maior banco privado, apurou um lucro de R\$265 milhões. Este resultado é inferior em 5% ao do primeiro semestre do ano passado e a rentabilidade patrimonial caiu de 7,3% para 6,2%. Mas convém não levar muito à risca a comparação entre os dois períodos, mesmo sendo em moeda constante, pois na passagem de uma moeda inflacionada para uma moeda estável sempre existe um resíduo de inflação não computado. A forte expansão das receitas de operações de crédito, provocadas pelos largos "**spreads**" entre o custo de captação e o da aplicação, foi acompanhada, no Bradesco, de expansão muito maior da provisão para créditos de liquidação duvidosa."

Assim, Senador José Fogaça, o balanço, no sentido global, é que a saúde do setor financeiro é boa. Estão alguns bancos e muitos deles procurando se ajustar, reduzindo custos, procurando ser mais eficientes. Houve o problema dos bancos estatais e mais, recentemente, sabe-se de problemas sérios por que tem passado algumas instituições privadas, por exemplo, o caso do Banco Econômico. Fala-se de problemas que poderiam estar ocorrendo com outras instituições privadas nacionais que estariam sendo objeto de negociações para fusões. No entanto, tenho a convicção, Senador José Fogaça, de que precisamos de esclarecimentos mais aprofundados, para que o Governo Fernando Henrique Cardoso que, segundo seus pronunciamentos, inclusive em seu último como Senador, feito na tribuna do Senado, expôs a sua intenção de realização de justiça, de igualdade de direitos, igualdade de cidadania neste País. Esperamos que nesta medida provisória sobre as instituições financeiras não haja qualquer desvio com respeito a esses propósitos maiores, com os quais estamos de acordo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Senador Eduardo Suplicy, não creio que V. Ex^a coloque em dúvida o fato de que há um sinal de alarme soando no País. Esse sinal de alarme, se não envolve bancos saudáveis como o Bradesco, envolve outros. E sabemos que um abalo localizado ou setorial do sistema, como um "efeito dominó", pode se abater sobre todos os de-

mais. Há um sinal notório, inequívoco de que o sistema tem problemas. O diagnóstico é claro, como V. Ex^a mesmo acaba de reconhecer; os bancos se expandiram, cresceram, abriram agências porque o mundo em que viviam era absolutamente generoso para os seus interesses. O mundo da moeda fraca é o mundo em que os bancos se sentem como peixes dentro d'água. Tanto é verdade que se dão ao luxo de fazer investimentos que hoje se provam demasiados, descabidos, suntuários. Dão-se ao luxo de multiplicar o número de agências, que hoje se prova prejudiciais à competitividade da instituição. Recentemente, a própria **Gazeta Mercantil** publicou que, em uma feira internacional de **software**, o único produto vendido como produto fabricado, inventado, criado, gerado no Brasil era de **software** bancário. O jornal explicava que o Brasil desenvolveu o mais sofisticado e o mais qualificado **software** para o sistema computacional-financeiro do mundo. E aqui tivemos a capacidade, ou a necessidade, de produzir esse tipo de **software** para atender à complexidade operacional de um sistema que vivia debaixo de uma inflação, como foi registrado aqui, que chegou a 5 mil por cento, num período de 12 meses. E por que se investiu tanto em um produto como este? Por que houve recursos, concentração de capital, para gerar esse tipo de produto? Porque o dinheiro vinha aos borbotões. O capital gerado pelo esforço do trabalho nacional era carregado para o sistema financeiro, e é contra isso que temos de lutar com todas as forças. Valorizar o sistema produtivo, valorizar o trabalho, permitir que um sistema financeiro saudável conviva com um sistema produtivo forte e em crescimento, mas não fazer a volta, o retorno àquele período em que a economia do País tinha uma espécie de sorvedouro final, definitivo, de todas as energias, de todos os recursos, do trabalho, do suor do povo brasileiro para o sistema financeiro, para os bancos deste País.

Portanto, Sr. Presidente, faço esse registro e digo, mais uma vez, com toda a veemência que possa ter neste momento, que hoje, mais do que nunca, estou convicto de que não é possível ter qualquer tipo de desleixo ou de indisciplina para com o problema da inflação. Qualquer desleixo, qualquer indisciplina, qualquer descuido, qualquer gesto de irresponsabilidade significa trabalhar para os bancos, tornar-se serviçal do sistema financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Antes de encerrar a sessão, concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, como Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF.

Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo no Senado, gostaria de comunicar ao Plenário que, em consequência de entendimentos de ordem política que os Líderes do PFL, do PMDB, do PSDB e do PTB tiveram com as autoridades do Ministério da Fazenda, na segunda-feira e terça-feira próximas passadas, tivemos agora à tarde uma reunião com o Sr. Ministro da Fazenda.

Além de nos dizer dos avanços dos estudos do Governo Federal na direção de atender às críticas construtivas levadas ao Ministério da Fazenda por esses Parlamentares, atendendo à convocação que lhe foi feita para estar presente no Senado Federal, o Sr. Ministro da Fazenda, já depois de um entendimento da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos com as Lideranças dos Partidos, agendou para o dia 28 a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater, no âmbito do Senado Federal, as consequências e os exatos termos da Medida Provisória da fusão de bancos.

Adiantou-nos o Ministro da Fazenda que duas das principais reivindicações, sugestões ou críticas levadas ao Ministro por essas Lideranças, foram aceitas pelo Governo Federal. A primeira delas, a criação do Fundo de Garantia de Créditos, o FGC, protege, até no limite de R\$20 mil, as contas bancárias de instituições sob intervenção ou liquidação. Isso deverá ser feito, como é próprio, por uma decisão do Conselho Monetário Nacional, que poderá ser tomada ainda hoje ou, no máximo, amanhã. Todos os bancos brasileiros, os privados e os do Governo, recolherão, para um fundo criado por essa decisão do Conselho Monetário Nacional, o equivalente a 0,025%, calculados sobre o total dos depósitos, mas obviamente por responsabilidade das instituições.

Esse fundo passa a dar proteção, pelos ensaios realizados pelo Banco Central, a aproximadamente 98% de todas as contas que existem no Brasil. Isso significa que os cidadãos brasileiros que têm as suas contas bancárias ou as suas cadernetas de poupança têm garantido até o limite de R\$20 mil por esse fundo a ser criado.

O segundo ponto, levantado por vários Senadores e, particularmente, pelo Líder do PMDB nesta Casa, diz respeito a que os bens dos acionistas dos bancos e o patrimônio dessas próprias instituições bancárias em liquidação, em intervenção ou em processo de fusão fiquem indisponíveis e sejam utiliza-

dos exatamente para eliminar algum prejuízo que essas instituições tenham causado aos cidadãos ou ao Estado brasileiro.

Essa deverá ser uma complementação à Medida Provisória, ou quando da sua reedição ou por algum outro instrumento que seja acordado com as Lideranças desta Casa.

Essas duas medidas tomadas pelo Governo Federal somam-se ao aumento do Coeficiente de Basileia, hoje de 8%, para 32%, o que aumenta a exigência de capitalização dos bancos e, por outro lado, dificulta a criação e a proliferação de instituições bancárias que não tenham solidez de capital.

Quero dizer que isso será uma decisão do Conselho Monetário Nacional e também que todas essas decisões estão sendo tomadas prontamente, até para que o mercado financeiro não sofra nenhuma instabilidade.

Gostaria de registrar aqui, no exercício da Liderança do Governo, que a contribuição dada pelos Srs. Senadores, particularmente pelos Srs. Líderes dos Partidos que citei, na linha do diálogo e do entendimento com o Governo Federal, mostrou-se vitoriosa, até porque o Governo Federal e, particularmente, o Ministério da Fazenda resolveram, rapidamente, aceitar aquelas contribuições que enriqueciam e melhoravam a edição da Medida Provisória e principalmente uma ação do Estado numa área tão sensível da economia.

O Sr. Eduardo Suplicy - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Acolho o aparte do Senador Eduardo Suplicy com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador José Roberto Arruda, há pouco - V. Ex^a não estava presente -, manifestei uma preocupação na medida em que, na última terça-feira, Senadores, sobretudo os Líderes de Partidos que apóiam o Governo, reuniram-se com o Ministro Pedro Malan para ter o diálogo após o qual chegaram ao acordo que V. Ex^a anuncia. E registrei que o Senado é composto de Senadores da situação e da Oposição. Os Senadores da Oposição têm aqui manifestado suas preocupações com respeito à forma segundo a qual o Governo está procurando atingir esse objetivo de estabilização do sistema financeiro. Mas para nós é muito preocupante que o Governo, diante de um déficit que se registra nas próprias contas do Tesouro, venha conceder uma renúncia fiscal de montante extraordinário justamente para o setor financeiro. Instituições que estão tendo resultados positivos poderão absorver, por esta medida, instituições com resultados negativos,

com patrimônios líquidos negativos. E por diversos mecanismos previstos nesta medida provisória terão possibilidades, de um lado, de renúncia fiscal. Ademais, terão também, por estas medidas anunciadas, formas de utilização de crédito subsidiado. E justamente em benefício de quem? Estarão agora os cidadãos proprietários do capital estrangeiro elevados à condição de cidadãos mais privilegiados do que outros, até mesmo do que aqueles que são também proprietários de capital do setor industrial, do comércio e de serviços? Será que os Senadores que já começaram a dizer "assim seja" a essa medida provisória pensaram em profundidade sobre isso? Não teria sido mais adequado que o diálogo se estendesse também aos Senadores da oposição? O Ministro da Fazenda está adiando seu comparecimento ao Senado, do dia 21 para o dia 28 - conforme V. Ex^a anuncia -, o que significa - uma vez que essa medida provisória foi divulgada no último sábado, dia 11 - que já se aproximará dos 30 dias. Será esta uma estratégia para se provocar a prorrogação e não se votar essa medida provisória dentro dos trinta dias de prazo? Ainda hoje, a imprensa nota que diversos dos Parlamentares que estão compondo essa Comissão são justamente alguns que receberam valiosa contribuição, nas suas campanhas eleitorais, de instituições financeiras. Tudo isso, Senador José Roberto Arruda, leva-nos a preocupações. Creio ser mais adequado que, em conclusões a respeito de decisões tão importantes, o Governo considere o Senado como um todo e não apenas os Senadores que estão dispostos a concordar com aquilo que o Governo apresenta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Recolho o aparte do eminente Senador Eduardo Suplicy e gostaria de abordar cinco pontos que me parecem os principais apresentados pelo eminente Líder do Partido dos Trabalhadores.

O primeiro deles é o de que não houve um acordo, nem do Senado nem dos Líderes que participaram dessa reunião com o Governo Federal -, até porque o único acordo possível de ser feito é o da aprovação ou não da medida provisória quando ela, em foro adequado, for discutida. Na verdade, o que houve e o que se considera uma evolução bastante importante é o uso do diálogo e do entendimento para o aprimoramento desses instrumentos no processo de discussão. O acordo, efetivamente, se houver, acontecerá no foro próprio, que é o Congresso Nacional.

O segundo ponto, o da renúncia fiscal, ou seja, no caso de as empresas e instituições financeiras

poderem, nos anos em que obtiverem lucros, descontar eventuais prejuízos de exercícios anteriores, já consta da legislação brasileira para as empresas do sistema produtivo como um todo e está alcançando os processos de fusão para o caso específico do Proer. Não se está fazendo absolutamente nada a mais. Ao contrário, algumas instituições bancárias, segundo informações do Ministro Pedro Malan, queixam-se exatamente dessa limitação imposta pelo Proer, porque, se isso não ficasse explícito, valeria também para as instituições bancárias o limite de 30% ao ano e se poderia, eventualmente, com a fusão efetivada, imaginar-se que o prejuízo da nova instituição era aquele anterior de uma delas e, portanto, ser colocado 100% em vez de 30%.

O terceiro ponto é o questionamento que S. Ex^a levanta sobre se cidadãos, porque sócios de instituições bancárias, estariam recebendo tratamento privilegiado do Governo. Essa era a dúvida que nós também tínhamos na segunda-feira. Por se tratar de um setor extremamente sensível da economia, resolvemos não esperar que viesse o Ministro da Fazenda ao Senado para elucidar essa dúvida, que é crucial.

O Governo Federal entendeu que este ponto, além de importante, já estaria constando da Lei nº 6.024/74. No entanto, esse conjunto de Líderes que esteve com o Ministro da Fazenda resolveu sugerir a S. Ex^a que uma medida provisória desta importância deveria explicitar o que, eventualmente, a Lei nº 6.024 já concede abertura para fazer, mas não exige que se faça.

O Ministro da Fazenda comunicou-nos hoje que aceitou essa crítica construtiva, e que a medida provisória, ou por reedição, ou por emenda congessual, ou por algum instrumento que acordemos, será explícita no sentido de que os bens patrimoniais, inclusive aqueles que eventualmente estejam no exterior, têm que fazer parte do processo de liquidação para cobrir prejuízos de correntistas ou do Governo.

O quarto ponto que me parece importante diz respeito ao adiamento da presença do Ministro Pedro Malan a esta Casa, do dia 21 para o dia 28. Desejo ressaltar, em nome da Liderança do Governo, que o Ministro Pedro Malan está à disposição e, inclusive, poderia vir em data mais próxima.

Na reunião com os Líderes dos partidos majoritários entendeu-se que o dia 28 era uma data mais apropriada. Essa sugestão - que fosse após o dia 24 - partiu, inclusive, do eminente Líder do PMDB, que também levantou os problemas ou eventuais falhas desta medida provisória.

Por último, no que diz respeito à contribuição ou a algum tipo de recurso público que possa ser injetado no processo de fusão de bancos, além da renúncia fiscal, está muito claro para todos que participaram dessas reuniões - preliminares no processo de entendimento político - que deve haver fórmulas muito claras de ressarcimento, usando não só os bens patrimoniais de acionistas majoritários de instituições bancárias como patrimônios adquiridos, inclusive, sob a forma de ações de empresas de outros grupos, como é comum no sistema financeiro.

Penso que podemos não ter ainda um acordo - como não temos -, mas caminhamos na linha do entendimento.

Cumprimento aqui não apenas os senadores que participaram desse exercício do diálogo político, tendo como beneficiária a sociedade brasileira, mas principalmente o Governo Federal, que soube acolher rapidamente essas sugestões na linha do aperfeiçoamento das medidas que se impõem sejam tomadas para o equilíbrio do sistema financeiro nacional e, principalmente, para a tranquilidade dos cidadãos que depositam seus recursos nas instituições bancárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O Sr. Edison Lobão enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é com prazer que registro a próxima implantação do sistema de Disca-gem Direta à Distância (DDD) no Município maranhense de Presidente Juscelino, distante cerca de 80 quilômetros de São Luís. Lá irão instalar 120 terminais, esperando-se para o fim deste mês de novembro a conclusão dos trabalhos de acabamento.

Essa informação, Sr. Presidente, pode parecer irrelevante para merecer um discurso da tribuna do Senado. No entanto, é da maior significação para populações que, há vários anos, aguardam o direito de merecer um pouco da moderna tecnologia que já envolve todo o mundo.

Do mesmo modo que um Município, porventura ilhado pela falta de rodovias, tem atravancado o seu progresso, também hoje em dia se considera ilhada uma região não alcançada pelos avanços da comunicação telefônica.

Industriais, comerciantes, empresários e povo em geral, aos quais não é dada a possibilidade de comunicações imediatas, situam-se num patamar

abaixo daqueles que já contam com as avançadas tecnologias. Estes levam vantagem sobre os primeiros nos negócios, nas consultas, no estoque das informações necessárias e decisões do seu interesse.

Nos tempos modernos, em que a evolução tecnológica atinge extraordinária rapidez - ou melhor dizendo, a revolução tecnológica é fulminante, incontida e irreversível -, o telefone, o computador, o CD-Rom, a televisão e tantos outros novos instrumentos da inventiva humana deste fim de século deixaram de ser luxo e se transformaram em necessidade vital para os que precisam estar informados ou que precisam informar.

Infelizmente, a maioria dos brasileiros ainda não tem condições de possuir tais instrumentos, pois linhas, aparelhos e tarifas são caros para o nosso padrão médio de vida. Essas dificuldades, porém, não devem comprometer os nossos esforços para nos inserirmos entre as Nações possuidoras dessas tecnologias e porfiarmos no sentido de que seus benefícios se estendam a toda a população brasileira.

No período em que governei o meu Estado, em São Luís e em outras grandes cidades maranhenses foram instalados muitos novos terminais telefônicos, mas a implementação desse serviço foi em número insuficiente. Bairros da Capital e populações do interior reclamam mais terminais, e agora esperamos que, com a flexibilização das comunicações, tais reivindicações possam ser atendidas.

Precisamos democratizar cada vez mais o uso do telefone, senão de toda a nova parafernália da comunicação. Que todos possamos nos comunicar com liberdade, democraticamente.

Recentemente, em discurso desta tribuna, já deixei consignada a minha opinião deque as grandes empresas, que se candidatarão aos serviços privatizados de comunicações, procurarão naturalmente explorar as regiões mais lucrativas.

Se essa é uma pretensão natural de empresas privadas, também legítimo será o dever do poder público de exigir das empresas a contrapartida de, ao lado das regiões sabidamente lucrativas, cuidarem também das menos lucrativas e até mesmo das deficitárias.

Registro aqui, portanto, na pessoa do seu dinâmico Prefeito José Ribamar Alves Oliveira, os meus cumprimentos ao Município de Presidente Juscelino pela conquista de mais esta etapa tão necessária ao seu desenvolvimento.

Juntemos forças - nas áreas municipal, estadual e federal - para que novos avanços sejam alcançados por Presidente Juscelino e outros Municípios do nosso Maranhão.

Embora distante dos centros de decisão, a terra maranhense oferece importante contribuição à unidade e ao desenvolvimento do Brasil, merecendo que até ali chegue o progresso obtido em outras regiões do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, Mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Eduardo Dutra.

É lida a seguinte:

(*) MENSAGEM Nº 530, DE 1995-CN
(Nº 1.224/95, na origem)
(Projeto de Lei nº 78, de 1995 - CN)

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito adicionais até o limite de R\$ 5.315.601.510,00, para os fins que especifica".

Brasília, 14 de novembro de 1995. - **Fernando Henrique Cardoso.**

(*) Publicado em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Mensagem que acaba de ser lida, que encaminha o Projeto de Lei nº 78, de 1995-CN, será despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação do Projeto:

até 21-11 - publicação e distribuição de avulsos;

dia 29-11 - prazo final para apresentação de emendas;

dia 4-12 - publicação e distribuição de avulsos das emendas;

dia 14-12 - encaminhamento do Parecer Final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Eduardo Dutra.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

§ Para os efeitos desta lei, são bens sensíveis os de aplicação bélica e os de uso das áreas nuclear, química e biológica.

I - consideram-se bens de aplicação bélica os que a legislação defina como de uso privativo das Forças Armadas ou que sejam de utilização característica nestas instituições, inclusive componentes críticos, de difícil obtenção, fundamentais para o desenvolvimento ou produção de armas, sistemas de armas e equipamentos;

II -

III -

IV - consideram-se bens químicos os produtos químicos e seus precursores, sujeitos ao controle definido no texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição de Armas Químicas Existentes no Mundo, de que a República Federativa do Brasil foi signatária em 13 de janeiro de 1993;

V - consideram-se bens biológicos os organismos vivos ou qualquer instrumento ou veículo que contenha esses organismos e possam ser empregados como arma de extermínio.

§ 2º

Art. 2º

Parágrafo único. O arrolamento previsto neste artigo e sua modificação ou atualização dependerão de prévia deliberação, em sessão secreta, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, dispensada a competência do Plenário.

Art. 3º

Art. 4º Fica constituída, no âmbito da Presidência da República, a Comissão de Controle de Bens Sensíveis, integrada por representantes dos órgãos federais envolvi-

dos no processo de exportação de bens e serviços de que trata esta lei e de representantes de entidades da indústria, do comércio e dos trabalhadores, diretamente interessados.

Parágrafo único. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República exercerá a função de órgão coordenador da Comissão de Controle de Exportação de Bens Sensíveis.

Art. 5º Compete à Comissão de Controle de Exportação de Bens Sensíveis:

.....
.....

Art. 7º Constitui crime exportar, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, bens sensíveis e serviços diretamente vinculados a esses bens:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de cento e oitenta dias, a contar da sua publicação."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o inciso II do art. 1º e o art. 6º da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, e demais disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto visa a corrigir graves equívocos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. Os Nobres Pares não de recordar que sobre esta matéria o Senado Federal deliberou, em 5 de outubro próximo passado, sob regime de urgência, em face das alegações do Poder Executivo de possíveis censuras ao País, na reunião do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis – MTCR, que realizar-se-ia em Bonn, República Federal da Alemanha, a partir de 9 de outubro do corrente ano.

A aprovação, em tempo hábil, certamente desanuviou as preocupações do Senhor Presidente da República, possibilitando ao Brasil trânsito em mercados internacionais, no sentido da aquisição e venda dos chamados bens sensíveis. Tanto é assim, que o Chefe do Executivo dirigiu-se ao Presidente do Senado Federal para expressar seu agradecimento ao Congresso Nacional que, manifestando elevado espírito público e tendo a exata compreensão das repercussões internacionais, caso o País

não dispusesse de uma normatização para este tipo de comércio, acolheu a proposição que deu origem à Lei nº 9.112/95, sem maiores obstáculos.

Esta colaboração do Congresso Nacional, contudo, não nos exime de corrigir falhas na Lei nº 9.112/95, que, inclusive, foram apontadas quando da discussão do projeto. O Poder Legislativo poderia, persistindo os erros da lei, ser responsabilizado pela opinião pública por negligência no processo legislativo.

Recordamos, especialmente, o art. 7º da supracitada lei. Trata-se de uma norma de natureza penal, na qual não há, a rigor, uma tipificação precisa do crime. Esta regra perturba toda a doutrina penalista, construída ao longo de séculos. Destarte, propomos a modificação de sua redação e, concomitantemente, a supressão do art. 6º, de forma a evitar-se o *bis in idem* punitivo.

Além disso, parece-nos conveniente que sejam efetuadas alterações, no sentido de expungir do texto expressões dúbias, elásticas, tais como "bens de uso duplo de aplicação generalizada, desde que relevantes para aplicação bélica", ou a inclusão genérica de "componentes, sobressalentes, acessórios e suprimentos" como bens de aplicação bélica. Estes conceitos, se, de um lado, facilitaram a integração do Brasil ao MTCR, de outro, criam entraves burocráticos à exportação de produtos brasileiros, podendo prejudicar sensivelmente o desempenho de nossa economia e, assim, gerar sérios problemas de ordem social. A distinção dos produtos químicos dos biológicos busca atender ao mesmo objetivo da precisão conceitual na norma.

Ademais, consideramos ser essencial a modificação do art. 2º da lei, acrescentando-lhe um parágrafo que assegure a participação do Poder Legislativo, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, na elaboração da lista dos bens sensíveis, o que é absolutamente constitucional, à luz do art. 49, inciso X, da Carta Magna.

Acreditamos que a participação da sociedade civil na competente comissão, instituída no âmbito do Poder Executivo, é um imperativo, haja vista as restrições ao exercício da atividade empreendedora que podem resultar das decisões de tal colegiado. Registre-se que, no nosso entendimento, o Presidente da República deveria ter a liberdade para a escolha de membros representativos da indústria, do comércio e dos trabalhadores interessados.

Por último, preconizamos uma modificação no art. 9º da lei, considerada a necessidade de regula-

mentação de todo o diploma legal e não apenas das "operações de exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados".

Pelos motivos expostos, confiamos no apoio que os Senhores Senadores hão de hipotecar à nossa proposição.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1995. – Senador **Eduardo Suplicy**, Líder da Bancada do PT no Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.112, DE 10 DE OUTUBRO DE 1995

Dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados.

Art. 1º Esta Lei disciplina as operações relativas à exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados a tais bens.

II – consideram-se bens de uso duplo os de aplicação generalizada, desde que relevantes para aplicação bélica;

Art. 6º A exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, em violação ao disposto nesta lei e em suas normas reguladoras, tornará o infrator sujeito às seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa de até o dobro do valor equivalente ao da operação;
- III – perda do bem objeto da operação;
- IV – suspensão do direito de exportar, pelo prazo de seis meses a cinco anos;
- V – cassação da habilitação para atuar no comércio exterior, no caso de reincidência.

§ 1º A advertência será aplicada por escrito, no caso de infrações de menor relevância, que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º As penalidades previstas nos incisos II a V podem ser aplicadas cumulativamente.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas levando-se em conta a gravidade da infração e os antecedentes do infrator, depois de concluída a apuração de responsabilidade em processo administrativo no qual se assegure ao indiciado amplo direito de defesa.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a esta última o poder terminativo.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem e pela Parteira."

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, é acrescido das seguintes letras e, f, g e h:

- "Art. 12.
.....
e) observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;
f) executar ações de tratamento simples;
g) prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;
h) participar da equipe de saúde."

Art. 3º Incluem-se, na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, os seguintes artigos 26 e 27, renumerando-se os atuais arts. 26 e 27.

"Art. 26. Os que atualmente estejam exercendo as atividades de Auxiliar de Enfermagem exercerão todas as atividades e funções previstas no art. 12, devendo ser remunerados como Técnicos de Enfermagem.

Art. 27. Ficam asseguradas aos Auxiliares de Enfermagem ou seus assemelhados, aposentados, por qualquer motivo, todas as vantagens devidas aos trabalhadores da ativa que passaram a atuar e a serem remunerados como Técnicos em Enfermagem."

Art. 4º Revogam-se os arts. 8º e 13 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 7.498, de 1995, que regula o exercício da enfermagem, estabeleceu que esta profissão será exercida, privativamente, pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira.

A distinção legal entre Técnicos e Auxiliares de Enfermagem gerou profundas distorções, pois, no

dia a dia, ambos cumprem as mesmas tarefas, sendo, no entanto, remunerados de forma desigual.

Quanto ao nível de escolaridade, Técnicos e Auxiliares, por determinação legal, devem possuir formação técnica de nível médio. Este fato também contribui, sobremaneira, para justificar a desnecessidade da distinção que a lei atualmente impõe.

Acresça-se ainda que, ao classificar as atribuições dos Auxiliares como de "natureza repetitiva" (art. 13, da Lei nº 7.498, de 1986), o legislador cometeu grave injustiça, avitando as relevantes atividades desses profissionais da saúde.

É de se relevar que as entidades representativas dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, capitaneadas pelo incansável trabalho empreendido pela União Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem – UNAT –, há muito, lutam pelo fim das desigualdades entre essas duas categorias, inspirando o presente Projeto de Lei.

Assim, visando a eliminar as incompreensíveis e injustificáveis distinções entre Técnicos e Auxiliares, esta proposição incorpora às funções atualmente destinadas aos Técnicos as dos Auxiliares. Estabelece que os que estejam exercendo as atribuições de Auxiliar passarão a atuar como Técnico, bem como garante, aos aposentados como Asuxiliares, remuneração compatível com a de Técnico.

Não se justifica, portanto, sob qualquer ponto de vista, a atual distinção legal entre Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, motivo pelo qual contamos com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para o fim de aprovar o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1995. – Senador **Gilvam Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.

.....
Art. 8º São Auxiliares de Enfermagem:

I – o titular de certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da lei e registrado no órgão competente;

II – o titular de diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956;

III – o titular de diploma ou certificado a que se refere o inciso III do art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV – o titular de certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, ou por órgão congênere da Secretaria de Saúde das Unidades da Federação, nos termos do Decreto-Lei nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-Lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

V – o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-Lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

VI – o titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.

.....
Art. 12. O Técnico de Enfermagem exerce atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente:

a) participar da programação da assistência de enfermagem;

b) executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 desta lei;

c) participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;

d) participar da equipe de saúde.

Art. 13. O Auxiliar de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente:

a) observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas;

b) executar ações de tratamento simples;

c) prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente;

d) participar da equipe de saúde.

.....
Art. 26. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se (vetado) as demais disposições em contrário.

.....
(A Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

A Presidência, nos termos da Resolução nº 40, de 1995, e de acordo com as indicações das Lideranças, designa os seguintes Senadores para compor a Procuradoria Parlamentar:

PMDB

Nabor Júnior

PFL

Waldeck Ornelas

PTB

Emília Fernandes

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h18min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NABOR JÚNIOR NA SESSÃO DE 14/11/95 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC - Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora o tema que me proponho a abordar já tenha sido objeto de pronunciamento do nobre Senador Júlio Campos, não poderia deixar de tecer algumas considerações a seu respeito. É um importante problema, considerado de vital importância para o desenvolvimento do meu Estado, o Acre: a ligação rodoviária para o Pacífico.

Ouvi, com a habitual atenção, as palavras proferidas pelo Senador Júlio Campos a propósito de recente encontro realizado no Estado de Rondônia, onde S. Ex^a teve oportunidade de representar o Senado, no qual o Secretário da Indústria e Comércio daquele Estado, Sr. Luiz Malheiros Tourinho, discorreu com muita propriedade sobre o tema "saída para o Pacífico", apresentando trabalho circunstanciado a respeito dessa ligação, que já existe de fato. Não é um mero projeto abstrato o que se encontra no centro dessa divergência, como parece achar o Ministro José Serra - essa estrada está praticamente consolidada. No que toca ao Brasil, falta, para permitir a ligação do Atlântico com o Pacífico, simplesmente a pavimentação de 340 quilômetros da BR-317, entre a capital do Acre, Rio Branco, e a localidade acreana de Assis Brasil, no ponto onde as nossas fronteiras se encontram com as de Peru e Bolívia. Falta também a pavimentação de alguns trechos, no lado

peruano, mas grande parte dessa rodovia, que lá é denominada "carretera", é asfaltada e já transpõe os Andes. O que está faltando, na realidade, é apenas o cumprimento de um acordo celebrado com o Peru, no Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, que elegeu a BR-317 como a estrada que irá conectar, pelo território acreano, os sistemas rodoviários dos dois países.

Como lembrou o Senador Júlio Campos, diversas comitivas do Acre, de Rondônia e de Mato Grosso já cobriram o percurso do Brasil até Lima, capital do Peru, como foi o caso do ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Branco e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Acre, José Augusto de Faria, assim como a esposa do ex-Governador Edson Simões Cadaxo, D. Luíza Cadaxo.

Há dois ou três meses, jornalistas do **Diário de Rio Branco** e da **Gazeta do Acre** fizeram reportagens, percorrendo a BR-317 entre Rio Branco e Assis Brasil e o trecho peruano, de Inapari - à margem direita do rio Acre, em frente a cidade de Assis Brasil - até Lima, transpondo a Cordilheira dos Andes. E aqueles jornalistas também concluíram que só falta a pavimentação de um pequeno trecho no território brasileiro - apenas 340 quilômetros - entre Rio Branco e Assis Brasil; a partir dali, caberá ao Peru completar a ligação até o acesso aos portos de Ilo, Matarani e outros.

Um novo aspecto causa interesse e preocupação: a integração com Bolívia, Peru, Chile e outros países da Comunidade Amazônica, mercados e fornecedores de produtos que interessam à economia nacional. Há 42 milhões de habitantes só no Peru, na Bolívia e no Chile, todos potenciais consumidores de artigos brasileiros, que poderiam substituir com vantagens os produtos industrializados dos Estados Unidos, do Japão e da China. Os países vizinhos poderiam comprar automóveis, máquinas e equipamentos do Brasil, com as facilidades e os custos reduzidos, através dessa rodovia.

Não é um mercado desprezível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas esses 42 milhões de consumidores são apenas a primeira etapa no rumo do Oeste, que vai desembocar nos mercados da Ásia, que futuramente, dentro de 10 a 15 anos, também poderemos conquistar, vendendo-lhes o excedente da produção agrícola do Centro-Oeste e do Extremo Noroeste do País, competindo em melhores condições do que os próprios Estados Unidos e outros países. Tudo porque os custos desses produtos serão barateados, em virtude da redução da distância em mais de 6 mil milhas marítimas, caso a exportação seja feita pelos portos do Pacífico.

A tese levantada pelo Ministro José Serra, com o endosso de alguns articulistas publicados na imprensa nacional, afirma que a produção do Extremo Noroeste e do Centro-Oeste do País pode ser escoada pelos portos de Santos e de Paranaguá. É uma enganação!

Essa proposta não tem o menor sentido econômico. Como é que Acre, Rondônia, até mesmo Mato Grosso, poderão competir com São Paulo, Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul? Teríamos que pagar um frete elevadíssimo para colocar nossos produtos naqueles portos, o que inviabilizaria a sua comercialização no mercado internacional. Se hoje o Brasil já tem dificuldades para se impor no mercado de soja, do café e de outros produtos agrícolas - porque os fretes são caros e também os custos de operação de nossos portos são muito elevados - como vamos competir, se tivermos de levar nossos produtos da Amazônia Meridional, do cerrado e do Centro-Oeste como um todo, para exportarmos através dos portos de Santos e Paranaguá? Dessa forma estaremos fora de qualquer competição.

Indo além do que disse o Senador Flaviano Melo, em seu aparte ao nobre Senador Júlio Campos, essa ligação é estratégica, faz parte de um projeto de desenvolvimento para a região. Será que o País quer ver a Amazônia sempre a reboque do desenvolvimento nacional? Estará aquela vasta região, que representa dois terços do nosso território, condenada ao eterno abandono, proibida de ser econômica, social e racionalmente explorada? As pessoas que ali vivem jamais terão oportunidade de usufruir das benesses do desenvolvimento científico e tecnológico, que outros Estados já experimentam? Vamos viver relegados ao esquecimento e ao abandono eternamente?

Quero, neste instante, tecer críticas, com todo o respeito que S. Ex^a merece, ao Ministro José Serra, que defende uma tese nociva aos altos e legítimos interesses da nossa região. Se essa ligação para o Pacífico não for feita, ficaremos completamente isolados, sem condições de competir com outros Estados na venda de nossa produção agrícola e até de nossa produção industrial, quando for implantada a indústria naquela região. E a nação brasileira, em última instância, pagará o preço desse colossal engano.

Sr. Presidente, ainda voltarei ao tema, do qual faço hoje apenas uma abordagem preliminar. O problema exige uma análise profunda e sem pressa, o que só pode acontecer em outra sessão, já que o final desta está próximo e ainda há outros ilustres oradores inscritos.

Muito obrigado.

**ATA DA 188ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1995**
(Publicada no DSF, de 11 de novembro de 1995)

RETIFICAÇÃO

No cabeçalho da Ata,

Onde se lê:

Ata da 188ª Sessão Não-Deliberativa, em 10 de novembro de 1995

1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. Ernandes Amorim e Jefferson Peres

Leia-se:

Ata da 188ª Sessão Não-Deliberativa, em 10 de novembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. Ernandes Amorim e Jefferson Peres

**ATA DA 189ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1995**
(Publicada no DSF, de 14 de novembro de 1995)

RETIFICAÇÃO

No cabeçalho da Ata,

Onde se lê:

Ata da 189ª Sessão Não-Deliberativa, em 13 de novembro de 1995

1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. Ernandes Amorim e Jefferson Peres

Leia-se:

Ata da 189ª Sessão Não-Deliberativa, em 13 de novembro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura
Presidência dos Srs. Ernandes Amorim e Jefferson Peres

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 871, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, resolve designar o servidor ANTÔNIO LOPES RIBEIRO, matrícula 2780, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador João França, com efeitos financeiros a partir de 25 de outubro de 1995.

Senado Federal, 16 de novembro de 1995. -
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – – SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epikácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPB

PTB

PP

PT

PDT

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerrson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB / PL / PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4808/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3061/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/67	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4761/62
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLICY *1	SP-3216/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2061/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

OBS: *1 - EDUARDO-SUPLICY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB
*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
FAX: 311- 4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT
 *2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/08/95
 *3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/08/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/88
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			

vago

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILÓ COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PL / PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3258/3498/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3548
FAX 311.3548

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias ²	PP	
	PT	Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos
DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abranches
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Rogério Silva		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.
 2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.